MANUEL FALCÃO . CARLA HILÁRIO QUEVEDO . PAULO TUNHAS . RITA BARATA SILVÉRIO . HENRIQUE RAPOSO
BERNARDO PIRES DE LIMA . ANDRÉ AZEVEDO ALVES . HENRIQUE BURNAY . BRUNO CARDOSO REIS
ALEXANDRE BORGES . JOÃO MIRANDA . MIRIAM ASSOR . NUNO MARTINS . FERNANDO MARTINS
RODRIGO MOTTA DE DEUS . PEDRO MARQUES LOPES . PEDRO PICOITO . ALEXANDRE SOARES SILVA

Atlântico

30

REVISTA MENSAL DE IDEIAS E DEBATES . ANO 3 . SETEMBRO 2007 . 4 €

PS Quê?
O futuro do PSD

O líder de **Sofia Galvão**

O programa de **Mira Amaral**

O caminho de **Bruno Alves**

Opiniões de **Rui Ramos, Gonçalo Reis** e **João Marques de Almeida**

DALILA RODRIGUES E O VAZIO CULTURAL DE SÓCRATES . O NACIONALISMO DA GALIZA . A UNIÃO EUROPEIA VISTA DO ESTORIL . A FLAUTA MÁGICA DE BERGMAN . ROTEIRO ATLÂNTICO . DISCOS, LIVROS E FILMES . E MUITO MAIS

00030
5 601073 094191

Soluções de Investimento

PROCURA-SE INVESTIDORES

- Ambiciosos
- Dinâmicos
- Defensivos

O seu perfil é único. Os seus investimentos também deveriam ser. Por isso, o Millennium bcp ajuda-o a identificar o seu perfil de investidor e a definir a carteira de investimento ideal para atingir os objectivos de rendibilidade que procura.

Venha descobrir o seu perfil de investimento.

Millennium bcp

A vida inspira-nos

www.millenniumbcp.pt

707 50 24 24

Atlântico

nº. 30 . ATLÂNTICO . SETEMBRO 2007

EDITORIAL
4. É ASSIM
POR PAULO PINTO MASCARENHAS

RÁPIDAS
6. NOTAS DISPERSAS

O CARTOON
8. O SÓCRATES POR LUCY PEPPER E JOÃO MOREIRA DE SÁ

O DIÁRIO
10. UM LÍDER PARA O PSD
POR SOFIA GALVÃO

ENSAIO
12. A SOCIAL-DEMOCRACIA E A GLOBALIZAÇÃO POR LUÍS MIRA AMARAL

POLÉMICA
16. UM CAMINHO PARA O PSD POR BRUNO ALVES

PROVOCAÇÕES LIBERAIS
18. O QUE PODERIA SER POR GONÇALO REIS

OPINIÃO
19. QUAL É A SUA OPINIÃO SOBRE A CRISE DA DIREITA? POR RUI RAMOS

ANÁLISE
20. NACIONALISMO GALEGO
POR FERNANDO MARTINS

OPINIÃO
23. HÁ FUTURO PARA UMA DIREITA PÓS-SOCIAL-DEMOCRATA? POR JOÃO MARQUES DE ALMEIDA

PERSPECTIVA
24. A EUROPA VISTA DO ESTORIL
POR HENRIQUE BURNAY

IN PARTIBUS
28. MUDANÇAS POR PAULO TUNHAS

CORRESPONDENTES DE GUERRA
30. COUVE-DE-BRUXELAS POR HENRIQUE BURNAY EM BRUXELAS
31. LONDON CALLING POR ANDRÉ AZEVEDO ALVES EM LONDRES
32. MADE IN USA POR MARTA MUCZNIK EM WASHINGTON
33. PASSAGEM PARA A ÍNDIA POR CONSTANTINO XAVIER EM NOVA DELI

EM MARTE NEM VÉNUS
34. EUROPA BOA VS. EUROPA MÁ

O CÉPTICO
35. ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA
POR JOÃO MIRANDA

CONVERSAS ATLÂNTICAS
36. "ISRAEL NÃO É UM ESTADO RACISTA"
DIZ O ACADÉMICO **EMANUELE OTTOLENGHI** EM ENTREVISTA A NUNO MARTINS

OPINIÃO
40. NOTAS DE UM CONSERVADOR
POR CARLOS DO CARMO CARAPINHA

À ESQUERDA
42. OS MEDOS
POR BRUNO CARDOSO REIS

MEMORANDO
43 PARA A MINISTRA DA CULTURA

CRÍTICA
44. EM DEFESA DE DALILA RODRIGUES
POR PEDRO PICOITO

GOSTOS
46. LIVROS
51. FILMES
54. DISCOS
58. HUMILHADOS E OFENDIDOS POR ALEXANDRE SOARES SILVA
60. ROTEIRO ATLÂNTICO POR ALAÍDE COSTA

62. DESTE MUNDO E DO OUTRO
LAURA ABREU CRAVO, RODRIGO MOITA DE DEUS, BRUNO ALVES, JOÃO MOREIRA DE SÁ, MIRIAM ASSOR, ALEXANDRE BORGES, PEDRO MARQUES LOPES, JORGE REIS-SÁ, JOSÉ CARMO, DAVID LOURENÇO MESTRE

MULHERES À SOLTA
65. O PRIMEIRO, ANTES DO ZERO
POR RITA BARATA SILVÉRIO

O LADO DIREITO DAS COISAS
66. SAUDADES DA ESCOLA POR JOÃO DE MENDIA

EU HOJE ACORDEI ASSIM
71. AMIGUISMO POR CARLA HILÁRIO QUEVEDO

SENTADOS NO SOFÁ
73. A TDT E OS NOVOS CANAIS POR MANUEL FALCÃO

CARTOON
74. FORAM-SE OS ANÉIS POR JOSÉ NUNES

EDITORIAL

PAULO PINTO MASCARENHAS

É assim

Durante as férias de Verão aproveitei para pôr em dia algumas leituras e devorei, deliciado, o livro *Foi Assim*, de Zita Seabra. Entre outras razões para ser recomendável, a autobiografia da ex-dirigente comunista e actual deputada do PSD é especialmente reveladora do carácter antidemocrático do PCP, sobretudo quando se refere ao período pós-25 de Abril. Evidente que a autora se orgulha do passado de clandestinidade e de luta contra o anterior regime, desde logo quando destaca as diferenças de origem entre dirigentes pré e pós-revolução. Deste modo ficamos a saber que alguns dos comunistas mais ortodoxos não foram militantes antes do 25 de Abril e não tinham, por isso, pergaminhos no duro e corajoso combate do "Partido" contra a ditadura corporativa. É o caso do actual líder do PCP, Jerónimo de Sousa, ou de Odete Santos, entre outros.

Se o livro assinado por Zita Seabra esclarece sobre os métodos e as práticas dos comunistas portugueses, demonstrando a quem ainda pudesse ter dúvidas a existência de uma ligação umbilical à União Soviética e ao estalinismo, não deixa de ter algum interesse para a análise do actual PSD – assim como do PS, uma vez que alguns dos antigos membros do PCP estão hoje nas bancadas dos dois maiores partidos ou têm assento no Governo de José Sócrates.

Fiquemos para já pelo PSD, até pela coincidência de as directas sociais-democratas terem lugar a 28 de Setembro. Diz Zita Seabra, no início do livro (p. 27), que só conheceu «um caso de alguém que entrou na vida política depois de ter optado por ler os clássicos e considerar que estava teoricamente preparado para o fazer: foi José Pacheco Pereira», que lhe indicou a vontade de aderir ao PCP. Sucede que, na altura e ao contrário do que era habitual nos tempos da ditadura, Pacheco Pereira dispunha de «uma enorme preparação teórica» e até já parecia ter lido o «*Materialismo e Empiriocriticismo* de Lenine».

Depois de vários encontros, Zita ficou com a pulga atrás da orelha: «achei aquilo muito estranho e disse-o ao controleiro» que concordou com ela: ou se tratava de um génio ou era suspeito. Consequência: «nós achámos melhor pô-lo de quarentena, para termos a certeza de que tão estranho comportamento não seria o de um provocador.» Por isso, acrescenta, JPP nunca chegou a entrar para o PCP e «impaciente criou o seu próprio partido marxista-leninista. Foi caso único».

Vem à colação esta *petite histoire* por ser sintomática de uma impaciência generalizada que nos dias de hoje se volta a registar no PSD, em larga medida por estar na oposição. À semelhança do passado, o actual comentador social-democrata criou o próprio PSD, que considera ser o verdadeiro e o original. Só que, ao contrário do que aconteceu com o PCP, não é "caso único": há o PSD de Pacheco Pereira, como o de Santana Lopes, o PSD dos barrosistas e o de Rui Rio, o PSD de Marques Mendes e o de Luís Filipe Menezes, o PSD de Marcelo Rebelo de Sousa e o de Alberto João Jardim – e por aí em diante.

Este o problema de fundo da crise na oposição. O PSD precisa de um líder que, como Sá Carneiro e Cavaco Silva, seja capaz de unir e acomodar todos os pequenos partidos unipessoais que se digladiam no seu interior, em nome de uma ideia agregadora e de um combate político comum. Só assim poderá pretender constituir uma alternativa credível ao PS de José Sócrates.

Atlântico

DIRECTOR:
PAULO PINTO MASCARENHAS
paulopintomascarenhas@gmail.com

CONSELHO EXECUTIVO:
JOÃO MARQUES DE ALMEIDA
LUCIANO AMARAL
RUI RAMOS
VASCO RATO

CONSELHO EDITORIAL:
ANDRÉ AZEVEDO ALVES
ANTÓNIO NOGUEIRA LEITE
CONSTANÇA CUNHA E SÁ
JOÃO MARQUES DE ALMEIDA
JOÃO PEREIRA COUTINHO
JOSÉ MANUEL MORAIS CABRAL
LEONARDO MATHIAS
LOURENÇO LUCENA
LUCIANO AMARAL
M. FÁTIMA BONIFÁCIO
MANUEL FALCÃO
MIGUEL MONJARDINO
NUNO GAROUPA
PAULO P. MASCARENHAS
PAULO TUNHAS
PEDRO FERRAZ DA COSTA
PEDRO LOMBA
PEDRO MARQUES LOPES
RUI RAMOS
VASCO RATO
VÍTOR CUNHA

EDIÇÃO:
BERNARDO PIRES DE LIMA E HENRIQUE RAPOSO

REVISÃO:
PATRÍCIA ROSAS

COLABORAM NESTE NÚMERO:
ALAÍDE COSTA, ALEXANDRE BORGES, ALEXANDRE SOARES SILVA, ANDRÉ AZEVEDO ALVES, BERNARDO PIRES DE LIMA, BRUNO ALVES, BRUNO CARDOSO REIS, CARLA HILÁRIO QUEVEDO, CARLOS DO CARMO CARAPINHA, CONSTANTINO XAVIER, DAVID LOPES MESTRE, FERNANDO MARTINS, FRANCISCO SASSETTI, GONÇALO REIS, HENRIQUE BURNAY, HENRIQUE RAPOSO, JOÃO DE MENDIA, JOÃO MARQUES DE ALMEIDA, JOÃO MIRANDA, JOÃO MOREIRA DE SÁ, JORGE REIS-SÁ, JOSÉ CARMO, JOSÉ NUNES, LAURA ABREU CRAVO, LUÍS MIRA AMARAL, MANUEL FALCÃO, MARTA MUCZNIK, MIGUEL MORGADO, MIRIAM ASSOR, NUNO MARTINS, PAULO TUNHAS, PEDRO MARQUES LOPES, PEDRO PICOITO, RITA BARATA SILVÉRIO, RICARDO GROSS, RODRIGO MOITA DE DEUS, RUI RAMOS E SOFIA GALVÃO

ILUSTRAÇÃO:
LUCY PEPPER

TEXTOS DOS CARTOONS:
JOÃO MOREIRA DE SÁ (arcebispodecantuaria.blogspot.com)

PROJECTO GRÁFICO:
WWW.BLUG.PT

DIRECTOR DE PUBLICIDADE:
JORGE REIS
jorge.reis.pub@gmail.com
TM. 917585310
TEL. 21 392 8862
FAX. 213956739

EDIÇÃO ONLINE:
TEL. 21 392 88 62
ppm@revista-atlantico.com

CONTRIBUINTE Nº 507594924

PROPRIETÁRIO E EDITOR:
COSTORIENTAL SOCIEDADE EDITORA, LDA

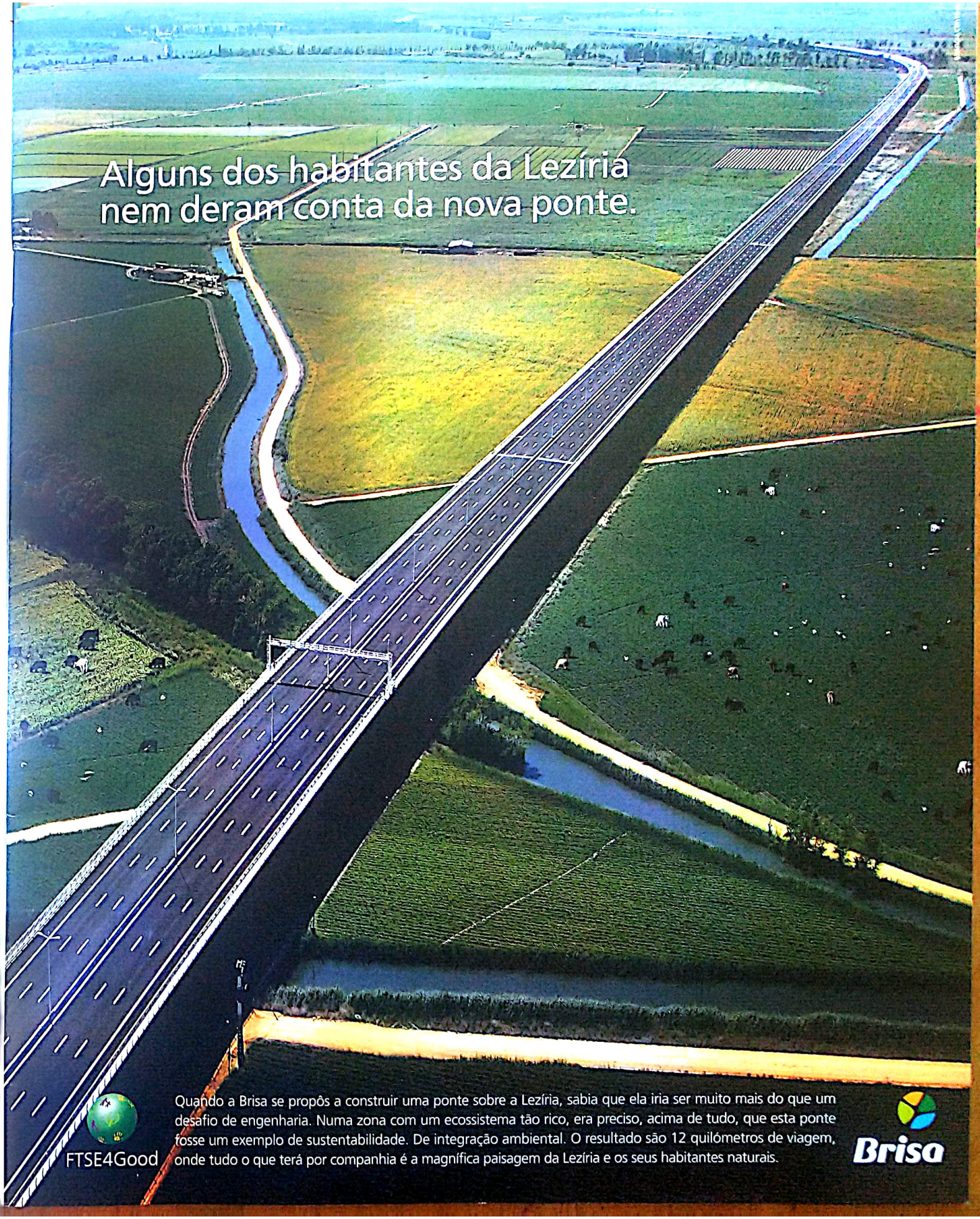
PAGINAÇÃO: ESTÚDIO GRÁFICO SERAFIM S. SERRANO, Lda
Rua Ary dos Santos, Lote 106 - Serra das Minas - 2635-411 Rio de Mouro

IMPRESSÃO: PRINTER PORTUGUESA - Indústria Gráfica, Lda
Edifício Printer - Estrada de Casais de Mem Martins - 2635-445 Rio de Mouro

DISTRIBUIÇÃO: LOGISTA PORTUGAL, DISTRIBUIÇÃO DE PUBLICAÇÕES S.A.
R. REPÚBLICA DA COREIA, Nº. 34, RANHOLAS, 2714-526 MEM MARTINS

PERIODICIDADE: MENSAL
TIRAGEM: 10 000 EXEMPLARES
DEPÓSITO LEGAL: 226062/05
ISSN: 1646-2130

MEMBRO DA APCT


Alguns dos habitantes da Lezíria
nem deram conta da nova ponte.
FTSE4Good
Quando a Brisa se propôs a construir uma ponte sobre a Lezíria, sabia que ela iria ser muito mais do que um desafio de engenharia. Numa zona com um ecossistema tão rico, era preciso, acima de tudo, que esta ponte fosse um exemplo de sustentabilidade. De integração ambiental. O resultado são 12 quilómetros de viagem, onde tudo o que terá por companhia é a magnífica paisagem da Lezíria e os seus habitantes naturais.
Brisa

NOTAS DISPERSAS

A Atlântico explica

Serguei Lavrov, ministro dos Estrangeiros russo, colocou recentemente a seguinte questão num artigo que escreveu em publicação local: «Que relação com a democracia tem uma aliança militar-política [NATO] que, no quadro da sua transformação aumenta consequentemente a quantidade de cenários do possível emprego da força?» A *Atlântico* dá-lhe a resposta Sr. ministro, sabendo que não é coisa fácil ter o orgulho ferido por assistir à debandada ocidental dos ex-membros do Pacto de Varsóvia. É tão simples como isto: a NATO constituiu para os seus membros a garantia de segurança e paz durante o pós-II Guerra Mundial e, perante a ameaça soviética, no tempo da Guerra Fria; foram a NATO e essa garantia de segurança que permitiram um processo de confiança política e económica na Europa, ao qual chamamos integração europeia e que hoje tem corpo na UE. Se perguntar aos povos dos seus antigos estados satélites, Sr. Lavrov, verá também que as respectivas concepções de sociedade que hoje defendem passam pela integração na NATO e na União Europeia. Estas duas instituições são garantias de sobrevivência, de sucesso e, ao contrário do que afirma, de cenários de paz. Que isto incomoda Moscovo, não parece haver dúvidas. Que o mesmo não constitua um legítimo desígnio de um êxito que outros já alcançaram, é simplesmente não querer ver o óbvio.

Viva a cultura em Portugal!

O PRACE está para ficar. Desta feita, em meados do mês de Agosto – o mês preferido da ministra da Cultura para proceder a demissões –, foi anunciado que 153 funcionários do dito ministério seriam dispensados, o que representa uma pequena fatia dos cerca de 3 mil que compõem a máquina cultural do nosso querido país. A cultura precisa de funcionários, pois então! Mais interessante que estes cortes em pessoal, seria saber se isso se reflectirá no orçamento da cultura. Por outras palavras, é mesmo para poupar ou está previsto uma renovação do parque automóvel, ou um aumento do número de assessores? Convinha explicar mais ou menos as coisas. Também se pode colocar a dúvida se essa "poupança" não servirá para engrossar a já célebre política do "subsídio à cultura". É que a Associação Recreativa e Cultural do Arco de Baúlhe, a Associação Cultural do Pejão e a Banda dos Bombeiros Voluntários de S. Mamede de Ribatua já estão fartos de esperar pelo reforço das verbas do último ano.

No future...

Há muitos anos, no século XIX, na Rússia dos Czares, um primeiro-ministro serenava a consciência do seu czar montando aldeias lindas e limpas, com famílias felizes de mujiques a acenar. A imagem era perfeita, o czar podia dormir de consciência tranquila: o povo vivia feliz, de barriguinha cheia, nas suas lindas isbas.

A realidade, teimosa irmã da verdade, era outra: os mujiques viviam na miséria, as aldeias eram feitas de casebres onde a fome e a doença tinham direito de residência. O milagre do primeiro-ministro – o russo – era saber fazer as fachadas das isbas, apoiadas a traves e postes de madeira, e saber vestir os figurantes.

No dia seguinte, os cenários, adereços e figurantes eram montados noutro local, e o ritual da visita do czar repetia-se. Anos mais tarde – umas décadas –, os figurantes fartaram-se e fizeram uma revolução.

Quando os regimes constroem progressos de papelão e confundem os cidadãos com figurantes, o futuro não é incerto. Não é – simplesmente.

Zé, o coveiro que fazia falta ao BE

Um dos maiores artistas de variedades do país, Francisco Louçã, afirmou em boa altura – as saudades que já tínhamos... – que vêm aí "grandes confrontos" entre Sá Fernandes e o PS na Câmara de Lisboa. Parece que já estamos a ver: Costa com uma direita, leva o Zé às cordas! Este, num golpe mágico desfere uma cabeçada à Cais do Sodré (ou não estivéssemos em Lisboa), que arruma de imediato com António!

Este Louçã é um catita. Para nos fazer crer que este acordo é coisa de gente dura de roer e que o Bloco de Esquerda terá uma influência no PS capaz de o fazer ir às lágrimas em 2009, dá-nos assim um ar da sua velha graça. Pena é que o Grande Timoneiro deste "novo" BE não tenha percebido que a veia arruaceira que fez do Bloco o que ele é hoje terminou. O PS, de uma assentada, esvaziou os bloquistas de sentido político ao oferecer-lhes a mão do poder. Ao mesmo tempo, os bloquistas vêem mirrar a sua putativa capacidade de roubar votos no espaço da esquerda socialista. O Zé faz mesmo falta. E não é pouca.

Estado: até que a morte nos separe

Há coisas que nem muito bem explicadinhas fazem sentido. Se gostar de praticar golfe e se dirigir a um campo no sul do país numa bonita manhã de sábado, se lhe apetecer fazer uma chamada aos seus filhos no

telemóvel ou comprar qualquer coisa na loja do clube com cartão de crédito, verá que a probabilidade de tudo isto ser dominado pela Caixa Geral de Depósitos – logo, pelo Estado –, é gigantesca. E este é o cenário cada vez mais usual para ilustrar aquilo que se convencionou chamar a Portugal: uma "democracia liberal". Que preencherá os requisitos democráticos, não nos atrevemos a pôr em causa; que se autodenomine de *liberal*, quando domina e controla grande parte dos gestos que cada português diariamente faz, parece-nos uma redonda mentira. Os portugueses têm uma de duas soluções: ou gostam de ser donos do seu quotidiano, exigindo a privatização e respectiva desgovernamentalização da Caixa, ou desejam que o Estado continue a montar a cerca a cada um de nós desde que nos levantamos até que nos deitamos. É consigo.

Blogue Atlântico

www.atlantico-online.net/blogue/

A porca da economia

«Tudo vai mal. No plano político, desde logo, como hoje é evidente. Mas também no plano financeiro, onde os sinais de uma crise séria generalizada começam a multiplicar-se e a tornar-se muito preocupantes. Para não falar nas questões ambientais e na crise de valores que afecta, como nunca, o Ocidente»

Mário Soares, *Público* de 14 de Agosto

Mário Soares insiste em traçar o mundo à medida do seu estado de espírito. O pessimismo que sistematicamente marca presença nas suas análises é diariamente contrariado pela pujança da economia mundial. Senão vejamos: entre 1992 e 2005, os países da OCDE cresceram a uma taxa média de 2,6%. O último *press release* da OCDE, de 10 de Agosto deste ano, acompanha o optimismo:

10/08/2007 - The latest composite leading indicators (CLIs) suggest that moderate economic expansion will continue in the OECD area. June 2007 data show improved performance in the CLI's six month rate of change in all the major seven economies except Italy. The latest data for major OECD non-member economies point to continued steady expansion in China and India and an improved outlook for Brazil and Russia.

Podia juntar centenas de estudos que dão nota que nunca o mundo criou tanta riqueza, com uma particularidade: é nos países emergentes, e não nos mais ricos, que estão os maiores focos de desenvolvimento, o que demonstra que a globalização tem promovido uma maior distribuição do rendimento. As trocas comerciais em 2007 crescem a uma taxa superior a 7% e o PIB mundial evolui acima dos 6%.
O problema é que a Europa cresce a taxas menores e Portugal está estagnado. Talvez a partir destes números, possamos fazer uma avaliação política e ideológica…

Rodrigo Adão da Fonseca, in blogue da Atlântico. 16.08.07

O Bloco fracturante e anticapitalista

Sobre a história (tantas vezes repetida nos últimos tempos) do "crescimento" eleitoral da extrema-esquerda bloquista, recordo que os dados mais recentes apontam precisamente para o contrário: Sá Fernandes teve muito menos votos que nas eleições anteriores e o Bloco de Esquerda teve muito menos votos que nas eleições anteriores.
É verdade que o contexto partidário actual pode ser favorável ao Bloco de Esquerda e que a extrema-esquerda fracturante continua a beneficiar de um tratamento esmagadoramente favorável nos *media* e no sistema de ensino, mas os últimos dados não confirmam a teoria do crescimento.

André Azevedo Alves, in blogue da Atlântico. 16.08.07

Quarteira *power*!

Citando Bota, Mendes Bota, no Pontal: Bota zurziu nos ministros "centralistas" de Lisboa que, do Algarve, só querem as suas festas: "da sardinha, do marisco, dos snobes e do Sasha"; criticou a "PIDE fiscal instalada", que "estrangula a maior parte da população portuguesa", e acusou o Governo do maior "concentracionismo desde o tempo de Salazar".
"Em homenagem aos que não têm medo da perseguição, quero um minuto de aplausos…", reclamou, toda a gente batendo palmas, de pé, em euforia, ao mesmo tempo que Bota prosseguia, gritando, gesticulando, de um lado para o outro, no palco: "…Em memória dos que já morreram… de Sá Carneiro… em homenagem a todos os democratas, à Quarteira, ao Algarve".
Enquanto isto, parece que Luís Filipe Menezes veio acusar Marques Mendes de fazer "um discurso *à la carte*" para "tirar dividendos políticos a curto prazo".

E assim vai o PSD.

Bernardo Pires de Lima, in blogue da Atlântico. 16.08.07

O SÓCRATES - A RENTRÉE

ILUSTRAÇÃO: LUCY PEPPER
TEXTO: JOÃO MOREIRA DE SÁ

inapa

CONSTRUIMOS O
NOSSO PAPEL NA EUROPA

Um dos líderes europeus
na distribuição de papel para impressão e escrita.

O sucesso do Grupo Inapa à escala europeia evidencia o grau de exigência e inovação que coloca em toda a sua actividade. Em 2006, o grupo facturou mais de 1,08 milhões de euros junto de mais de 60 mil clientes nos principais mercados europeus.

www.inapa.pt

SOFIA GALVÃO

Um líder para o PSD...

"Gostava de um líder capaz de ganhar o PSD, de fora para dentro, a olhar para o País, a ouvir o País, a falar para o País. E longe, longíssimo, das lógicas aparelhísticas. Mas onde está?..."

Sonho com um país diferente. Com mais ambição, mais capacidade, mais projecto. Sonho com novos desafios. Sonho com uma nova criatividade. Sonho com um povo apostado na construção do seu futuro. Sonho com partilha, com coesão, com felicidade.

Mas sonho apenas. Confesso que não consigo fundar a minha esperança na realidade do que somos. Ou do que nos preparamos para ser.

Causa próxima da minha descrença, o PSD. Partido aparentemente incapaz de ser o que o país precisava que fosse. Ou, talvez melhor, o que o país exigia que fosse. Não perco tempo a exaltar o papel do PSD na história da nossa democracia. Parece-me tão evidente e consabido que me dispenso de aprofundar. O que me preocupa é o que aí vem. Ou não vem...

A começar pelo líder. Por mim, queria acreditar na possibilidade de um líder afirmativo e forte. Alguém com alma Alguém capaz de fazer a diferença.

Para tanto, o meu líder do PSD seria, antes de tudo o mais, uma pessoa normal. Capaz de encarnar plenamente esse sentido de normalidade. Alguém com vida e com história. Com qualidades e talentos. Mas também com defeitos e limites. Alguém com gostos assumidos, escolhas feitas, caminhos seguidos. Alguém com família, amigos, colegas, conhecidos. Alguém querido e criticado. Alguém capaz de amar e de repudiar. Alguém com sonhos e medos, ora firme, ora frágil, mas sempre gente. Afinal, alguém consistentemente humano.

Depois, seria alguém cuja atitude pessoal fosse marcada por um profundo respeito pela ideia de liberdade. Alguém que sentisse nas entranhas a menor afronta ao exercício da liberdade, na vida, no emprego, na sociedade, na política. Nessa medida, também alguém profundamente comprometido com o respeito pela liberdade de cada um. Jamais confundindo moralidade pessoal com moralidade cívica – alguém ciente de que o modo como cada um decide viver a sua vida não deve ser imposto aos demais como padrão ou modelo de coisa nenhuma. Mas, em paralelo, alguém que nada concederia ao relativismo moral – alguém realmente tolerante, porque seguro de que a tolerância não significa relativismo. Desta pessoa normal, militante da liberdade, quereria ainda algo decisivo: a afirmação da política como imperativo. O meu líder seria alguém para quem a intervenção na vida pública se assumisse como dever indeclinável em nome de um projecto concreto de transformação da sociedade. Alguém em quem a estafada proclamação do sentido de serviço soasse a verdade original. Alguém que não precisasse de palco ou de emprego.

Por isso, queria alguém capaz de um discurso assertivo, directo, corajoso, sem papas na língua. Alguém com a garra dos que acreditam. Alguém com o efeito dos que são genuínos.

Mas queria alguém susceptível de integrar. De mobilizar e de irmanar. Alguém que protagonizasse uma proposta inclusiva, convocando esse imenso, latente e esquecido universo de gente de recta intenção. Gente bem mais atenta e disponível do que os poderes instalados sempre gostam de fazer crer.

Depois, sonho com alguém capaz de criar esperança. Alguém que, ao propor caminhos, toque os Portugueses. E os mobilize para um futuro a construir por todos. Gostava de um líder que revelasse conhecer o País e fosse capaz de pensar um projecto político a partir da emulação dos casos virtuosos. Acredito num apelo sério aos exemplos de sucesso como meio de fundar a confiança e de radicar aí um novo horizonte de possibilidade. Gostava de sentir esse entusiasmo criador que tudo desafia e supera. Gostava de ver coesão à volta dessa esperança. Sem discursos fátuos, sem exortações ocas, mas como manifestação de verdade e de aposta partilhadas. Por detrás da pobreza e do desencanto de muitos, há gente que triunfa e há histórias de trabalho que premeiam. Temos empresários, marcas e sectores capazes de liderança e neles bem poderíamos, com visão política, assentar um desígnio ganhador.

Na actual conjuntura, eu queria um líder que assumisse muito claramente a prioridade do crescimento do País – alguém que explicasse que nada é possível sem crescermos mais, sem crescermos melhor (emprego, saúde, segurança social, justiça, etc.). Por isso, queria um líder capaz de densificar um objectivo de crescimento e de lhe dar lastro político – na charneira entre uma quantificação rigorosa e lúcida da meta a atingir e a demonstração prática das múltiplas implicações concretas da sua transposição na vida de todos e de cada um. Gostava de ver alguém explicar aos Portugueses, de modo simples e directo, o que mudaria na sua vida e na vida do País se conseguissem crescer, por exemplo, a 4%, a 5% ou a 6% ao ano. Como gostava de ver explicados os custos reais da divergência face à Europa e, em particular, aos Estados-membros cuja evolução deve constituir para nós referência privilegiada. Gostava de ver uma proposta concreta de calendário para a convergência e gostava de acreditar na possibilidade de lá chegar. Por isso, sonho com o líder capaz de assumir, sem hesitações, sem conversas redondas, sem embustes, qual o caminho a seguir. Alguém com respostas para perguntas como: que papel quer ter Portugal no Mundo em 2015? Como podemos aprender com o sucesso dos países "estrelas de crescimento"? Como mudamos as nossas debilidades estratégicas em 10 anos? Como saltamos directamente para a frente nos temas relevantes no futuro próximo? Como garantimos inovação e criatividade em sectores estratégicos? Como obtemos a liderança nos sectores que elegermos? Como criamos um modelo que assegure sustentabilidade social? Como criamos um modelo que assegure sustentabilidade ambiental? Quais são os *x* sectores estratégicos em que Portugal pode criar vantagens competitivas ao nível global? Quais são os *y* mercados em que temos de vencer? E como? Quais são as cinco empresas por sector estratégico que queremos tornar líderes mundiais? E como fazê-lo?

Gostava de um líder assim. Capaz de ganhar o PSD, de fora para dentro, a olhar para o País, a ouvir o País, a falar para o País. E longe, longíssimo, das lógicas aparelhísticas e das suas aritméticas feitas à medida de pertenças, influências, obediências e favores – passados, presentes ou futuros.

Esta pessoa, antes de tudo normal e livre, capaz de ver mais longe e de ir mais fundo, faria a diferença – no PSD e, decisivamente, no confronto com o estilo e a substância do actual Primeiro-Ministro. Nesse sentido, começaria por mudar o PSD e depois mudaria o País.

Mas onde está?...

Crédito Pessoal BPI

Ano novo, computador novo.

O BPI dá-lhe crédito no regresso às aulas, com uma taxa desde 5%.*

Depois das férias de Verão, tenha tudo o que precisa com o Crédito Pessoal BPI. Seja para financiar o regresso às aulas dos seus filhos ou para concretizar quaisquer outros objectivos, o Crédito Pessoal BPI oferece-lhe soluções de financiamento muito flexíveis, com uma taxa de juro fixa desde apenas 5%* e um amplo leque de opções, montantes, prazos e finalidades. E se estiver a pensar em adquirir um novo computador, opte por um dos modelos ASUS que seleccionámos para si, em condições muito especiais.**

Para mais informações, dirija-se a qualquer Balcão ou ao seu Centro de Investimento BPI, ligue grátis 800 22 10 22 ou consulte www.bancobpi.pt.

* TAEG de 5,584% para um financiamento de € 30.000, a 120 meses. Exclui seguros.
** TAEG máxima de 9,162%.

ASUS®
Rock Solid · Heart Touching

BPI

LUÍS MIRA AMARAL

A SOCIAL-DEMOCRACIA E A GLOBALIZAÇÃO

Um (des)contributo para o programa do PSD

O que poderá ser a social-democracia no séc. XXI? Num novo mundo global que está a nascer, com a crise dramática do Estado-Providência, será preciso reinventar os governos. Esta é a primeira parte da proposta aqui apresentada por **Luís Mira Amaral** para o programa do PSD

O mercado global

Os avanços tecnológicos nos sistemas de transportes e comunicações estão a tornar a nossa aldeia global cada vez mais pequena e mais integrada. Os tratados internacionais, como os da Organização Mundial do Comércio e dos blocos regionais – como é o caso da União Europeia – tendem a diminuir as barreiras alfandegárias e administrativas entre as fronteiras nacionais, originando uma crescente liberdade de circulação de capitais, bens, serviços e pessoas à escala regional e global.

Num mundo de crescente ligação entre as economias, o estado-nação perde a sua relevância económica tradicional. Um novo mundo global está a nascer, alavancando novos *drivers* de poder económico, crescimento, repartição de riqueza e divisão internacional do trabalho.

A economia global afecta as economias nacionais. Num mundo de crescente liberdade de circulação, as pessoas, bens, serviços e capitais deslocalizam-se para outras paragens mais atractivas. Assim, os governos nacionais são disciplinados pelos seus próprios cidadãos, sejam eles contribuintes, trabalhadores ou empresários, e pelos investidores de todo o mundo. A eficácia das políticas nacionais, designadamente políticas orçamental e fiscal, fica à mercê não só da comunidade nacional mas também de consumidores e investidores do resto do mundo.

A globalização é a emancipação dos indivíduos, consumidores, empresas e regiões da herança do estado-nação a que pertencem.

Como plataformas dessa globalização temos tido a título ilustrativo:

O dólar (e agora o euro) como moeda universal;
A Internet;
As marcas globais, como a *Microsoft*, a *Coca-Cola*, a CNN;
Uma cultura e uma linguagem de negócios cada vez mais global, utilizando o inglês como língua;
Os cartões de crédito e os ATM, espalhados por todo o mundo, e libertando as pessoas fisicamente da agência bancária;
O GPS (Global Positionning Satélite")

A reinvenção dos governos

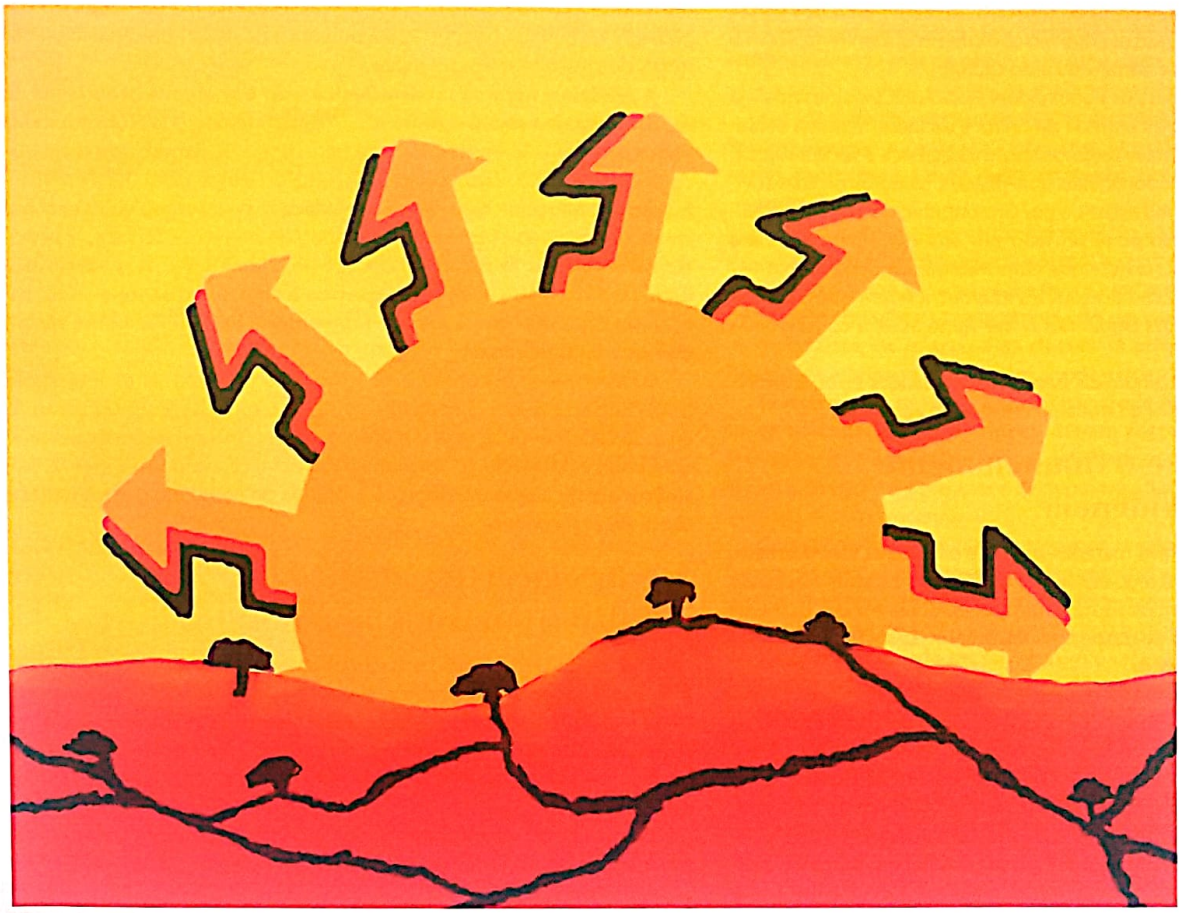
Os governos não criam riqueza mas devem numa economia global criar as condições para o desenvolvimento económico dos seus países e regiões. Muitos governos julgam-se ainda distribuidores de riqueza, vendo o seu papel como protectores de empresas locais e das suas populações quando consideram que elas estão em desvantagem. Acontece que indústrias locais, protegidas e financiadas pelo contribuinte, não pensam globalmente e por isso não conseguem ser competitivas na economia global.

Os governos do futuro, se querem ser relevantes no plano económico e social, em vez de só protegerem, devem jogar ao ataque, criando as condições para que os seus países e regiões sejam atractivos para os trabalhadores, capitais e empresas aí desenvolverem as suas actividades e serem competitivos na economia global. Só se estimularem o investimento criador de riqueza, é que ela poderá ser distribuída.

Globalização – luzes e sombras

Os defensores da globalização encaram-na como a forma de proporcionar mais riqueza e informação às populações mais afastadas dos centros de decisão, contribuindo assim para acabar, ou pelo menos, reduzir as desigualdades existentes. É óbvio que um país ou região que não se insira no processo global, ficará para trás no concerto das nações, mas também é verdade que, como tudo na vida, a globalização encerra os seus riscos, podendo agravar as assimetrias, se esses países ou regiões não fizerem o seu trabalho de casa para se inserirem harmoniosamente na economia global. A globalização desenvolve movimentos e tendências integradoras, mas tem também associados movimentos de sinal contrário, levando a riscos de fragmentação e desintegração dentro e entre as nações.

Por um lado, crescem as tensões nos sistemas sociais e de trabalho dos países mais avançados tecnologicamente que dispensam grande número de trabalhadores. Por outro lado, a concentração de empresas, capitais e centros de decisão em apenas alguns países poderá levar a maiores assimetrias, o que poderá alimentar culturas de ódio e movimentos antiglobalização, associados às diferenças culturais e de desenvolvimento.



Não se pode negar que o desenvolvimento trazido pela globalização se tem feito sentir por todo o mundo e trazido para o sistema económico populações que viviam quase no limite da pobreza

Os contactos entre culturas, entre os mais desenvolvidos e os que possuem menos meios, têm tendência a aumentar as expectativas de consumo dos indivíduos das regiões mais desfavorecidas, colocando em perigo o processo de integração económica e de globalização. É o que tem acontecido com a América Latina em relação aos EUA e pode acontecer em Portugal em relação ao Centro Europeu, se continuar a nossa divergência estrutural com a Europa.

O processo de globalização nunca poderá naturalmente envolver todos ao mesmo tempo, o que aliás aconteceu com outros processos de desenvolvimento. Mas apesar do dualismo no crescimento entre vários países, de concentração de riqueza em algumas elites, não se pode negar que o desenvolvimento trazido pela globalização se tem feito sentir por todo o mundo e trazido para o sistema económico populações que viviam quase no limite da pobreza. Tal é devido à melhoria das infra-estruturas, dos sistemas de comunicação e ao investimento directo estrangeiro nesses países.

O Estado-Providência encontra-se dramaticamente em causa. Estando a social-democracia muito ligada a esse conceito de Estado-Providência, é um novo conceito de social-democracia que se torna urgente definir

As potências emergentes e a relação trabalho-capital

À medida que a China e a Índia foram abraçando o capitalismo e entraram no mercado global, a força do trabalho mundial quase que duplicou. Também o *output* potencial do mundo tem sido puxado pelos rápidos ganhos de produtividade nos países em desenvolvimento.

A integração da China, da Índia e doutros países em desenvolvimento na economia e no comércio mundiais está a causar um enorme desvio nos preços relativos e nos rendimentos (do trabalho, capital, *commodities*, bens e activos), o que está a levar a uma grande redistribuição dos rendimentos.

Concretamente, no que toca à relação capital-trabalho, a integração da Índia e da China tornou o trabalho mais abundante em relação ao capital, na medida em que essas economias entraram com muito trabalho e pouco capital no mercado mundial. Essa oferta de trabalho pressionou para baixo

os salários reais e, por isso, a parte do trabalho no rendimento dos países tem decaído, enquanto a parcela dos lucros aumentou. Diminuiu assim a rendibilidade do trabalho e aumentou a do capital.

Isto é verdade não só para os trabalhadores indiferenciados, os quais já vinham a sentir isto antes da entrada da China e da Índia devido à evolução tecnológica que os tornava redundantes, mas começa a ser dramaticamente válido para trabalhadores mais qualificados, como os de contabilidade, programação, desenho assistido por computador, diagnóstico médico, na medida em que isso pode ser feito por *offshoring* para a Índia e China. Por outras palavras, serviços que eram não transaccionáveis, começam agora, graças às telecomunicações e à Internet, a serem transaccionáveis e os colarinhos brancos ocidentais ficam vulneráveis à concorrência asiática.

Assim, a oferta de trabalho mais barato pelos asiáticos levou à alteração da rendibilidade relativa do trabalho em relação ao capital.

A globalização e o financiamento do Estado-Providência

Enquanto o Sul exportava matérias-primas e o Norte as transformava, com quase pleno emprego no Norte, foi fácil aos Estados Nacionais financiarem através dos impostos sobre os trabalhadores e sobre os lucros das empresas um modelo de despesas e transferências sociais crescentes ligadas ao Estado-Providência.

Como *drivers* que pressionam o modelo temos:

(1) a variável demográfica, com o envelhecimento das populações diminuindo drasticamente o rácio activo-beneficiário; (2) a evolução tecnológica, destruindo maciçamente emprego não qualificado; (3) a globalização, permitindo a deslocalização de actividades para outras paragens; (4) agora a emergência das novas potências asiáticas, oferecendo pela primeira vez um *mix* de gente qualificada com salários baixos, tornando muitas actividades que eram não transaccionáveis em transaccionáveis, o que leva à perda de empregos e à estagnação salarial de gente qualificada. Tudo isto veio dramaticamente pôr em causa o Estado-Providência assente no financiamento generoso pelo Estado-Nação (que não era sujeito à actual concorrência fiscal entre países), de cada vez maiores prestações sociais. Estando a social-democracia muito ligada a esse conceito de Estado-Providência, é um novo conceito de social-democracia que urge definir.

Social-Democracia e expansão económica no século XXI

A expansão económica, o keynesianismo e o Estado-Providência constituíam um trio indissociável. Não havia Estado-Providência sem distribuição dos frutos do crescimento económico e não havia crescimento nos anos 50-70 do século XX sem uma sustentação keynesiana da procura através das despesas sociais. O Estado-Providência foi nessa época áurea o produto mas também a condição do crescimento, círculo virtuoso, quase miraculoso, no contexto mais vasto do modelo social democrata.

A social-democracia, como ponto de equilíbrio entre a eficiência do funcionamento de um sistema económico e as preocupações de justiça e solidariedade sociais, é uma das mais belas realizações socioeconómicas do mundo contemporâneo. Ela floresceu e afirmou-se no contexto das políticas keynesianas de gestão da procura e da redistribuição estatal dos frutos do crescimento económico.

A mudança no modelo económico veio pôr alguns problemas ao modelo clássico social-democrata. A social-democracia, constituída na época de expansão económica e de hegemonia ocidental, teve dificuldade em se adaptar à nova época. Ela foi uma excelente máquina de redistribuição que não pode nem deve ser rejeitada mas sim complementada por condições que não entravem, em período de mutações técnicas, psicológicas e comerciais, a criação de riqueza e de valores novos. **A sua crise está ligada à da filosofia da partilha quando é uma nova filosofia – a da criação de riqueza – que é preciso reinventar e incorporar numa social-democracia renovada.**

O desemprego estrutural, a crise das práticas keynesianas anticíclicas, a abertura ao exterior, o endividamento do Estado, o reconhecimento da crise do Estado-Providência são sintomas que mostram serem necessárias correcções no modelo social-democrata. Acresce a tudo isto que se tem vindo a assistir a uma modificação profunda do conteúdo das fronteiras e das práticas da política.

A reformação do modelo político e o novo tempo político

A mudança veio pôr em causa as ideologias e as soluções tradicionais, explicitando a visão reducionista das ideologias tradicionais na captação e compreensão da realidade social. **As novas realidades e a nova sociedade que estão a nascer no início do século XXI não se adaptam totalmente às hipóteses e postulados clássicos, quer da direita quer da esquerda.**

Os movimentos ecologistas e regionalistas, o crescente desemprego estrutural, as novas exigências da juventude na sequência dos gravíssimos problemas de desemprego juvenil são fenómenos que mostram que, também no campo social, o modelo social-democrata necessita de alguns ajustamentos. É preciso incorporar novos valores como os da participação, da felicidade, da defesa do ambiente e da flexibilidade e capacidade de ajustamento às mutações estruturais.

Quer tudo isto dizer que **não poderemos fazer a gestão do novo modelo de desenvolvimento económico com a mentalidade e os instrumentos do passado.** A base ideológica e programática carece de tradução para uma realidade que é diferente daquela em que se fundou. **Aqueles que continuam agarrados à mentalidade e aos instrumentos desse passado recente são na prática e na realidade conservadores,** ainda que se julguem a coberto de tal epíteto por se encontrarem abrigados nas classificações do espectro político tradicional.

O tempo político dos nossos dias terá então de beneficiar de todas as renovações ideológicas introduzidas; só assim será possível em cada momento ajustarmo-nos ao futuro que, fatal e inevitavelmente, se vai transformando em presente.

É também neste contexto que se deve voltar a equacionar o binómio igualdade/diferença, pois a **revolução qualitativa das novas tecnologias arrasta consigo um renascimento do valor da iniciativa, mas também da vantagem da diferença.** Será que a igualdade é um valor que ainda tem futuro? Como sempre foi filosofia da social-democracia, a **pro-**

cura da igualdade económica ou social deve exprimir-se nos nossos dias como vontade de redução da desigualdade através do princípio da igualdade de oportunidades para todos os cidadãos e do premio ao mérito, mas não como fixação de um objectivo de nivelamento e de uma igualitarização desmotivadora e castrante.

ESTADO-PROVIDÊNCIA: os limites da sua evolução

O Estado-Providência ou Estado de Bem-Estar Social **tem na Segurança Social, combinação de Keynes no campo económico com Lord Beveridge no plano social, a sua expressão por excelência.** A Segurança Social ao existir é uma prova de que a social-democracia continua viva e continuará a ser um instrumento privilegiado da solidariedade do Estado. Em conjunto com os valores de Liberdade e Igualdade, a Solidariedade é outro valor da social-democracia. Talvez ele seja mesmo aquele que mais urgentemente necessite de ser repensado, como veremos adiante.

A mudança de modelo económico veio colocar por todo o mundo sérios problemas aos sistemas de Segurança Social, pois:

Por um lado, o sistema económico deixou de gerar os excedentes que permitiam financiar sem grandes problemas os mecanismos da Segurança Social;

Por outro lado e com o aumento do desemprego e o envelhecimento das populações, acentuaram-se as preocupações de ordem social numa população habituada a níveis elevados de Segurança Social e bem-estar social.

É então fácil de perceber que, um pouco por toda a parte no mundo ocidental, **os sistemas de Segurança Social ficaram sujeitos a grandes tensões, confrontados entre o crescimento exponencial dos custos e a estagnação, senão mesmo a regressão das receitas. Com expansões económicas fracas, o Estado-Providência tende a sugar todas as poupanças colectivas.** Com a permanência da sua estrutura actual, a boa gestão pode desacelerar essa tendência mas não a interrompe.

A restrição orçamental, uma gestão capitalista da liquidez de tesouraria – o **Management Cash,** que implementámos aliás na Segurança Social Portuguesa, a introdução de alguns critérios de produtividade, são medidas judiciosas que não resolverão o fundo do problema, pois o Estado-Providência passou nas democracias ocidentais a funcionar a custos crescentes e só um racionamento, incompatível com o direito ao **ACQUIS** social, poderia travar a progressão das despesas.

À restrição económica soma-se a impossibilidade demográfica. Com a estrutura etária dos países mais desenvolvidos, o sistema de reformas está já sujeito a grandes tensões dentro de 15 a 20 anos. **A estrutura do Estado-Providência na Europa baseava-se em estimativas de receitas e de despesas insustentáveis a longo prazo.**

À força de servir, o Estado-Providência aparece usado. Os seus grandes êxitos ficaram para trás: generalização do direito à saúde e à segurança social, protecção do conjunto da população, igualdade perante o risco. **Com todos os sistemas igualitários, este funciona com rendimentos decrescentes: uma vez acabados os progressos e os êxitos, são os efeitos perversos que vêm à superfície.** Eles identificam-se com uma **burocracia crescente** mas também com uma **certa incapacidade em tomarem a cargo os mais pobres, os mais necessitados, os excluídos.**

Um dos efeitos perversos destas arquitecturas é justamente o do funcionamento a favor daqueles que já estão dentro do sistema. A social-democracia tende neste contexto a transformar-se em social-corporativismo!

Compreender-se-á, então, que a equação socioeconómica dos anos 50 e 60 do século xx já não pode encontrar resposta apenas no campo financeiro nesta década. **Essa equação terá de ser resolvida ao nível da sociedade e das relações sociais através de um novo contrato social entre os indivíduos, os grupos e as classes. O principal bloqueamento do Estado-Providência é de ordem social e psicológica.**

O sistema de protecção social não pode ficar imune ao movimento da sociedade. A cada época deverá corresponder o seu Estado-Providência. Na sociedade actual detectam-se duas tendências contraditórias: a devoção à perenidade da Segurança Social em contraponto a um individualismo crescente.

O indivíduo está de novo a tornar-se o valor de referência: se a uma fase de ambições colectivas, sucede uma época de desejos individuais, o Estado-Providência será por sua vez contestado em nome de novos valores: o seu modo de acção aparecerá como tutelar, o seu monopólio abusivo, a sua uniformidade excessiva. Com o regresso em força do indivíduo, mesmo a ideia de segurança se transforma: ela será mesmo geral, menos impessoal, mais específica. **A uma época de crescimento e de grandes aparelhos corresponde o PRONTO A VESTIR; ao individualismo e à mudança estrutural corresponde o FEITO POR MEDIDA!**

O Estado pós-liberal, definia-se fundamentalmente como um Estado-Protector, sendo pois o Estado-Providência uma extensão e um aprofundamento desse Estado-Protector. Ambos se baseiam na mesma representação do indivíduo e das relações com o Estado. O Estado-Providência visou ainda substituir a incerteza da providência religiosa pela certeza da providência estatal, e foi a ideia de probabilidade estatística que tornou praticamente possível e teoricamente pensável a integração da Providência no Estado.

A dinâmica do Estado-Providência assentou num programa, consistindo em libertar a sociedade da necessidade e do risco. O Estado-Providência, como agente central da redistribuição, tendeu a funcionar como um grande interface substituindo o frente-a-frente dos indivíduos e dos grupos. **A perda da autonomia e o isolamento crescente dos indivíduos para quem o Estado é o principal recurso, alimentam a crise do Estado-Providência.** Nesta perspectiva, a crise do Estado-Providência corresponde aos limites de uma expressão mecânica de solidariedade social. **A crise deve-se a uma concepção demasiado mecânica de solidariedade expressa através da mera solidariedade financeira do Estado-Providência.**

O problema estará ainda então em saber se o Estado-Providência, como forma social e política, pode continuar a ser o único suporte dos progressos sociais e o único agente de solidariedade social.

[A II Parte deste ensaio será publicada na edição de Outubro da revista Atlântico]

BRUNO ALVES

Um caminho para o PSD

Não parece faltar quem pense que o Governo de Sócrates promove uma política "liberal", que "rouba espaço" ao PSD. Aqui se defende que José Sócrates é tão socialista como os seus antecessores no PS. Resta uma hipótese ao PSD: apresentar uma política verdadeiramente alternativa, afirmando-se como o partido reformador e propondo uma alternativa liberal ao estatismo hoje existente

Na noite eleitoral lisboeta de 15 de Julho, enquanto José Sócrates festejava entusiasticamente a magra vitória de António Costa com os velhinhos de Teixoso, Alandroal e Cabeceiras de Basto, involuntariamente trazidos ao Hotel Altis, o ambiente na sede do PSD era compreensivelmente menos animado. O resultado de Fernando Negrão (uns meros 15,7% dos votos que elegeram três singelos vereadores, que não se explicam pelo facto de a sua candidatura não ter tido uma Margarida Vila-Nova a dar o seu corpo ao manifesto eleitoral) não só não motivara a descida à capital do Lar de Idosos de Pitões das Júnias, como acabaria por precipitar uma crise de liderança no partido laranja.

Considerando que a "responsabilidade" de tal resultado havia sido sua "por inteiro", e que, como "em democracia, o poder não é tudo", e não desejando "conquistar o poder a qualquer preço" nem mantê-lo "a qualquer custo", o líder social-democrata Luís Marques Mendes anunciou a antecipação das eleições directas para o cargo de presidente do partido e a sua intenção de a elas concorrer. Os resultados talvez não justificassem a queda, mas certamente "justificariam" novos e crescentes ataques da oposição interna, que inevitavelmente acabariam por ferir ainda mais a sua liderança. Antecipando as eleições, Mendes romperia de uma vez por todas o colete-de-forças que tem aprisionado a sua condução política: se ganhasse, colocaria os opositores no seu devido lugar. Se perdesse, já não teria de os aturar, ficando livre para umas manhãs de *bodyboard* na praia do Guincho.

Desde essa noite que a comunicação social se tem entretido com as acusações mútuas de militantes laranja e cenários em torno de quem avança, quem apoia quem, e que razões têm os que preferiram ficar a assistir ao espectáculo pela televisão. Mas mais do que os nomes de quem se propõe liderar o PSD, seria bem mais útil discutir qual o caminho que o PSD deveria seguir, de forma a não só voltar ao poder, como a fazer qualquer coisa decente com ele.

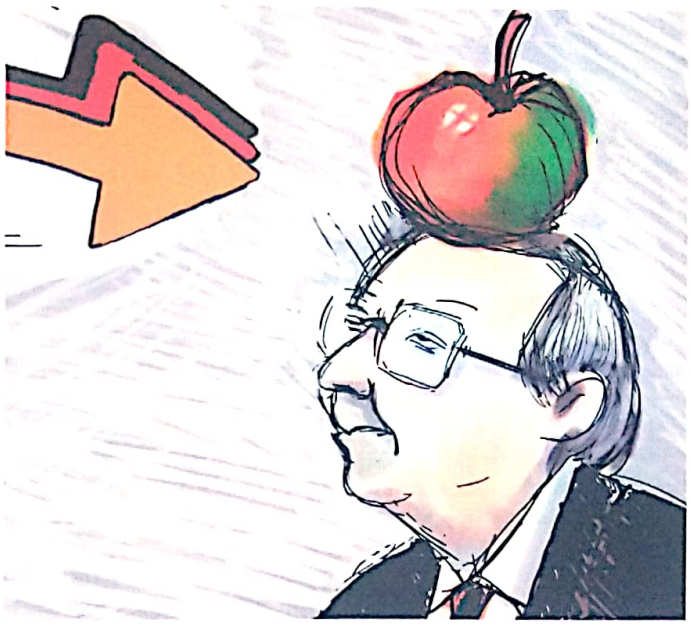
Espaço vital

É comum ouvir-se dizer que é difícil fazer oposição a este Governo, por Sócrates estar a levar a cabo a "agenda da direita". Não parece faltar quem pense que o Governo de Sócrates promove uma política "liberal", que "rouba espaço" ao PSD. Na realidade, e ao contrário não só do que é dito, mas do que o próprio quer fazer crer, José Sócrates é tão socialista como os seus antecessores no PS.

Há tempos, no seu blogue Arte da Fuga, o habitual colaborador desta revista Adolfo Mesquita Nunes escrevia, a propósito da "reforma" da Administração Pública de que tanto se orgulha o Governo, palavras sensatas. As medidas de Sócrates "organizam a burocracia". Mas continuam a atribuir-lhe o mesmo papel. Sócrates continua a achar que ela deve cumprir as mesmas funções. E de facto, tudo aquilo que este Governo tem levado a cabo, todas as "reformas corajosas" que tem feito, mais não são do que uma racionalização do "monstro". Meros remendos daquilo que existe e não um corte com o estado em que está o Estado. Sócrates insiste que tudo aquilo que faz é "na defesa do Estado Social". Ao contrário do que pensa o PCP e o BE, e imagino que parte do próprio PS, Sócrates não está a mentir. Sócrates conhece as inúmeras deficiências do Estado. Quer corrigi-las, porque quer que o Estado continue a desempenhar o papel que essas deficiências o impedem de cumprir de forma eficiente. Se esta é a política do PSD, se este é o "espaço" onde o PSD quer viver, o primeiro-ministro não lhe está a roubar qualquer "agenda". Elas apenas não se distinguem.

Há, no entanto, um outro elemento que deve ser tido em conta, referido num artigo de Vasco Pulido Valente, publicado em 2006 no *Público*. O primeiro-ministro está de facto a roubar algo ao PSD: a imagem de que "faz". A chave do sucesso eleitoral do PSD estava nessa imagem de "desembaraço" governativo. O *Político Anteriormente Conhecido Como Durão Barroso* assentou a sua campanha de 2002 nessa ideia de que, "quando as coisas estão más, as pessoas chamam o PSD" para reparar o "estrago" feito pelo PS. Com a sua acção, e com a forma como propagandeia a sua acção, José Sócrates está a retirar ao PSD aquela que era a sua principal arma. Restará, portanto, uma hipótese ao PSD: apresentar uma política verdadeiramente alternativa à do PS, não se limitando a querer ser o "biscateiro" do regime, mas afirmando-se como o seu reformador. Propondo uma alternativa liberal ao estatismo hoje existente.

Para ser justo com Marques Mendes, houve na sua liderança alguns tímidos passos nesse sentido. O PSD percebeu, por exemplo, que o Estado não tem a capacidade de gerir o sistema educativo, e por isso propôs que as famílias tenham total liberdade para escolher a escola para os seus filhos, desaparecendo o condicionamento do local de residência ou trabalho dos pais, e que fosse dada maior liberdade a cada escola no desenvolvimento do seu programa educativo. Mas falta ao PSD dar o passo seguinte, e defender a adopção do "cheque-ensino", seja ele universal, seja só para aqueles que por si sós não tenham meios para pagar o ingresso dos filhos numa escola. Falta ao PSD perceber e defender, por exemplo, que



"O PSD precisa de adoptar um programa 'liberalizante', criando uma 'coligação de vontades' que, indo da 'direita' ao 'centro-esquerda' (como o fizeram Sá Carneiro e Cavaco Silva), concentre a sua campanha nesse 'centro-esquerda'"

quando uma escola é financiada pelo Orçamento de Estado, a sua sobrevivência depende, não da satisfação daqueles a quem os seus serviços se destinam (os alunos e os seus pais), mas da satisfação do Ministério da Educação. Uma escola que recebe o seu dinheiro, o dinheiro que sustenta a sua actividade, directamente do Estado, não concentra a sua atenção na satisfação das exigências dos seus "clientes", mas na satisfação das exigências do Estado. Mas se cada família puder decidir qual a escola que receberá o seu dinheiro (seja ele seu ou um cheque que o Estado lhe atribui), em vez de o entregar a um Estado centralizador que depois o distribui de acordo com o seu critério, ou sem critério algum, a escola que recebe esse dinheiro será obrigada a responder às exigências das famílias que lhe entregam esse dinheiro, sob pena de elas optarem por o entregar a uma escola concorrente.

Tal modelo, para além de responsabilizar a escola pelo seu programa educativo, teria ainda o mérito de responsabilizar também as famílias, que teriam de ajuizar se determinada escola vale o dinheiro que dão pelo serviço que ela presta. E o mesmo raciocínio deveria ser aplicado às restantes áreas governativas, defendendo o PSD políticas que, dando maior liberdade aos indivíduos, lhes dariam maior responsabilidade e mais poder.

Coligação de vontades

A pergunta que o leitor certamente coloca é a de quem votaria em tal programa? E a resposta mais sensata talvez seja a de que ninguém o faria. A relativa pobreza do país, que convida os nativos a guardarem o pouco que têm e não a correrem os riscos necessários para poderem passar a ter mais, parece ser suficiente para deitar por terra as pretensões de "liberalizar" o país. Mas com um pouco de coragem e habilidade políticas, talvez seja possível encontrar um eleitorado disposto a apoiar um PSD liberal. Há um conjunto de pessoas que estaria sempre disposto a votar em qualquer partido que pretenda emagrecer o Estado. Para pessoas que, como este vosso escriba, desconfiam da espécie humana ao ponto de quererem ser o menos possível governadas pelo seu semelhante, ou para "liberais clássicos", que entendem ser o modelo liberal o mais adequado à natureza humana, tais propostas seriam sempre positivas. São poucas, é certo, mas outras poderiam juntar-se-lhes: "sociais-democratas", no sentido tradicional do termo, pessoas que, acreditando na "justiça social" (e que é função do poder político obtê-la), se dispõem a apoiar as propostas que melhor lhes pareçam satisfazer tal pretensão. Para ser uma verdadeira alternativa ao PS, e assim regressar ao poder e exercê-lo em vez de ser seu refém, o PSD precisa de, adoptando um programa "liberalizante", criar uma "coligação de vontades" que, indo da "direita" ao "centro-esquerda" (como o fizeram Sá Carneiro e Cavaco), concentre a sua campanha nesse "centro-esquerda". E que o faça, não cedendo ao estatismo que esses eleitores tradicionalmente preferem, mas procurando mostrar-lhes como o liberalismo, mais do que o Estado Social a que se afeiçoaram, promove melhor a tal "justiça social" que desejam, promove melhor uma sociedade na qual não apenas eles, mas também o seu vizinho, poderão ter uma vida melhor.

No fundo, o PSD deverá adoptar um programa liberal e perguntar aos que não são liberais se será "justo", por exemplo, que a classe média seja sufocada por impostos que a impedem de suportar encargos com os seus pais já reformados, obrigando assim o Estado a ocupar o seu lugar e, dessa forma, retirar a uma população activa cada vez mais diminuta uma parte cada vez maior do seu rendimento, para dar a um crescente número de seus dependentes um rendimento cada vez mais escasso? Será "justo" que uma parte cada vez maior da sociedade faça descontos para um sistema de pensões do qual sabe nunca poder vir a beneficiar? Será "justo" que, sob a ilusão de um SNS "tendencialmente gratuito", se aumentem os custos individuais com o recurso a esse mesmo SNS? Será "justo" que, devido ao espartilho legislativo que sufoca o mercado de arrendamento, os jovens sejam praticamente obrigados a comprar uma casa e a contrair o endividamento eterno que a acompanha?

Deverá depois convencê-los de que é mais "justo" deixar o mercado funcionar, e "amparar" a queda dos que não tiverem a sorte ou a capacidade de serem bem sucedidos, do que, como no mercado da habitação, o Estado acabar por criar problemas mais graves do que aqueles que, com a sua intervenção, pretende resolver. De que é mais "justo" que sejam os doentes (e idealmente apenas os que não tiverem recursos suficientes para o fazer por si próprios) a serem financiados, em vez dos hospitais, de forma a que estes últimos deixem de depender do Ministério da Saúde e respondam às necessidades dos que a eles recorrem. De que é mais "justo" que os indivíduos tenham a liberdade de escolher a quem entregam as suas pensões, do que ficarem presos a um sistema condenado à falência. No fundo, de que uma sociedade mais livre será uma sociedade mais "justa".

O PSD era tradicionalmente visto como um partido de pessoas que queriam subir na vida. Anos e anos de poder transformaram-no num partido de pessoas que querem manter o emprego público. Ao mesmo tempo, os portugueses foram sendo amarrados a um Estado Social que apenas garante o empobrecimento generalizado da população. Nenhum partido, excepto o PSD, os poderá libertar. E se é verdade que não o tem querido fazer, também parece ser cada vez mais verdadeira a ideia de que não lhe resta outra alternativa que não passar a querer. O líder do PSD, seja qual for o seu nome, terá de perceber isto, se quiser libertar o partido da letargia que o tem caracterizado e os portugueses do Estado que os sufoca. E terá de perceber que, ao contrário dos seus antecessores, terá de conduzir a opinião pública, em vez de ser conduzido por ela.

GONÇALO REIS

O QUE PODERIA SER

"O PSD está ao mesmo tempo muito longe e muito perto de ser um partido locomotiva, capaz de acelerar o futuro e construir o determinante. É esta fronteira de possibilidades que o torna ora num poço de frustrações, ora num pólo de energias vibrantes, mas quase sempre no caso mais interessante da política portuguesa"

André Malraux desenvolveu o fértil conceito do "museu imaginário". Elaboração mental de uma instituição exemplar, com os conteúdos e as valências ideais. Um bloco de notas de intenções. Um arquétipo para provocar os ânimos. Um lembrete de que vale a pena olhar mais alto.

Também tenho o meu PSD imaginário.

Um partido com homens e mulheres cultos à frente das hostes. Um espaço em que se ouça a voz de gente com densidade de pensamento e sentido da história. Uma escola de liderança que não produza apenas os jeitosos, os bem falantes, os itens fabricados. Uma instituição de bem com a noção de elite, de tropas de categoria, de intervenções qualificadas.

Um partido que entenda a possibilidade de escolha como uma prestação essencial do Estado. Que incentive os cidadãos a decidir pela própria cabeça, a formatar o que pretendem receber da esfera pública às suas necessidades concretas. Que aumente as opções das famílias na educação, na saúde. Que saiba escutar, para não cair em soluções dirigistas, monoliticas.

Um partido que recupere sem complexos a noção de autoridade do Estado, a dignidade das instituições, a seriedade das respectivas práticas. Que fale não apenas nos direitos mas também nos deveres e responsabilidades de cada um. Que volte a dar grandeza ao conceito de serviço e dedicação.

Um partido que abrace sempre uma intervenção forte e estruturada nas áreas da cultura, conhecimento, ciência, artes. E que faça desta posição não um adereço de lapela, mas uma forma de estar em sociedade.

Um partido que perceba que a solução para grande parte das doenças económicas nacionais consiste simplesmente em retirar barreiras à produtividade e reduzir a intervenção desnecessária. E que se lembre que atirar dinheiro aos problemas normalmente não os resolve, apenas cria outros.

Um partido que não tolere a corrupção. Sem cedências. Sem cumplicidades com aqueles que sendo competentes não são sérios. Que a linguagem nesta matéria seja frontal e os exemplos esclarecedores.

Um partido que procure as soluções razoáveis e tolerantes para defender a vida, para estimular a família. Mas que caminhe desse lado e não em direcção à máquina da morte.

Um partido que ataque sem tréguas a burocracia, o labirinto, as benesses, os mecanismos de auto-sustentação do monstro público.

Um partido com a preocupação permanente de aligeirar a carga dos cidadãos, que inclua no seu menu obrigatório a meta de baixar impostos. Que aprecie devolver o dinheiro às pessoas, para desfrutarem.

Um partido que conviva despreocupadamente com a diferença de opinião e a máxima liberdade de imprensa. Que não tenha perfil, nem vontade, nem tempo para seguir ou controlar.

Um partido que perceba que a globalização não é uma matéria opcional. Que ou nos adaptamos ou empobrecemos. Que o proteccionismo não deixará de cercear as hipóteses aos que estão dispostos a alterar o seu modo de vida para vencer. Que siga antes o caminho da abertura e concorrência.

Um partido que valorize o trabalho. Que facilite a vida a quem labora, permitindo melhores remunerações de acordo com o mérito e que incentive a criação de emprego. Que tenha presente a evolução dos hábitos, a polivalência, a mobilidade, as preferências das mulheres e dos trabalhadores temporários, as tendências das novas profissões.

Um partido apostado em desenvolver uma classe média forte, a base de uma sociedade estável e próspera; que traga a luta contra a pobreza para o centro da sua actuação; e que não alimente a inveja aos ricos.

Um partido em busca constante dos melhores talentos, acolhendo contribuições externas e argumentos para além do óbvio. Que mergulhe de cabeça nos temas profundos que agitam a sociedade. Que tenha uma agenda de reflexão vasta, inquieta, de arquitectura aberta.

Um partido que não tenha medo da palavra "liberal". Que assuma a coragem da diferenciação, talvez a maior herança de Francisco Sá Carneiro: «Se se entende por liberal todo aquele que acha indispensável que qualquer solução politica respeite as liberdades e os direitos fundamentais da pessoa humana, sou efectivamente um liberal. Se, por outro lado, se limita a concepção do liberalismo ao campo exclusivamente económico e se tem como liberal aquele que preconiza a abstenção do poder político em relação ao campo económico e ao campo social, nesse sentido não sou liberal.»

Um partido de afirmação, de linha definida. Uma força agregadora mas que não bamboleie ao sabor das pesquisas de opinião, da procura de faixas de eleitorado e da *real politik*. Um partido que não queira ganhar perdendo e que aceite correr o risco de perder para ousar de facto ganhar.

RUI RAMOS

Qual é a sua opinião sobre a crise da direita?

"Para que servem as opiniões sobre a direita e a sua recorrente crise? Os jornais, porque não vivem só de factos, precisam delas. Mas o CDS e o PSD, não. O CDS, porque já as tem todas, tendo o cuidado de não optar por nenhuma. O PSD, porque sempre se deu bem com a 'social-democracia', um termo misterioso, oriundo do português falado em Aveiro em Dezembro de 1975, que ninguém conseguiu ainda traduzir numa língua viva da Europa"

Há coisas certas nesta vida incerta. Uma delas tem sido a "crise da direita". Desde 2005 que nenhum ano acabou em Portugal sem o CDS ameaçar, mais uma vez, desaparecer num táxi, ou sem o PSD concluir, na obscuridade do seu cantinho autárquico, que não é com esta liderança que "isto vai lá". Tudo depende então de os jornalistas terem ou não com que se entreter algures. Se nenhum patrão do futebol foi "constituído arguido" ou se a análise laboratorial da carta de condução de Sócrates não produziu resultados, entramos na semana da crise da direita. Durante uns dias, corre o peditório de opiniões entre os sujeitos que a aldeia, com boas razões, suspeita de não andarem à esquerda. Não são muitos, que é outra maneira de dizer que são sempre os mesmos. Acontece-me, por má fortuna e erros meus, constar da lista. Na véspera do congresso do CDS ou do conselho nacional do PSD, o toque do telefone prenuncia a pergunta fatal: "qual é a sua opinião sobre a crise da direita?"

Quero evitar mal-entendidos. É sempre com muito gosto que respondo à questão. Embora nem sempre tenha que declarar. Temo mesmo que, desde há três anos, a mesma pergunta me leve a expor invariavelmente o mesmo sermão. Se não se tem notado, o mérito não é meu, mas dos jornalistas. Com uma delicadeza inexcedível, têm-me feito o favor de nunca reproduzir o que digo com exactidão. Pude assim expressar opiniões variadas, sem nunca ter sido obrigado a mudar a minha maneira de ver.

Para que servem as opiniões sobre a direita e a sua recorrente crise? Os jornais, porque não vivem só de factos, precisam delas. Mas o CDS e o PSD, não. O CDS, porque já as tem todas, tendo o cuidado de não optar por nenhuma. O PSD, porque sempre se deu bem com a "social-democracia", um termo misterioso, oriundo do português falado em Aveiro em Dezembro de 1975, e que ninguém conseguiu ainda traduzir numa língua viva da Europa.

Para o PSD e o CDS, não há direita nem há crise. A crise é isto: estar na oposição, privados do oxigénio do governo. Experimentem falar-lhes de grandes líderes e de ideologias bem definidas. Por mais bem educados, os chefes do PSD e do CDS não conseguirão esconder o sorriso complacente com que os profissionais acolhem os palpites de amadores. Sorriem quando lhes falamos de Sá Carneiro, porque sabem que nunca nenhum líder do PSD foi tão contestado como Sá Carneiro. Sorriem quando lhes falamos de ideologias, porque sabem que o CDS declinou quando Lucas Pires se fez "liberal". Os chefes do PSD e do CDS andam nisto há muito tempo. A experiência diz-lhes que a cura da crise não está em líderes inspirados ou em ideias claras, mas no governo. E julgam saber como lá voltar: o segredo está em não fazer nada. O PSD aguarda a vez, e o CDS espera que não haja maiorias absolutas. Este é o jogo. Em público, deixam correr que Sócrates não faz o que eles fariam. Em privado, até estão dispostos a admitir as vantagens teóricas de outras opções. Mas não reconhecem nessas alternativas o bilhete de regresso aos ministérios. E isso, para eles, é o que importa.

Perante esta muralha de sabedoria, talvez valha a pena lembrar algumas coisas. Ao posicionarem-se como simples herdeiros, o que o PSD e o CDS estão a fazer é abdicarem da iniciativa política a favor do PS. Sócrates será substituído quando quiser. Ora, há um risco nesta opção para o PSD e o CDS: o de deixarem que se consolide o modelo esboçado pela saída de Cavaco Silva em 1995. Desde então, o PS tem governado com as vacas gordas, e o PSD (e o CDS) com as magras. Em 2002-2005, o governo do PSD-CDS não herdou o poder, mas a falta de poder gerada por Guterres. Que herdará o PSD (ou o PSD e o CDS) em 2013, se respeitar a ordem de sucessão? Outra oportunidade para expiar os erros e as incapacidades da governação socialista, como em 2002?

Há duas razões para desejar a emergência em Portugal de direitas parlamentares modernizadas, em sintonia com o liberalismo que, nos últimos trinta anos, inspirou alternativas ao velho Estado Social em vários estados do Ocidente. Primeiro, a democracia, para ser mais do que o rotineiro plebiscito de consensos e inevitabilidades, precisa da possibilidade de opção decorrente da oferta, pelos partidos políticos, de verdadeiras alternativas. A esterilidade ideológica das esquerdas faz com que, hoje em dia, essas alternativas só possam vir das direitas. Segundo, a sociedade portuguesa encontra-se na mais perigosa situação dos últimos 50 anos, a divergir da Europa, e com uma população envelhecida e mal qualificada. Não se pode esperar, como na década de 1980, grandes estímulos reformistas da União Europeia. Qualquer mudança em Portugal, no sentido de libertar e habilitar os cidadãos, passa por uma pressão interna, que só pode surgir através do fortalecimento de uma corrente liberal — à direita.

Aos chefes do PSD e do CDS só interessa o poder? Muito bem. Façam então o necessário para, quando sucederem a Sócrates, terem realmente poder, e não apenas gabinetes.

FERNANDO MARTINS *

Nacionalismo galego hoje: OS USOS DA POLÍTICA, DA HISTÓRIA E DA MEMÓRIA

A Espanha torna-se cada vez mais homogénea, fruto de uma modernização que se conhece há décadas. Mas Fernando Martins lembra que o nacionalismo galego e a nação galega são fenómenos pouco comuns que sempre se afirmaram para além da questão linguística

Tal como Fialho de Almeida notou já lá vão um pouco mais de cem anos, quem passear durante um fim de tarde pelas principais ruas, praças ou "alamedas" das cidades e vilas galegas, verá «dando-se as mãos, as crianças, meninas mais velhas, e os petizes a brincarem», isto enquanto as famílias continuam a apresentar «bizarramente e ricamente [vestidos] os seus pequenos.»[1] Como é hábito por toda a Espanha as esplanadas galegas estão repletas de gente a conversar, ao mesmo tempo que se toma uma bebida e se degusta uma tapa. Se chove, os galegos entram em bares acolhedores e ou aí ficam um par de horas, ou vão andando de um para o outro. Neste comportamento os galegos são social e culturalmente espanhóis. Em detalhes como este, como noutros, nada distingue um galego de um basco, um catalão de um estremenho ou de um andaluz.

Por outro lado, o crescimento económico e a prosperidade de que Espanha vem usufruindo na última década são simultaneamente causa e consequência de uma modernização que se conhece há décadas. É aqui, por exemplo, que se integra um amplo fenómeno de renovação urbana, de construção de vias e comunicações modernas, de democratização do acesso ao ensino ou de homogeneização dos consumos culturais

Espanha homógenea

Como não podia deixar de ser, esta modernização tem sido também um fenómeno galego, o que significa que nas últimas décadas Espanha tem-se tornado mais homogénea, apesar de mais plural, sendo que muita desta pluralidade lhe tem sido dada pela chegada de algumas centenas de milhar de imigrantes. Mas esta homogeneização tem tido como contraponto a reinvenção das tradições locais e regionais e o reforço e disseminação de fenómenos identitários que afectam todas e cada uma das regiões de Espanha. A Galiza não é excepção e tem assistido ao reforço do fenómeno político de inflação identitária de raiz étnica. Tal facto decorre da edificação e consolidação, sobretudo nas duas últimas décadas, de uma língua única na região e que deverá tornar-se comum a todos os galegos e não galegos residentes na Galiza, ao mesmo tempo que se aposta na reforma e desenvolvimento de uma cultura "tradicional" que tende a homogeneizar-se, nomeadamente pela purga daquilo que nas suas origens e práticas se suspeite poder possuir uma matriz "castelhana" ou "espanhola".

De qualquer modo, na região mais ocidental de Espanha, e apesar da importância da sua língua, a identidade dos seus naturais sempre se afirmou por caminhos singulares. Se compararmos os passos dados pelo nacionalismo com aqueles que foram percorridos noutras regiões tornam-se por mais evidentes as diferenças. Isto, se por um lado reforça as marcas identitárias, torna curiosamente o nacionalismo galego e a nação galega em fenómenos pouco comuns. As fortíssimas tradições rurais produziram uma religiosidade, uma cultura musical e uma cultura literária que sempre se afirmou para além da questão linguística (veja-se, entre outros, o caso de Gonzalo Torrente Ballester), sendo única em toda a Espanha. Além disso, e ao contrário do sucedido na Catalunha e no País Basco, as outras nacionalidades históricas espanholas para além, eventualmente, da castelhana-leonesa e castelhano-manchega, a identidade galega foi forjada na emigração e ignorando o fenómeno da imigração que apenas nos últimos dez anos passou a conhecer. Por último, a identidade galega foi durante muito tempo produto do atraso económico que se pode atribuir a variadas causas, mas também, e muito, ao facto de se ter tratado sempre de uma das regiões ibéricas geograficamente mais isolada do resto de Espanha.

A identidade galega

A verdade é que, em geral, a Galiza e os galegos chegaram muito atrasados ao nacionalismo moderno, ao mesmo tempo que podem ser identificados como uma nação antiga incapaz de superar o patamar do "etnicismo." Assim, e até à Primeira Guerra Mundial, a Galiza conheceu apenas os fenómenos do "provincialismo" e do "regionalismo" protagonizados por sectores quantitativa e qualitativamente pouco representativos da sociedade galega (intelectuais, profissionais liberais, alguns comerciantes e trabalhadores de "colarinho branco"). Só com o advento da II República, em 1931, num ambiente politicamente favorável, saiu o nacionalismo galego, paulatinamente, do gueto social em que se encontrava. A Guerra Civil e a vitória franquista acabaram por pôr fim a este processo de crescimento que, no limite, procurava para a Galiza um estatuto político autonómico que, embora inspirado nos exemplos basco e catalão – este entretan-

"A Galiza e os galegos chegaram muito atrasados ao nacionalismo moderno, ao mesmo tempo que podem ser identificados como uma nação antiga incapaz de superar o patamar do etnicismo"

to consumado –, reconhecia a especificidade da "nação" galega: uma região atrasada no seu auto-reconhecimento como consequência aparente dos efeitos produzidos pelo arcaísmo económico e pela dificuldade que "provincialismo", regionalismo e nacionalismo, enquanto movimentos políticos e ideologias sentiram para penetrar em certos meios populares e, sobretudo, junto do clero e da generalidade das elites sociais, fossem elas urbanas, rurais ou industriais. Aliás, a indisponibilidade do clero galego para colaborar no movimento de nacionalização da Galiza revelar-se-ia importante e duradouro, bastando que se compare a relevância desta indisponibilidade com os casos de participação empenhada em prol da afirmação da nação e do seu nacionalismo em países ou regiões como a Sérvia, a Irlanda, a Polónia ou o País Basco. Ou seja, por mais que a nação existisse, a verdade é que até à Guerra Civil o nacionalismo galego esteve muito longe de elaborar com representatividade um projecto político identitário e autonómico.

Durante o franquismo, o nacionalismo e os nacionalistas galegos remeteram-se ao exílio ou à clandestinidade, tendo sido esta experiência, juntamente com a incapacidade de se criarem na Galiza partidos ou movimentos nacionalistas de centro-direita, ao contrário do ocorrido na Catalunha e no País Basco, que explicou a sua radicalização à esquerda, fenómeno que em boa medida se mantém. Este radicalismo, que tem feito o seu caminho, é em boa medida consequência do facto do nacionalismo galego ter tido, mesmo no período áureo da II República, uma fraca penetração social. Por outro lado, o seu sectarismo ideológico não deixou de ser uma consequência do atraso económico e social da Galiza. Actualmente, e apesar da principal formação nacionalista galega, o Bloco Nacionalista Galego (BNG), ser governo na Xunta em coligação com o Partido Socialista Galego (o braço regional do PSOE), a verdade é que o nacionalismo na Galiza – excluindo a sua dimensão étnica – é, declaradamente, um fenómeno minoritário. Testemunho dos limites do nacionalismo galego é o

"Apesar da principal formação nacionalista galega, o Bloco Nacionalista Galego (BNG), ser governo na Xunta em coligação com o Partido Socialista Galego, a verdade é que o nacionalismo na Galiza é minoritário"

facto da revisão do seu estatuto autonómico tardar, sobretudo por comparação com o catalão, valenciano ou andaluz, que entretanto viram concluídas as respectivas reformas em termos que muito reforçaram as respectivas autonomias.

Deve-se ainda reconhecer que onde tem sido poder, e onde é poder, não se nota, em geral, que o BNG tenha um comportamento substancialmente diferente dos restantes grandes partidos da região (o PP e o PSG). Excluindo a retórica inflamada de muitos dos seus dirigentes intermédios e dos seus militantes de base, o radicalismo nacionalista de forte influência marxista tem sido na generalidade dos actos governativos colocado em segundo plano.

No entanto, existem algumas excepções. Importantes franjas políticas, culturais e ideológicas do nacionalismo galego vêm agindo aproveitando o facto não apenas do BNG ser poder, mas ainda a circunstância de, desde a eleição de Rodriguez Zapatero para a chefia do Governo espanhol, se terem criado condições para um alastramento dos movimentos identitários de forte pendor nacionalista e extremista por toda a Espanha. Uma delas, particularmente importante e transversal a toda a sociedade espanhola nos últimos anos, tem que ver com a forma como se tem produzido a recuperação da memória histórica da Guerra Civil e do franquismo, sobretudo nos anos da sua consolidação política. A Guerra Civil e a repressão franquista têm sido utilizadas para definir política e ideologicamente uma parte importante do nacionalismo galego mais radical (mas não apenas galego), ao mesmo tempo que contribui para a sua afirmação. Ora o objectivo da utilização da memória e da história pelo nacionalismo é o da subversão do equilíbrio político ainda reinante em Espanha e herdado da transição democrática pactuada na segunda metade da década de 1970.

História e Memória, Heróis e Vítimas

Basicamente, aquilo que tem sido feito, com objectivos políticos, no domínio da promoção da promiscuidade entre memória, história, política e ideologia em toda a Espanha, e também na Galiza, pode resumir-se à aplicação de um argumentário simples potenciado pela conjugação de um conjunto de factos relativamente recentes. São eles a "descoberta" da "história" espanhola das décadas de 1930 e 1940 pelos chamados "netos" dos seus protagonistas; a agitação promovida por alguns importantes sectores políticos e intelectuais que denunciam o "esquecimento" das vítimas do franquismo supostamente cultivado de forma interessada durante a "transição" democrática; os impulsos oficiais ocorridos com a chegada ao poder de José Luis Rodríguez Zapatero (nomeadamente a polémica em torno da transferência dos documentos da Guerra Civil depositados num Arquivo de Salamanca para a *Generalitat de Catalunya*, e a chamada "lei para a recuperação da memória histórica"), a que se juntam outros impulsos personificados por formações políticas aliadas do PSOE nas Cortes em Madrid, nomeadamente a *Izquierda Unida* e a *Ezquerra Republicana*.

"A questão da memória tem sido utilizada não apenas como arma de arremesso de parte da esquerda contra o PP, mas sobretudo como instrumento de consolidação e reformulação do discurso nacionalista"

Na Galiza, nomeadamente na revista *Murguia: Revista Galega de História* (http://www.revistamurguia.com), a questão da memória tem sido utilizada não apenas como arma de arremesso de uma parte da esquerda contra o PP, mas, e sobretudo, como um instrumento de consolidação e reformulação do discurso nacionalista. É assim que, e este é um entre muitos outros exemplos, naquela publicação se defendeu recentemente a recuperação da memória da Guerra Civil e da repressão franquista através de uma leitura que, à falta de fontes escritas ou orais fiáveis capazes de documentarem de forma convencional o trabalho dos historiadores, recorra aos "mitos". Estes, nas palavras de Antom Santos[2], são valorosos historiograficamente por se tratarem do único testemunho produzido pelos "perpétuos" derrotados e vítimas da história. Ou seja, uma vez que há absoluta falta de fontes históricas que documentem a natureza e o impacto da repressão franquista, historiadores há que não hesitam e não hesitarão em recorrer à mentira ou à falsificação como forma de compor a sua versão da história. Porém, o mais interessante nesta postura não é tanto a falsificação da história mas, e sobretudo, a sua repercussão política presente e futura. É verdade que em toda a parte a história e historiografia foram, são e serão colocadas ao serviço de interesses e de programas políticos. No entanto, e neste caso, como no caso de outras ensaios nacionalistas produzidos ao serviço de visões radicais acerca do passado e do futuro que deverão ter muitas das autonomias espanholas, mas também como sucedeu com a historiografia franquista mais torpe e sectária, aquilo que acontece é que se está perante uma situação que rompe com a possibilidade de se poder desenvolver um debate intelectual sério assente em princípios racionalistas que os europeus fundaram no século XVII. Nesse sentido, aquilo a que assistimos, por parte de um curioso sector da intelectualidade e dos meios políticos nacionalistas mais radicais da Galiza, é à produção pura e simples de uma ideologia e de uma prática política que ao aceitarem como real e verdadeiro aquilo que o não é e nunca foi – a "memória oprimida" que (re)produz "mitos" –, acabam não apenas por impor a agenda científica que nunca tiveram à agenda política que sempre lhes interessou. Uma agenda política que não pretende sequer tornar heróis aqueles que lutaram, sofreram e muitas vezes morreram combatendo o franquismo e lutando pelos seus ideais. De facto, da mesma forma que pelas razões apontadas os adversários e os inimigos do franquismo nunca pensaram vir a ser considerados retrospectivamente heróis, certamente que nunca reclamaram, e muito menos imaginaram ser vistos e tratados, para efeitos de mera contabilidade política, nacionalista ou não, como "vítimas". E é neste ponto, afinal mais do que em qualquer outro, que se joga e se define a natureza e o alcance, talvez até moral, dos usos e dos abusos que têm sido feitos da história e da memória espanholas das décadas de 1930 e 1940.

* Historiador e professor universitário

[1] Fialho de Almeida, *Galiza, 1905*, Edição de Lourdes Carita, s.e., s.l., O Independente, s.d., p. 77.

[2] Antom Santos, "Do silêncio à comemoraçom. Chaves e carências da memória dos vencidos" in *Murguía. Revista Galega de História*, n.º 11, Setembro-Dezembro, 2006, pp. 65-79.

JOÃO MARQUES DE ALMEIDA

Há futuro para uma direita "pós-social--democrata" em Portugal?

"Pode o PSD ser um partido político e não apenas um partido que sobrevive na oposição? E será que Portugal está condenado a ter a dois grandes partidos, que se alternam no governo, com a mesma visão social-democrata?"

Li com muito interesse as "reflexões estivais" de José Miguel Júdice sobre a redefinição das direitas e das esquerdas em Portugal - e é saudável descobrir uma mente aberta e resistente ao dogmatismo em alguém que está na vida pública há mais de trinta anos, embora seja de lamentar que isto só aconteça depois de abandonar o PSD. Uma das suas principais teses apela à clarificação do PSD: ou se assume como um partido de direita ou torna-se irrelevante. Concordo em absoluto, e julgo que é fundamental discutir o tema.

O primeiro passo para o PSD clarificar a sua natureza ideológica é perceber que a principal missão é fazer política e que esta exige doutrinas claras e poderosas. Governar e desenvolver o país vêm depois. A primeira dúvida é a seguinte: pode o PSD passar a ser um partido *político* e não apenas um *partido* que sobrevive na oposição e cresce no governo? Claro que esta questão levanta outra: pode Portugal ter partidos com diferentes visões do país ou está condenado a ter a dois grandes partidos, que se alternam no governo, mas com a mesma visão social-democrata?

A análise pode começar em 1986, quando o país aderiu à Comunidade Europeia. O período desde 1974 foi o interregno entre um regime autoritário e a democracia pluralista. Na altura, o passado político, o atraso económico e social do país, e o contexto europeu tornaram a "social--democracia" como o modelo mais eficaz (talvez mesmo o único viável e legítimo) para consolidar a democracia pluralista e desenvolver o país. A "fortuna" (estava no governo na altura) e a "virtude" (principalmente um primeiro-ministro, que soube liderar eficazmente governos e mobilizar o país) permitiram ao PSD ser o principal intérprete da modernização social--democrata do país. Beneficiou, no entanto, da desorientação do Partido Socialista e da encruzilhada em que vivia a esquerda europeia na primeira metade da década de 1990.

A esquerda europeia percebeu que tinha que mudar, e mudou. Veja-se os exemplos do PSOE e dos Trabalhistas. Pelo contrário, aqueles que se querem manter fiéis ao velho socialismo, perdem, como acontece com o PS francês. Apesar de algumas resistências, os socialistas portugueses seguiram a via da transformação. O sucesso do PSD no século passado, a derrota histórica do socialismo e as exigências das políticas económicas e monetárias da União Europeia obrigaram o PS a adoptar a social--democracia. Por mais ilusões que tenham alguns saudosistas do socialismo, o PS não voltará atrás. O futuro no Largo do Rato é a social-democracia. Um PS "pós-socialista" reforça a necessidade de o PSD se tornar num partido "pós-social-democrata". A mudança, todavia, não será fácil.

A experiência social-democrata, e o seu sucesso, tiveram um preço elevado para o PSD. Durante esses dez anos, o partido definiu-se negativamente: não era socialista nem de direita. Isto permitia poder ser de esquerda, sem ter que ser socialista; e não ser socialista sem ter que ser de direita. No fundo, o PSD era o "partido do desenvolvimento e da modernização social-democrata". No entanto, os momentos que permitem que um partido político viva nesta indefinição são extraordinários e breves. Em Portugal, o momento acabou. Já não é o país "atrasado e fechado" de 1985. Está mais desenvolvido, mais moderno e, acima de tudo, mais aberto e pluralista. Os países com estas características exigem visões políticas alternativas, caso contrário começam a estagnar. Portugal chegou a uma fase onde o desenvolvimento e o progresso exigem competição política entre projectos verdadeiramente distintos. Enquanto não se acabar com o consenso social-democrata, o país não avança. Mas isto não significa o fracasso da social-democracia. Demonstra, pelo contrário, o seu sucesso. A modernização social-democrata do PSD, não só levou o PS a caminhar para a "social-democracia", como exige que exista agora um grande partido "não-social-democrata".

Antes de regressar ao governo, o PSD precisa de um processo de reconversão ideológica. E a oposição é o melhor momento para o fazer. Aliás, só com essa reconversão é que poderá *governar* e não apenas voltar ao *governo*. Para isso, precisa de um líder e de elites que percebam bem como o país mudou e tenham ideias claras sobre o nosso lugar no mundo e na Europa. Acima de tudo, que entendam que Portugal está em 2007 e não em 1995. Tendo em conta a nossa história do século XX, em 1985 o partido de centro-direita estava obrigado a ser social-democrata. Mas Portugal, a Europa e o mundo mudaram desde então. Agora, só há lugar para um partido social-democrata e o PS ocupou esse lugar. Se o PSD quiser voltar ao poder, está obrigado a deslocar-se para a direita da social--democracia.

HENRIQUE BURNAY

A Europa vista do Estoril

A Europa discutida, debatida, pensada e, claro, não resolvida, ao longo de quatro dias de calor no começo deste Verão. A partir do Estoril. Depois de se solucionar o detalhe do Tratado, será que podemos tratar do que é verdadeiramente importante para os cidadãos europeus? O mundo é global e o comércio enriquece

Há uns sessenta e tal anos erguiam-se no Estoril *flutes* de *champagne* ao futuro da Europa, quando o regime ou as tropas de Hitler sofriam um desaire. O Hotel Palácio foi, durante a Segunda Guerra Mundial, o quartel-general da espionagem dos Aliados que se encontravam em Portugal, bem posicionados para ver os navios que entravam na barra do Tejo e bem instalados para fazer tudo aquilo que se imagina que, entretanto, os espiões fazem. Sessenta e tal anos depois, os que aqui vieram, académicos participantes nos XV Encontros do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica, reclamam-se herdeiros dos Aliados, mas há poucas taças de *champagne*. A Europa não parece, neste momento, muito celebrável.

Quando, a 29 de Maio de 2005, os eleitores franceses responderam "Não" no Referendo ao Tratado Constitucional, foi declarada a "crise europeia". Quando foi anunciado o acordo quanto ao mandato para a realização de uma Conferência Intergovernamental para a elaboração de um Tratado Reformador, anunciou-se simultaneamente o fim da "crise europeia". Mas a "Europa" da União Europeia tem estado verdadeiramente em crise e paralisada? E é o Tratado que a resolve? Talvez a questão não seja bem essa.

«Há 60 anos havia a guerra, há 30 anos não havia liberdade na Europa do Sul, e há 15 anos a Europa Central e de Leste vivia sob o totalitarismo; hoje, a União Europeia é o parceiro comercial global número um e o maior dador mundial de ajuda», diz José Manuel Barroso, presidente da Comissão Europeia, defendendo que o desafio não é já o de garantir a paz dentro da Europa, mas o de ser capaz de projectar os seus interesses e de formatar a globalização com os seus valores. E tal só se consegue à escala da União Europeia.

Nesta leitura da realidade, superada a "crise europeia" por via da superação do impasse institucional – cuja solução Barroso defende, garantindo que tem todas as virtudes do Tratado Constitucional excepto a simbologia, o que o transfigura o suficiente para não ser constitucional (o que está longe de ser pacífico) –, a questão estaria em afirmar este projecto face à tal dimensão global.

Segundo Catherine Hadjenko-Marshall, da Universidade Cergy-Pontoise, Paris, Sarkozy parece ter uma visão coincidente com a de Barroso: «o pragmatismo do presidente francês baseia-se na ideia de que a Europa pode ser útil em questões às quais não se pode dar uma reposta capaz a nível nacional: tais como terrorismo, imigração, alterações climáticas e política externa.» A "Europa", que se fez para resolver as suas tensões internas, estará hoje sobretudo vocacionada para enfrentar os desafios de escala.

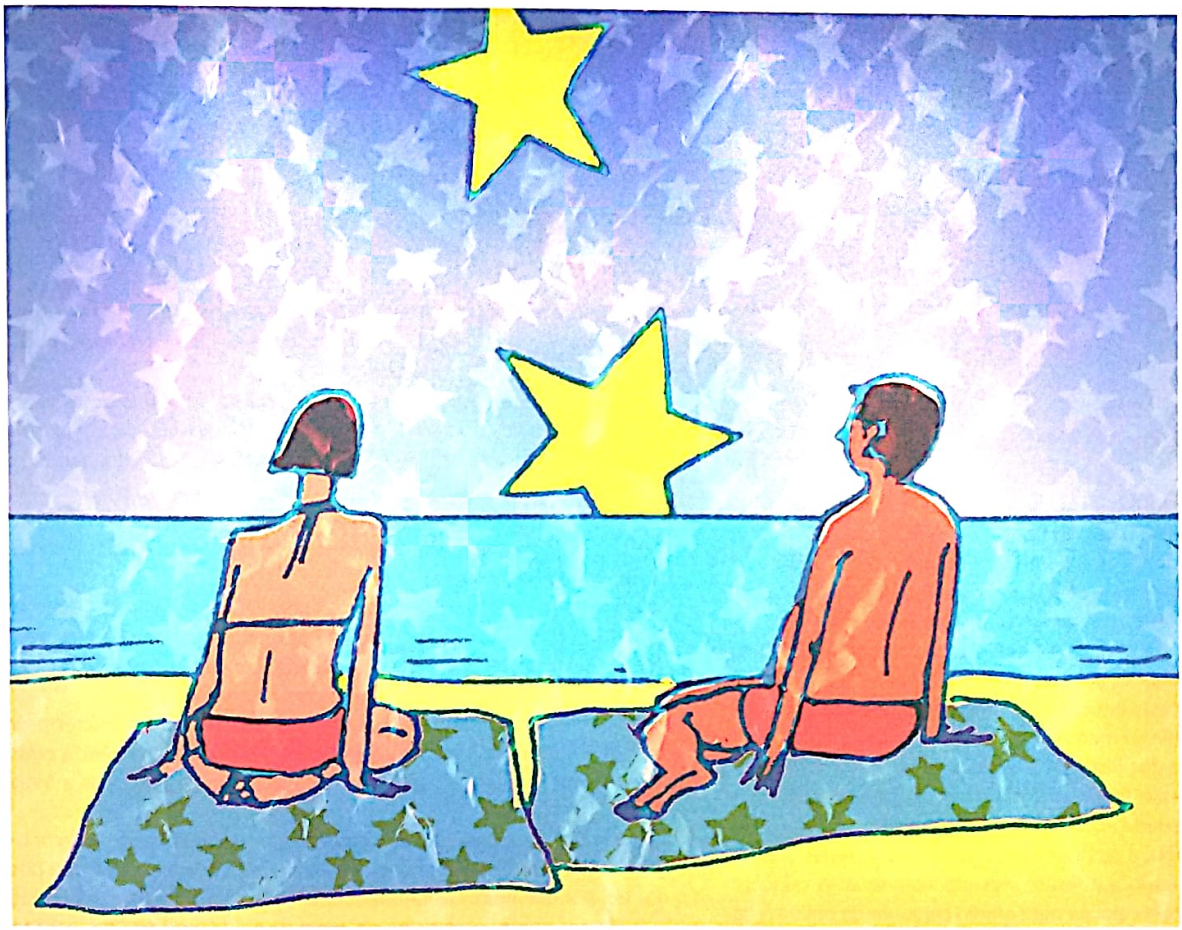
Longe das teorias da crise por causa do "Não" francês, os factores de crise do projecto europeu identificados por Pacheco Pereira são sete: a nova Europa resulta do fim do muro de Berlim e da unificação alemã, mudando radicalmente o projecto europeu, que era pensado contra a União Soviética; o conflito jugoslavo, que fez compreender que a Europa herdou os conflitos do pré-guerra; a ideia de Europa competitiva com os Estados Unidos, pensada durante os últimos dez anos (sendo que a reforma institucional não acondiciona essas tensões internas); a incapacidade de lidar com as fronteiras e a sua falta de definição; o objectivo de ter uma política externa própria sem, no entanto, ter política ou indústria de defesa; o deficit democrático, a que a "Constituição recauchutada" não dá resposta; e, finalmente, o facto de a UE hoje ser uma mera realidade geoestratégica.

O sucesso a Leste

A alteração radical da Europa foi o alargamento a Leste. Para além de ser o último momento do fim da Guerra Fria, a adesão, em Maio de 2006, de oito Estados outrora sob domínio soviético traz consigo duas modificações substanciais. Por um lado, confirma o sucesso – pelo menos durante cinquenta provisórios anos – do projecto de paz que foi a *raison d'être* do Projecto Europeu e, também consequentemente, a democratização e "liberalização" económica da maioria do continente. Por outro lado, com a expansão para Leste, a dimensão, as preocupações, as memórias – elementos excessivas vezes ignorados –, e a relevância geoestratégica da União Europeia, tudo isso mudou. A "Europa alargada", como lhe chamamos de Viena até Lisboa, ou a "Europa reunificada", como dizem nos ex-países da Europa de Leste, é outra coisa. Sendo que a afirmação desta evidência não acarreta, por si, qualquer conclusão.

«A nossa civilização está confrontada com novos inimigos externos: fanatismo no mundo islâmico, populismo na América Latina, pobreza crónica e guerra em extensas regiões de África, o cartel do petróleo, o possível aquecimento global e as pandemias», analisa Pedro Schwarz, da Universidade San Pablo, Madrid – que considera, no entanto, que a maior ameaça à nossa civilização é o Atlantic Drift e vem de dentro.

Em vez de se apresentar como um desafio, o mundo global é um mundo perigoso para a "Europa". Essa é, crê-se, a percepção dominante. O mundo global, assim interpretado, ameaça (talvez irremediavelmente) o modelo social, fazendo os europeus temer uma invasão do modelo americano. Acontece que, como afirma Maurício Rojas, deputado sueco, e «o *Welfare State* (europeu), construído com o objectivo explícito de garantir sociedades integradas e harmoniosas, transformou-se num dos principais



No Estoril, o presidente da Comissão Europeia José Manuel Barroso defendeu que o desafio não é já o de garantir a paz dentro da Europa, mas o de ser capaz de projectar os seus interesses e de formatar a globalização com os seus valores

geradores de desintegração e tensão social»; e enquanto «nos Estados Unidos o emprego cresceu mais depressa do que a população em idade activa, e isto aconteceu apesar de uma imigração muito dinâmica, nas sociedades avançadas da Europa Ocidental a verdade é o oposto». Rojas explica o sabido: o modelo social europeu exige mais impostos e cria menos empregos. Parafraseando um conceito da economia liberal: "*there´s no such thing as a free Welfare State*".

Confrontada com a ineficiência da Estratégia de Lisboa, que pretendia que a economia europeia fosse, em 2010, a mais competitiva do mundo, baseada no conhecimento e na inovação, a "Europa", da Comissão Europeia a vários dos Estados Membros, identificou o modelo dinamarquês de flexisegurança como sendo a resposta à necessidade de aumentar a competitividade sem questionar o "modelo social".

Dos modelos à realidade

Lars Vissing, embaixador da Dinamarca em Lisboa, explica o apreciado modelo dinamarquês: «em caso de perda de emprego, individual ou colectiva, o Estado salva o indivíduo deixando que a empresa ineficiente desapareça.» A principal vantagem do modelo é que permite um ajustamento social ilimitado e, por outro lado, não se salvam empresas que não apresentam resultados. O defeito: impostos elevados. Como dizia Maurício Rojas, não há Estado Social grátis. E, no entanto, este parece ter o condão de atrair gente, mesmo sem criar empregos.

Por força do vazio de filhos entre os europeus e do vazio de expectativas na margem sul do Mediterrâneo (e de outras partes do Mundo, mas aqui com menos relevância para a questão da integração) e das vantagens que o modelo social europeu promete, a Europa confronta-se com uma imigração crescente que a percepção e a realidade não conseguem separar, pelo menos parcialmente, dos medos da ameaça do terrorismo. Há mesmo quem veja a coisa em termos significativamente radicais: «há 25 milhões de muçulmanos na Europa, e podem duplicar nos próximos anos, que dizem "nós vamos conquistar-vos com as vossas leis, mas vamos governar-vos com as nossas"», afirma Rafael Bardají, actual conselheiro de política externa e de segurança do ex-presidente Aznar.

Chegámos, portanto, à existência ou não de ameaças civilizacionais e, consequentemente, à dúvida sobre a definição da natureza e dos limites da "Europa". Como recorda o historiador britânico Robert Conquest, «a definição geográfica não é muito útil. Os russos de um e de outro lado dos Urais não sabem que uns estão na Europa e outros não».

«O que dá autonomia à Europa é a identidade cultural, porque ela não tem autonomia geográfica», considera Braga da Cruz, Reitor da Universidade Católica, para concluir que «não há (e não pode nem deve haver, presume-se) construção política sem identidade cultural». E já se sabe que quando a questão navega nestas águas andamos perto do debate sobre a ligação umbilical entre a Europa e a Cristandade.

Assumindo-se, ou não, é também sobre isso que se fala quando se fala dos limites geográfico-civilizacionais e do alargamento. Menos ambicioso do que os que defendem a adesão da Turquia, mas longe do discurso da recusa, Durão Barroso afirma ser «a favor de uma União alargada. Até onde? A decisão sobre as fronteiras não deve ser tomada por esta geração. A Leste e a Sul a fronteira é difícil de definir e eu prefiro ter os países de transição connosco a tê-los fora». Sem concluir, o presidente da Comissão abre a porta a duas hipóteses (alternativas ou complementares): deixar um dia a Turquia entrar ou criar (também) uma parceria mais intensa com o Sul.

A Europa como actor global

Regressamos a Sarkozy. Para já conhece-se pouco daquilo a que o presidente francês chama uma aliança mediterrânica para construir laços económicos e estratégicos entre o Sul da Europa, o Norte de África e o Médio Oriente, mas podemos imaginar que será bastante mais intensa do

Daniel Olivier, presidente da New Atlantic Initiative, diz que à Europa faltam "goods, guns and grandchildren" Numa formulação diferente, Miguel Monjardino considera que "os europeus, agora, querem ser mais do que os gregos do Império Romano"

que a actual Política de Vizinhança, ou propor que o seja. Independentemente de ser ou de querer ser uma potência mundial, a "Europa" tem o constrangimento de ter de ser uma potência regional e a necessidade de ser um factor de estabilidade na área à sua volta que é, antes de mais, exactamente o Mediterrâneo. Coisa que, parece claro, Blair percebeu.

Ao longo dos últimos trinta anos, primeiro com Portugal e Espanha, depois com os oito mais dois ex-países de Leste (Chipre e Malta não são especialmente relevantes nesta equação), a "Europa" promoveu a democracia, a liberdade e a economia do mercado em todos os países a que se prometeu a adesão. Para além dos distintos eventos históricos que o permitiram, a perspectiva de adesão foi o principal factor de democratização e "liberalização". Não se sugerindo agora o alargamento da União Europeia a Marrocos, à Argélia, ou à Líbia, é possível e desejável procurar replicar esses mecanismos, não prometendo a adesão, mas oferecendo uma genuína abertura de mercados e a participação num amplo conjunto de políticas da União Europeia, em troca exigindo-se as reformas necessárias à construção de uma paz euro-mediterrânica. Ou, pelo menos, à contenção das ameaças.

Mas o *softpower* é suficiente? Será possível querer-se ser uma potência (regional ou mundial) sem se querer ou sem se conseguir ser uma potência militarmente relevante? Daniel Olivier, presidente da New Atlantic Initiative, resume os problemas dizendo que à Europa faltam *"goods, guns and grandchildren"*. Numa formulação diferente, Miguel Monjardino considera que «os europeus, agora, querem ser mais do que os gregos do Império Romano». Acontece que se a Europa quer ser uma potência, necessita de «dinheiro e de poder militar».

A "Europa potência", então. De novo a convicção de que ultrapassada a questão interna e fundacional – a paz intra-europeia – há agora um desafio a uma escala para a qual a Europa é a plataforma e a dimensão necessária, o que inevitavelmente a transforma em actor global. Acontece que, mesmo havendo um serviço externo europeu e um Alto Responsável, nada indicia que nas principais questões os Estados Membros deixem de dar prioridade aos seus interesses, que podem colidir com a maioria ou, simplesmente, com a ambição de potência da UE.

Saudades de Adam Smith

Seja qual a for a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, é certo que a UE não terá lugar próprio nem substituirá os seus membros, mesmo quando todos estejam de acordo quanto a uma determinada matéria. O que significa que, se o Conselho de Segurança é central no sistema de segurança mundial, a "Europa" enquanto tal não estará lá. Parafraseando Kissinger, a "Europa"? Não tem cadeira no Conselho de Segurança.

Concentrada nas suas questões internas, nas suas incertezas institucionais e angustiada sobre a sua natureza e os seus limites geográficos e/ou civilizacionais – o que faz da "Europa" uma originalidade no panorama internacional onde não se encontra outra com idênticas dúvidas (a ONU tem outras) – estará a "Europa" a prestar atenção suficiente ao que se passa do outro lado do mundo? Quando fala da escala global, terá a "Europa" suficiente noção do que está em causa?

Face à China não democrática nem capitalista, mas grande entre as potências comerciais e militares, os Estados Unidos da América, o Japão e a Europa, acreditando na teoria de que o comércio liberaliza, ou limitando-se a tirar partido das circunstâncias, responderam estimulando o desenvolvimento económico e facilitando e promovendo o comércio. As reformas, porém, tardam. Relacionar-se, *engage*, na feliz formulação inglesa, com a China, será a opção preferível?

«O comércio trará a democracia, só não sabemos quando», vaticina Satoshi Hara, embaixador do Japão em Portugal. O que não é necessariamente grave, considera: «a evolução na China tem de ser suave, não queremos biliões de pessoas em revolução.» Pois não queremos, não.

Admitamos, então, que não há alternativa desejável ao *engagement* com a China mantendo, em paralelo, a solidariedade e a preferência pelas democracias da região, em particular o Japão, com certeza, mas a Índia também.

Acontece que a China não é apenas uma potência comercial e económica em crescimento, ou uma dúvida militar – na legítima perspectiva dos japoneses, por exemplo –, é também uma ameaça à ordem internacional, na medida em que não participa na regra da ajuda em troca de respeito pelos Direitos Humanos.

África, o continente miseravelmente rico – entre outras importantes matérias-primas, em petróleo, de que uma economia em acelerado crescimento como a chinesa tanto necessita – é o palco principal deste confronto.

«Por diferentes razões (paternalismo colonialista ou complexo colonialista) toda a gente trata África como sendo uma excepção, quando o foco devia ser a democratização», explica Elisabete Azevedo, da Universidade de Cape Town, apesar de identificar algumas melhorias nas últimas décadas. O problema é que as democracias que surgem são de partido único ou excessivamente maioritário. «Seja por dever moral, seja por interesse próprio», é necessário ajudar África, insiste. Veremos o que sai da Cimeira.

Em contracorrente ao pensamento dominante, ao encontro do mais puro e clássico liberalismo, Pedro Schwartz propõe que se responda à crise começando por evitar o *Atlatic drift*, a maior fonte de preocupação da nossa civilização, promovendo "o livre comércio por razões morais". Primeiro entre a Europa e a América, depois alargando-o ao resto do mundo. *Think of economics as politics by other means*. Ainda há utopias, portanto.

Se fosse possível concluir e seguir em frente, dir-se-ia que a crise institucional foi a expressão de uma crise maior que impõe a necessidade de reformulação do projecto europeu para o adequar às novas ameaças, que não são já o perigo da guerra intraeuropeia mas sim o da existência de uma escala económica global e de novos tipos de ameaças, locais, regionais e mundiais, os quais temos de enfrentar associados aos nossos aliados tradicionais (os Estados Unidos, de Bush ou de quem seja); e daí temos de concluir que a resposta há-de passar por uma reformulação realista e liberal da orientação política e económica da Europa. Realista, porque reconhece que o mundo global não é evitável nem passageiro; liberal, porquanto procura tirar partido do melhor que a globalização tem, o crescimento do comércio mundial e da consequente expansão da riqueza e da necessidade, associada, de coexistência pacífica ou contida entre povos que fazem comércio. Volta, Adam Smith.

LACOSTE
un peu d'air sur terre
www.lacoste.com
um pouco de ar na terra

PAULO TUNHAS

Mudanças

"É verdade que, com a idade, uma pessoa se apanha (mesmo que reaja contra) a privilegiar a continuidade e a proximidade, até a continuidade com o que nos antecedeu directamente. Envelhecemos aproximando-nos do mundo que nos viu nascer"

1. As coisas mudam. Um romancista muito popular em Inglaterra no princípio do século XX, Arnold Bennett – tão popular que quando estava a morrer, em 1931, as pessoas lançavam feno na rua de Londres onde morava, para que o barulho do trânsito não o fizesse sofrer mais –, escreveu um romance, que li há muito tempo, chamado *The Price of Love* (de 1914), do qual só uma cena me ficou na memória. Uma das personagens dorme uma noite em casa duma tia viúva e, preparando-se para se deitar, descobre em cima da cama uma camisa de noite de flanela às riscas que havia pertencido ao tio. A camisa de noite parece-lhe uma relíquia do passado, porque os pijamas eram já de uso mais ou menos corrente na altura em que a história se passa (parece que, importados da Ásia pelo Império Britânico, só se difundiram verdadeiramente no princípio do século XX).

O que nos parece longínquo num certo momento da vida pode, mais tarde, parecer-nos próximo. A adopção do pijama devia ser, apesar de tudo, muito mais recente do que parecia ao sobrinho do livro de Arnold Bennett. A nossa percepção das continuidades e das descontinuidades e o sentimento de proximidade e de distância vão-se transformando com a idade. (Nasci em 1960. Até relativamente tarde na vida – até aos 30?, aos 35? – sempre pensei ter nascido muito depois do fim da Segunda Guerra. Hoje percebo que nasci muito perto, uns meros quinze anos; e não só "objectivamente", mas também "subjectivamente".)

2. John Sutherland, falando sobre *The Mayor of Casterbridge*, de Hardy, e perguntando-se a razão pela qual um determinado personagem feminino, uma vendedora de bolos que faz o seu comércio das feiras do Wessex, urina em plena rua numa passagem do romance, lembra que, até uma parte bem avançada da segunda metade do século XIX, não havia em Inglaterra casas de banho públicas para mulheres, já que elas supostamente contrariariam o "inato sentimento de virtude" do sexo feminino. O primeiro estabelecimento da *Ladie's Lavatory Company*, em Oxford Circus, abriu em 1884. As mulheres, quando não em casa, urinavam de pé (a crinolina permitia que as saias não evidenciassem posteriormente o facto). Sutherland cita uma recordação de infância de Havelock Ellis (pequenas descobertas podem conduzir a interesses duráveis): a sua surpresa quando, numa visita ao jardim zoológico de Londres, a mãe subitamente lhe pediu para parar e permaneceu por algum tempo imóvel, com uma expressão beatífica no rosto; começaram de novo a andar, e ele, olhando para trás, observou, no chão, "uma poça ligeiramente fumegante". Um dos atractivos dos primeiros grandes armazéns, dos *department stores*, era precisamente disporem de casa de banho para mulheres.

As mudanças são, de facto, muitas vezes óptimas. Não apenas do ponto de vista prático, como também, digamos assim, do moral. Parece impossível não sentir, pelo menos retrospectivamente – se calhar até quase só retrospectivamente –, a situação descrita por Sutherland como ofensiva para as mulheres (as casas de banho públicas para os homens também são evidentemente tardias, mas, como se sabe, nesta matéria os problemas são menos incomodamente resolúveis para o sexo masculino.) O que é aceitável num dado momento torna-se inaceitável passado algum tempo, e como que independentemente de nós. (Quando era miúdo, nos anos 60, num certo lugar, particularmente sensível às neblinas que subiam do Douro, dos jardins do Palácio de Cristal, havia duas jaulas mínimas: numa estava um macaco (o "Chico"), noutra um leão (do qual infelizmente esqueci o nome, se o tinha). Seria obviamente impensável, hoje em dia, que os poderes públicos se permitissem uma tal crueldade no que respeita a este tipo de animais – mas, no Porto daquela altura, a coisa parecia, se não absolutamente aceitável, pelo menos perfeitamente tolerável.)

3. Não sou "progressista" nem "conservador". Distância e proximidade, aceitável e inaceitável, variam demasiado velozmente. Claro que "progressismo" e "conservadorismo" – dimensões quase pré-políticas (estéticas) da oposição esquerda/direita – são ambos perfeitamente legítimos, mas não se percebe como se possa ser apenas uma dessas coisas. Pura e simplesmente, não sabemos o suficiente para podermos ser inteiramente "conservadores" ou "progressistas", por muitas certezas que queiramos mendigar.

É verdade que, com a idade, uma pessoa se apanha (mesmo que reaja contra) a privilegiar a continuidade e a proximidade, até a continuidade com o que nos antecedeu directamente. Envelhecemos aproximando-nos do mundo que nos viu nascer. E é verdade também que os mendigantes "progressistas" – sobretudo quando caem numa mistura característica de sentimentalismo e *self-righteousness* – fecham mais o mundo que os "conservadores", e, como diria Montaigne, "pensam a crédito" em quantidades extraordinárias.

Mas os exageros das sensibilidades demonstrativas "progressistas" são igualmente coisa muito antiga. E os apóstolos do momento em breve se encontrarão próximos dos "conservadores". Que, no fundo, eles próprios são, ou têm tudo para ser. Eu já os sinto assim.

LICENCIATURA

- **Curso Superior de Gestão Imobiliária***

1º ciclo de 3 anos conforme Processo de Bolonha

CEPI

Cursos certificados por
European Council of Real Estate Professions
www.cepi.be

MBAs

- **Avaliação Imobiliária*** *8ª Edição*
- **Gestão, Promoção e Montagem de Negócios Imobiliários***

PÓS-GRADUAÇÕES

- **Direito e Fiscalidade no Imobiliário**
- **Reabilitação Urbana**
- **Gestão das Cidades**
- **Patologias e Reabilitação de Edifícios**

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- **Avaliação Imobiliária*** *9ª Edição*
- **Angariador Imobiliário**
- **Mediação Imobiliária****
- **Gestão e Administração de Condomínios** *4ª Edição*
- **Reabilitação Urbana**
- **Perito Avaliador das Finanças**
- **Perito Avaliador Judicial**
- **Marketing Imobiliário**

* Certificado pela CMVM - Comissão de Mercados de Valores Mobiliários
** Reconhecido pelo IMOPPI - Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário

18º Aniversário

ESAI
Escola Superior de Actividades Imobiliárias

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES:

ESAI - Escola Superior de Actividades Imobiliárias
Tel.: 21.839.20.00 / Fax: 21.839.20.60 / E-mail: esai@esai.pt
Praça Eduardo Mondlane, 7C Marvila
1950-104 Lisboa
Homepage: **www.esai.pt**

Protocolos com:

Universidade de Salford Manchester, Reino Unido
Universidade de Fontys Eindhoven, Holanda
Fac. Católica de Ciências Empresariais da Bahia S. Salvador, Brasil
Universidade Miguel Hernández Elche, Espanha
Universidade Nacional da Liberdade Lisboa
Liberdade Editora de Estudos Liberais
Associação Portuguesa de Empresas de Gestão e Administração de Condomínios
Associação dos Agentes Técnicos de Arquitectura e Engenharia
Associação Portuguesa das Empresas de Mediação Imobiliária
Associação Nacional dos Avaliadores Imobiliários
Associação dos Industriais da Construção de Edifícios
Sindicato Nacional dos Engenheiros
Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos

HENRIQUE BURNAY EM BRUXELAS

COUVE-DE-BRUXELAS

Já chegou a Páscoa?

O Natal será quando um homem quiser, mas no Parlamento Europeu há homens que querem que a Páscoa não seja quando costuma ser. Terminadas as férias, a "Europa" reabre em Setembro, boa altura para duas discussões: uma, sobre o Tratado e os referendos; outra, sobre o fim das presidências rotativas

Cada um às suas. Há uns anos circulava na Internet uma anedota em que o administrador de uma empresa americana convidava os empregados para jantar um peru de Natal. Na volta do *mail* os funcionários judeus reclamavam do motivo da celebração, os muçulmanos da escolha do dia, os solteiros por se pretender celebrar a família, os casados por não haver presentes para os filhos dos anteriores casamentos dos novos companheiros, e por aí fora, até ser tão inviável que o homem resolveu oferecer 20 dólares para cada um ir jantar onde quisesse. Hans-Gert Pottering deve estar com vontade de fazer mais ou menos o mesmo.

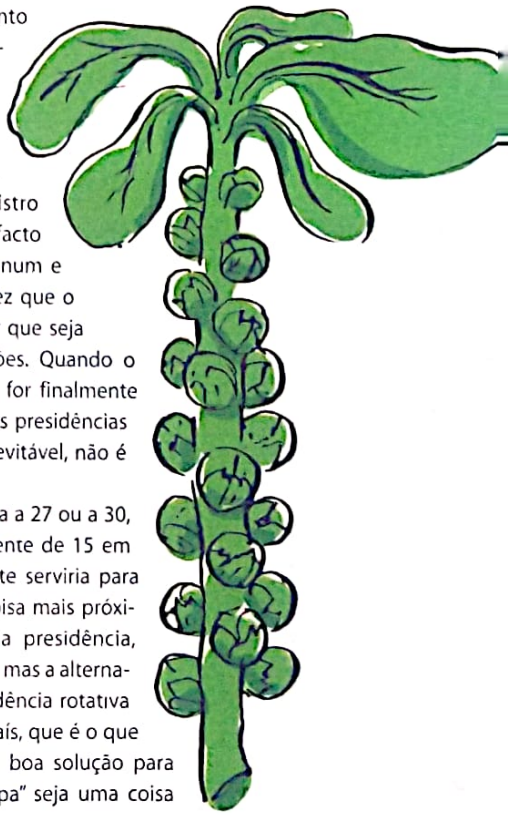
Quando se discutiu o calendário do Parlamento Europeu para 2008, os deputados gregos, cipriotas, búlgaros e romenos fizeram um pequeno protesto dirigido ao presidente. Queixavam-se de que a sexta-feira santa e a segunda-feira de Páscoa, dias sagrados para católicos ou protestantes, são feriado no Parlamento Europeu, mas que a segunda-feira da Páscoa dos ortodoxos, que calha noutra data, não é. Como agora, além dos gregos, já há mais três países onde se celebra a Páscoa ortodoxa e de onde vêm 82 deputados, os senhores queriam que o feriado deles também fosse feriado no Parlamento. Para comerem borrego, ou isso, com certeza.

A Europa dos seis fundadores (Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos) era uma coisa *cosy*, um clube de amigos, mesmo que de amigos recentes. A Europa a 27 (e vai a caminho dos 28, 29 ou 30) é um espaço médio com uma diversidade enorme. Mesmo religiosa, ainda que por enquanto seja tudo "países cristãos". Acontece que um dia, mesmo que a Turquia nunca venha a entrar, a Bósnia há-de aderir; isto para não falar da quantidade de gente por essa Europa fora que professa uma religião que não é "a da maioria do país". Antes que comecem os conflitos, e as soluções disparatadas entre o multiculturalismo, o relativismo e os 20 dólares a cada um para ir jantar onde quiser, convinha assentar algumas ideias simples: uma delas é que este lugar não é nem nunca vai ser um sítio uniforme. A religião é apenas a expressão mais evidente disso mesmo.

Perguntar primeiro, disparar depois. Sempre que um novo Tratado europeu passa por vários referendos, Bruxelas sustém a respiração e espera que passe. Às vezes, como aconteceu com este "Tratado Constitucional", não passa. A solução para esse momento de pânico tem variado. Aos dinamarqueses mudaram-lhes alguns detalhes e mandaram repetir até dar sim; aos franceses (e holandeses) fingiram-lhes que tinham mudado muita coisa (ao mesmo tempo que a outros juravam não ter mudado quase nada) e disseram-lhes que isto agora era tão inócuo que já nem valia a pena fazer um referendo. Num caso e noutro o problema tem sido o mesmo: os governos (e os membros da Convenção) comprometem-se com textos para os quais não têm mandato nem sabem se teriam se o tivessem pedido. Resultado: quando vão perguntar aos seus povos se acham bem o que fizeram, alguns não acham. Talvez valesse a pena passar a fazer ao contrário, as perguntas primeiro e os acordos depois.

Cada país tem as suas regras, mas em muitos países (em Portugal, nomeadamente, desde que revendo minimamente a Constituição) seria possível fazer um referendo primeiro, onde se definissem alguns parâmetros que condicionassem as negociações subsequentes. Em vez de negociar primeiro e perguntar a 27 povos depois, se fosse feita a pergunta primeiro, cada um dos 27 chegava às negociações sabendo o que podia e não podia aceitar. Exactamente o que França e Holanda fizeram, depois dos seus referendos e antes da renegociação do Tratado.

Manter a distância. No começo de Setembro, Cavaco discursa em Estrasburgo, na tradicional sessão solene dedicada ao país da presidência; antes do Verão já Sócrates tinha ido ao Parlamento Europeu falar das prioridades portuguesas para este semestre que já vai a meio. Apesar de tanto o Presidente da República como o primeiro-ministro darem enorme relevo ao facto de "presidirem à Europa", num e noutro caso, é a última vez que o fazem. Eles ou quem quer que seja que exerça as suas funções. Quando o novo Tratado Reformador for finalmente aprovado, vão-se acabar as presidências rotativas. O que, sendo inevitável, não é bom.



Claro que numa Europa a 27 ou a 30, só se presidiria rotativamente de 15 em 15 anos, o que dificilmente serviria para tornar a "Europa" numa coisa mais próxima, uma das virtudes da presidência, como se nota em Portugal; mas a alternativa de não ter nem presidência rotativa nem um Comissário por país, que é o que vai acontecer, não é uma boa solução para quem queira que a "Europa" seja uma coisa próxima.

ANDRÉ AZEVEDO ALVES EM LONDRES

LONDON CALLING

Boris contra Red Ken

Boris Johnson marcou a agenda política do Verão em Londres ao anunciar a sua intenção de concorrer em 2008 contra Ken Livingstone, actual Mayor da capital. Durante vários anos colaborador do Daily Telegraph, director da Spectator entre 1999 e 2005, Boris pode vencer

O acontecimento político do Verão em Londres foi o anúncio feito por Boris Johnson da sua intenção de concorrer contra Ken Livingstone, o actual Mayor da capital, que procurará ser eleito para um terceiro mandato em 2008.

Boris Johnson é deputado conservador por Henley e ocupou até ao referido anúncio a posição de ministro sombra para o ensino superior. Foi durante vários anos colaborador do *Daily Telegraph* e dirigiu a *Spectator* entre 1999 e 2005. É uma das figuras mais carismáticas e populares (especialmente entre os mais jovens) do Partido Conservador e as suas aparições nos *media*, artigos e declarações à imprensa são uma fonte frequente de controvérsia. A sua vida pessoal tem sido também recorrentemente alvo de discussão pública (e até origem de problemas políticos), mas seria um erro reduzir Boris a uma figura mais ou menos caricata de que se serve a imprensa cor-de-rosa. Boris é muito mais do que isso.

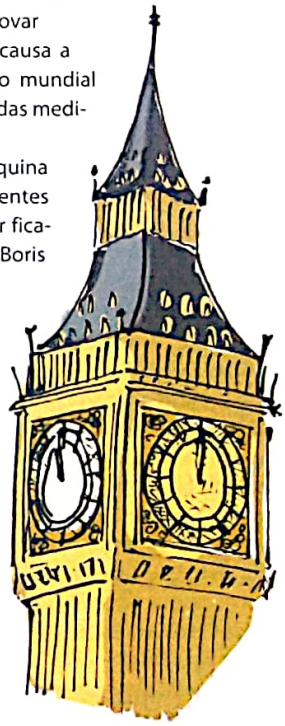
Além de activo militante contra a introdução de bilhetes de identidade no Reino Unido, tem sido consistentemente uma das poucas vozes em defesa dos direitos individuais contra o totalitarismo antitabagista e contra as campanhas estatais que visam impor padrões de alimentação. Boris é também um dos poucos políticos em posição de destaque que teve a coragem de denunciar o ecofanatismo em torno das alterações climáticas como uma nova pseudo-religião, realçando que o que muita gente realmente ambiciona é a sensação moralista de poder ordenar e forçar os outros a mudar a sua vida e que este moralismo de pacotilha se sobrepõe à realidade científica.

O início da campanha de Boris, junto ao City Hall, decorreu bem ao estilo do excêntrico deputado, com uma multidão de jornalistas a rodeá-lo freneticamente e o candidato a Mayor a sair de cena de bicicleta, como é seu hábito. As reacções iniciais ao anúncio são encorajadoras para Boris: para além do frenesim mediático logo gerado à sua volta, a campanha recebeu uma onda de apoios via Internet, com a inscrição de mais de cem voluntários por hora no primeiro dia. Numa sondagem publicada pelo Evening Standard, Boris Johnson recolhe 23% das intenções de voto contra os 32% de Ken Livingstone, o que só pode ser considerado um resultado encorajador dada a popularidade e notoriedade pública do incumbente. Na resposta à pergunta sobre qual o melhor candidato conservador, Boris reúne 38% das preferências expressas (o segundo nome na lista, com apenas 10%, é o de Steve Norris, o candidato conservador derrotado em 2000 e 2004, que entretanto já anunciou não tencionar concorrer em 2008).

Dada a sua popularidade, Boris não deverá ter grandes problemas em conseguir a nomeação e ser o candidato oficial dos Tories para Mayor de Londres em 2008. A disponibilidade de Boris Johnson deverá, aliás, ter constituído um alívio para David Cameron, que até agora se tinha confrontado com sucessivas recusas de figuras de primeira linha para disputar o lugar. Boris elegeu como suas prioridades para Londres o combate ao crime, a melhoria dos transportes e a habitação. Fiel ao seu estilo, afirmou ainda desejar que Londres possa ser um modelo de cooperação e harmonia entre diferentes raças e religiões, denunciando a balcanização promovida pelo que designou como a "Indústria das Relações Raciais".

A confirmar-se a sua candidatura, Boris terá em Livingstone um forte opositor. O actual Mayor de Londres conseguiu ser eleito em 2000 como independente, numa eleição em que impôs uma pesada derrota ao Partido Trabalhista (de que era na altura dissidente), tendo sido reeleito em 2004 já como candidato oficial do Labour. O seu apoio a Hugo Chávez, à ditadura socialista cubana e a diversas causas da extrema-esquerda folclórica, valeram-lhe o epíteto de *Red Ken*, mas Livingstone é também o político que implementou (com considerável sucesso) uma taxa sobre a entrada de viaturas no centro de Londres e que teve até agora o bom senso de não aprovar nenhuma política que pudesse colocar em causa a vitalidade da cidade como centro financeiro mundial (uma vitalidade que é em larga medida fruto das medidas liberalizadoras dos governos Thatcher).

Apesar de contar com uma poderosa máquina de propaganda e uma legião de competentes assessores de imprensa, o Red Ken parece ter ficado seriamente preocupado com o desafio de Boris e reagiu acusando o potencial candidato conservador de ser um radical direitista, cuja eleição seria perigosa para Londres. Para quem tenha vivido em Londres, é no entanto difícil conceber algo mais perigoso vindo de um Mayor do que, em nome da protecção do ambiente, apelar a que os londrinos poupem água na sua higiene pessoal, como Livingstone fez em 2005, quando pediu aos habitantes da cidade para não puxarem o autoclismo quando tivessem apenas urinado. Como já foi sugerido, um voto em Boris é um voto a favor de puxar o autoclismo sempre que se queira. Nos tempos que correm, já não é pouco.



MARTA MUCZNIK EM WASHINGTON

MADE IN USA

A América: da crítica à difamação

A complexidade democrática da América é escamoteada por quem, como Michael Moore, opta por apresentar os Estados Unidos como um bloco monolítico, simbolizado por Hollywood, *reality tv, fast food* e pouco mais

"Oitenta e dois por cento dos americanos nem sequer têm um passaporte, e muito poucos falam outra língua para além do inglês. Será que um povo tão ignorante deve liderar o Mundo?" – questionava o também americano Michael Moore em carta aberta publicada no jornal alemão *Die Ziet* em Junho de 2003. Através dos seus documentários polémicos e provocadores de que o filme *Fahrenheit 9/11* (que ganhou o prémio de Palma de Ouro do Festival de Cannes) serve apenas como um exemplo, mostra uma imagem da América e dos americanos muito do agrado de certos sectores da elite e opinião pública na Europa: uma América belicosa e agressiva, com graves problemas raciais e sociais, onde prima a ignorância e a estupidez, a cultura de plástico dos *Mcdonald's* e *Starbucks*, o consumo rápido de quem mede a vida em termos meramente quantitativos e não qualitativos. Para já não falar da prisão de Guantanamo Bay que, desde que a administração Bush chegou ao poder, passou praticamente a substituir a Estátua da Liberdade como símbolo dos EUA.

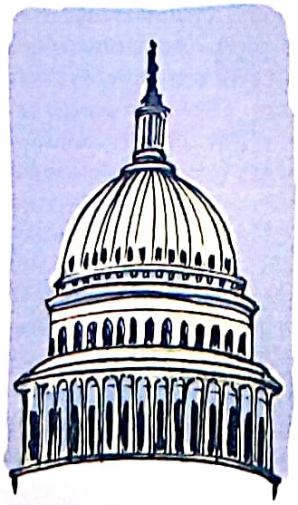
O que por vezes é ignorado por grande parte da opinião pública europeia e internacional, cuja percepção deste país e desta sociedade é na sua maior parte moldada pelos meios de comunicação, é que todas as questões que afectam os cidadãos americanos são alvo de um debate interno apaixonado que frequentemente polariza as populações. O tema da invasão no Iraque, por exemplo, foi e continua a ser dos temas mais debatidos não só entre republicanos e democratas mas também no seio dos partidos e da própria população. A retirada eventual das tropas americanas do Iraque é agora objecto de discussão intensa no Congresso e um dos temas centrais da campanha eleitoral. A política externa da administração Bush é tão alvo de crítica interna como lá fora.

A diversidade e a pluralidade norte-americana espelham-se também nos candidatos às eleições presidenciais: pela primeira vez na história eleitoral, candidatam-se simultaneamente uma mulher, Hillary Clinton, um negro, Barack Obama, e um hispânico, Bill Richardson, reflectindo as batalhas travadas na área dos direitos civis ao longo das últimas décadas, assim como a integração social das minorias. Os Estados Unidos têm evidentemente problemas raciais e sociais, mas outra coisa não seria de esperar de um país que é basicamente composto por imigrantes e cuja percentagem de minorias étnicas representa grande parte da sua população.

Não será também de estranhar – num país tão "ignorante" – que aqui acorram os melhores cérebros, em particular da Europa, especializados nas mais variadas áreas desde a ciência, à medicina e à alta tecnologia? Não é aqui que estão muitas das melhores universidades do mundo, *think tanks* e centros de investigação, bem como muitas das empresas mais dinâmicas do mundo?

A vitalidade da democracia e o "à-vontade" com o qual se confrontam geralmente todas as questões, sejam elas de natureza interna ou de política externa, reflecte-se em muitos aspectos da vida cívica e política, como o demonstra o recente debate patrocinado conjuntamente pela CNN e o YouTube entre os candidatos democratas. Milhares de cidadãos enviaram, através do *site* YouTube, perguntas aos diversos candidatos e as suas respostas foram transmitidas em directo. Iniciativas como esta podem transformar a forma como políticos e população interagem entre si – e são inovadoras como veículo de aproximação entre as elites políticas e a sociedade civil, numa época em que se assiste a uma apatia política por parte dos cidadãos.

Os Estados Unidos e a sociedade norte-americana atravessam inevitavelmente contradições profundas e que suscitam considerável controvérsia, desde as questões raciais, passando pelo debate relativo à imigração, a pena de morte, a situação da saúde, o controlo de armas, o fosso entre ricos e pobres, até ao papel de liderança que ocupam no mundo. É uma sociedade multifacetada, diversa, plural, onde coexistem opiniões diferentes e muitas vezes contraditórias. Mas essa complexidade é persistentemente escamoteada por quem, como Michael Moore, opta por apresentar os Estados Unidos como um bloco monolítico, simbolizado essencialmente por Hollywood, *reality tv*, *fast food* e pouco mais. Há que saber distinguir a crítica legítima da política de um governo e as generalizações fáceis e demagógicas, que facilmente conduzem ao preconceito e ao ódio e, na maior parte das vezes, a uma visão distorcida e limitada do que realmente é a sociedade e a cultura deste país.



CONSTANTINO XAVIER EM NOVA DELI

PASSAGEM PARA A ÍNDIA

CHANDNI CHOWK

Poderá a Índia tornar-se mesmo numa grande potência e voltar a ser o epicentro civilizacional que, ainda no século XVII, detinha um quinto da riqueza mundial? Esta é uma dúvida que assola qualquer observador e até os próprios indianos, por mais confiança que depositem no país

Do topo do minarete da Jama Masjid, com a brisa a secar o suor dos braços, miramos o imenso *bazaar* de Velha Deli, também conhecido por Chandni Chowk. Ao fim da tarde, o movimento é tremendo. Os ciclo-riquexós serpenteiam pelo labirinto imundo, empurrados por multidões. À venda, há de tudo: joalharia, gado, pneus, vibradores, sedas, arroz e caril. Nenhum planeamento urbanístico ou coerência arquitectónica. Os edifícios encontram-se quase todos arruinados. Aqui e acolá, por baixo dos cabos suspensos no ar e por entre as emendas em betão, zinco e plástico, emerge um raro pormenor tradicional de um poço medieval, de um *haveli* real ou de um armazém colonial.

Do conforto das alturas, observo que este bairro tem o potencial para vir a ser um dos patrimónios históricos mais visitados da Ásia. Anuncio: um dia, ainda durante as nossas vidas, veremos Chandni Chowk convertido numa espécie de Bairro Alto, Marais ou Kreuzberg, urbanisticamente domesticado, intelectualmente cosmopolita e turisticamente atractivo. A profecia é ridicularizada pela minha companhia e apresso-me a voltar a descer para colocar os pés em terra. Ensanduíchado por um pedinte leproso, um vendedor de bugigangas e uma mulher de burca, recupero do sonho celestial: afinal, quem sou eu para prever que esta eterna e imutável Índia se irá transformar?

Esta hesitação assola qualquer observador da Índia contemporânea e até os próprios indianos, por mais confiança que depositem no seu país. Poderá este tornar-se mesmo numa grande potência e voltar a ser o epicentro civilizacional que, ainda no século XVII, detinha um quinto da riqueza mundial? Qual a possibilidade de se afirmar como uma das capitais do tão badalado mundo pós-ocidental? Ou será a Índia tudo isto já no presente, enquanto desvio o meu pé de uma ratazana em decomposição?

Todos os dias, a imprensa indiana publica notícias tão afastadas da realidade diária que parecem dizer respeito a uma outra galáxia. Por exemplo, o município de Nova Deli anuncia, para breve, a cobertura total da cidade por um acesso *wireless* à Internet, mas a minha ligação de banda larga, do melhor e mais caro operador no mercado, é tudo menos larga e cai de hora em hora. A engenharia indiana cobre os Himalaias de barragens hidroeléctricas com tecnologia de ponta, mas a minha casa esteve, ainda este mês, vários dias sem uma única gota de água e os cortes de energia são quase diários.

Enquanto a Indian Space Research Organisation promete colocar uma sonda na órbita lunar antes de 2010, o aeroporto internacional de Deli, servindo uma das cinco maiores cidades do mundo, é menor que o do Funchal. Os excelentes médicos indianos são importados a peso de ouro pelos Estados Unidos, mas a taxa de malnutrição infantil piorou na última década. Bangalore é o novo Silicon Valley, mas o catálogo bibliográfico da Nehru Memorial Museum & Library, a melhor biblioteca do país em ciências sociais, continua em papel.

O governo anuncia que o desemprego é negligenciável, mas em 2003 concorreram mais de 700 mil pessoas a um concurso para 22 mil postos de emprego no Indian Railways. A economia cresce de forma diabólica, no entanto são ainda precisos 88 dias para abrir uma nova empresa e onze anos para a encerrar. Há menos de vinte anos o Governo blindava a economia nacional a investidores externos e advogava políticas de planeamento socialistas; hoje as empresas indianas compram as suas congéneres europeias e norte-americanas e dão lições de liberalismo económico ao Ocidente.

O que interessa sublinhar, perante todos estes factos estonteantes, é a tremenda volatilidade e incerteza que marca o futuro da Índia. Não interessa, por isso, sucumbir a dicotomias e traçar balanços definitivos. Em vez disso, libertemo-nos dos confortáveis constrangimentos etnocêntricos que nos impedem de ver além, por exemplo, um Chandni Chowk renovado, uma Índia poderosa e central ao xadrez internacional ou uma Europa semiperiférica. Mas também a possibilidade de um Chandni Chowk caótico, eternamente igual. Ou, por exemplo, um mundo crescentemente urbano em que as megalópoles – de São Paulo e Nova Iorque a Pequim e Tóquio, passando por Lagos, Londres e Deli – se reúnem num arquipélago estratégico, marginalizando as zonas rurais.

Se o mundo já deu tantas voltas assim, porque é que não há-de dar mais uma? Mantenhamos o maior leque de opções em aberto e abracemos perspectivas diferentes e inovadoras, porventura heréticas para a ortodoxia vigente. Preferencialmente, da altura de um minarete.

Os europeus só discutem a... Europa ou a Europa má (EUA). É mais do que tempo para os europeus começarem a olhar para outras potências, como a Índia e a Rússia. É que há mesmo vida para lá do Ocidente

O mundo visto de Moscovo

BERNARDO PIRES DE LIMA

O colunista Thomas Friedman afirmou recentemente que a Rússia «já não era o doente da Europa e que se tinha transformado no seu patrão». Esta análise resulta de dois erros. Primeiro, por considerar a Rússia um país europeu. Segundo, por enfatizar o poderio que supostamente o regime actual tem nas relações internacionais. Daqui resultam duas questões fundamentais: será que a Rússia se vê como uma potência europeia? Terá a Rússia de Putin noção das suas enormes fraquezas?

A primeira resposta é negativa. Nunca a Rússia se considerou um país europeu e a sua tradição internacional é exactamente fruto das ambições de um *outsider* na política europeia: dividir os seus membros para capitalizar a sua influência. A Rússia pós-soviética (mesmo que herdeira de algumas das suas tradições) começou por cooperar com as instituições ocidentais. Aproximou-se da NATO e da União Europeia. Abriu-se economicamente e criou condições para alguns desenvolvimentos democráticos internos. Ao transformar-se num *petro-state*, traçou definitivamente o seu caminho: continuando a estar fora da Europa, joga o trunfo energético para distribuir apoios, receber contrapartidas, criar conflitos sensíveis entre europeus e recriar velhos fantasmas da Guerra Fria. O resultado tem sido apenas um: o reforço da cooperação entre europeus e da relação entre estes e os EUA. É continuar, senhor Putin.

A resposta à segunda questão é, ao invés, positiva. Claro que a Rússia tem fraquezas (como qualquer potência), o importante é se estas condicionam o regime. E a resposta é novamente positiva. Desde logo um problema demográfico: dos actuais 148 milhões (menos que o Paquistão) em colossal território, os especialistas apontam para 121 milhões em 2050. Acresce que a Rússia tem taxas altíssimas de tuberculose e suicídio. Além disto, números de 2005 apontam para uma taxa de 40% de militares considerados mental ou fisicamente incapazes, criando um vazio no esforço de investimento militar que tem crescido 25% ao ano desde 2004. Convém recordar a importância das Forças Armadas na identidade russa e na sustentabilidade do regime. O problema energético também lhe bateu à porta: a sua contínua esfera de influência (Ucrânia, Turquemenistão, Cazaquistão, Azerbaijão, Geórgia, Moldávia, Arménia) tem procurado alternativas aos actuais *pipelines* para reduzir a dependência dos ditames de Moscovo. E diga-se que com sucesso. Putin, sabendo destes e de outros problemas da Rússia, só tem uma solução política: reforçar o seu círculo de poder e recuperar uma certa vocação provocatória na sua política externa. É o que tem feito.

O mundo visto de Nova Deli

HENRIQUE RAPOSO

A Índia é, ao mesmo tempo, uma potência do *status quo* e uma potência revisionista. Nova Deli representa o *status quo* porque não pretende contrabalançar a hegemonia unipolar americana. A Índia não procura uma aliança estratégica com a China e a Rússia no sentido de criar um pólo de poder anti-EUA. Pelo contrário: a recente aproximação entre Nova Deli e Washington mostra que a Índia está mais preocupada em contrabalançar a China. Depois, a Índia é uma potência do *status quo* porque defende os valores da ordem liberal internacional. Durante a Guerra Fria, a Índia foi uma adversária desta ordem liberal. Nova Deli liderou o Movimento dos Não-Alinhados, que procurava edificar uma ordem alternativa (e socialista) à margem da ordem liberal comandada pelos EUA. Tudo isso mudou. Desde a abertura ao capitalismo (1991), a Índia começou a ter uma retórica e *praxis* pró-ordem liberal. Hoje, Nova Deli aceita como legítima a existência de *uma* ordem liberal internacional. O problema é que não aceita *esta* ordem liberal criada em 1945. Entra aqui a face revisionista da Índia.

Dado que aceita como legítima a ideia de uma ordem liberal, a Índia quer passar a ter poder dentro da ordem liberal vigente. Ou seja, quer entrar no G-8 (que passaria a ser G-9), quer ver um indiano a presidir a OMC, etc. A Índia quer que o FMI e o Banco Mundial deixem de ser instituições *ocidentais* com responsabilidades *mundiais*. Estas instituições foram fundadas no final da II Guerra, quando a Índia ainda nem sequer existia enquanto Estado independente. E o FMI é sempre presidido por um europeu e o Banco Mundial tem sempre um presidente americano. Mais: o sistema de votação fixado por quotas não representa a actual distribuição de riqueza (no FMI, a insignificante Bélgica tem 2,12%, enquanto que a Índia tem apenas 1,91%). Mais: a Índia luta por uma ordem comercial realmente liberal, ou seja, por uma OMC que seja capaz de convencer americanos e europeus a abrir os seus mercados aos produtos agrícolas dos países do Sul. E, por fim, Nova Deli contesta o Conselho de Segurança da ONU, uma relíquia de 1945. Os indianos olham com desprezo para um fórum que conta com a presença da França mas que não abre as portas à Índia ou ao Japão.

Para os políticos indianos, a questão é simples: o Ocidente não pode continuar a tomar decisões que afectam a vida dos indianos sem a presença da Índia nos fóruns onde essas decisões são tomadas. Este revisionismo da Índia choca com a defesa do *status quo* da Europa. Como é que isto vai acabar? Dentro desta ordem liberal americana, Washington vai defender o *status quo* europeu ou o revisionismo das novas potências?

JOÃO MIRANDA

Especulação imobiliária

"Os políticos que prometem acabar com a especulação estão na verdade a prometer o empobrecimento dos seus eleitores. Um bom político tem o dever de fazer exactamente o contrário: de tornar a cidade atractiva para os especuladores"

A compra de habitação tem uma componente de consumo e uma componente de investimento. A componente de consumo deve-se à deterioração da casa ao longo do tempo. A componente de investimento deve-se à valorização do imobiliário na zona onde a casa se encontra. A componente "investimento" favorece a compra de casas em locais em que as regras que favorecem o desenvolvimento imobiliário são respeitadas.

A especulação imobiliária, isto é, a compra de propriedades imobiliárias com o objectivo de as revender a preços mais elevados no futuro, é essencial ao desenvolvimento imobiliário. Os especuladores desempenham várias funções: identificam casas subavaliadas, ou regiões inteiras subavaliadas, promovem empreendimentos imobiliários que valorizam partes significativas das cidades e injectam liquidez no mercado. Se a especulação fosse proibida de um dia para o outro, milhares de milhões de euros seriam retirados do mercado imobiliário. O valor detido pelos proprietários cairia abruptamente, o encontro entre compradores e vendedores seria mais difícil, partes significativas das cidades ficariam por desenvolver, quem quisesse mudar de casa teria muito mais dificuldade em encontrar comprador para a sua casa antiga e provavelmente muito mais dificuldade em encontrar um vendedor disposto a mudar de casa.

Os políticos que prometem acabar com a especulação estão na verdade a prometer o empobrecimento dos seus eleitores. Um bom político tem o dever de fazer exactamente o contrário. Tem o dever de tornar a cidade atractiva para os especuladores. Tem que permitir que os especuladores aproveitem todas as oportunidades que conseguirem encontrar para desenvolver a cidade. Dessa forma está a enriquecer os seus eleitores. O que se espera duma cidade é que os preços da habitação venham a subir a uma taxa sustentável. O aumento do preço da habitação ocorre apenas nas cidades que têm perspectivas de desenvolvimento. Só as cidades que se conseguem desenvolver atraem investidores e habitantes.

Um Plano Director Municipal (PDM) define direitos de construção em cada terreno numa cidade, isto é, define os direitos de propriedade de todos os proprietários. Por causa da elevada densidade populacional das cidades, a alteração dos direitos de construção num dado terreno afectam todas as propriedades vizinhas. Se, por exemplo, for autorizada a construção de um edifício que prejudica a vizinhança, o proprietário desse edifício vê a sua propriedade valorizada, mas os vizinhos vêem a sua propriedade desvalorizada. Se o edifício valoriza as propriedades vizinhas, todos os proprietários saem a ganhar e não apenas aquele que foi autorizado a construir o edifício.

Os políticos tendem a alterar os PDMs conforme as suas conveniências em nome de um abstracto "interesse público". De cada vez que um PDM é alterado há proprietários que ganham valor e há outros que poderão perder valor. A única forma justa de alterar um PDM é condicionando a sua aprovação à concordância de todos os proprietários afectados. Alterações ao PDM que gerem valor para todos os proprietários afectados não terão grande dificuldade em obter aprovação. Alterações ao PDM que criem valor para alguns proprietários e destruam o valor dos restantes terão mais dificuldades em ser aprovados. Os proprietários ganhadores terão que compensar monetariamente os proprietários perdedores para conseguir a aprovação.

A forma como o PDM pode ser alterado é crucial para o desenvolvimento da cidade. Quando a decisão de alterar um PDM é política, os especuladores têm um incentivo para identificar alterações que criem valor apenas para eles próprios. Após a identificação dessas alterações os especuladores têm um incentivo para dedicar o seu tempo a convencer os políticos (através de meios lícitos ou ilícitos) de que a alteração deve ser feita mesmo que prejudique outros proprietários. Neste caso, o valor criado para o especulador pode mesmo ser inferior ao valor perdido pelos restantes proprietários e nesse caso a cidade como um todo perde valor.

Se as alterações ao PDM tiverem que ser aprovadas por unanimidade, a função dos especuladores é identificar zonas da cidade onde é possível criar valor e encontrar um acordo que seja justo e aceitável para todos. Neste caso o valor criado pelo empreendimento tem que ser maior que o destruído pelos efeitos de vizinhança. A cidade só pode ganhar valor.

EMANUELE OTTOLENGHI EM ENTREVISTA A NUNO MARTINS:

"ISRAEL NÃO É UM ESTADO RACISTA"

Especialista do Médio Oriente e autor do livro *Auto da Fé*, Emanuele Ottolenghi diz que "as declarações de José Saramago ao comparar Ramallah a Auschwitz tiveram o mesmo efeito que as dos negacionistas do Holocausto". O que significa "não só demonizar Israel, como elevar a condição de Auschwitz para um plano não repugnante"

Emanuele Ottolenghi foi Fellow do Middle East Centre no Saint Anthony's College, em Oxford, e Scholar do American Enterprise Institute, em Washington. Dirige, desde Setembro de 2006, o Transatlantic Institute, um *think-tank* sedeado em Bruxelas e cujo objectivo é o de fortalecer as relações entre a Europa e os Estados Unidos da América. Autor do livro *Auto da Fé*, em que se critica a Europa de hoje e as suas dificuldades em lidar com Israel e com o anti-sionismo existente no Velho Continente, concedeu-nos esta entrevista no seu gabinete numa das principais artérias da capital belga.

Quarenta anos depois da Guerra dos Seis dias quais foram as consequências para Israel?

A Guerra de 1967 aconteceu num contexto que hoje se esquece. Israel não era a potência regional que é hoje. Por outro lado, também não tinha uma aliança estratégica com os Estados Unidos, tal como acontece actualmente, nem sequer tinha aliados de confiança. Pelo contrário, os estados árabes que o circundavam tinham uma retórica permanente com vista à sua destruição. Assim, o que precedeu a Guerra de 1967 tornou claras as intenções reais daqueles Estados em relação a Israel. Mas mais do que o que precedeu a guerra, a vitória de Israel naquele conflito transformou-o naquilo que é hoje. Ou seja, uma potência regional que permitiu a aliança estratégica com os Estados Unidos da América. Diplomaticamente, não obstante não terem surgido tratados de paz, a guerra levou à adopção da Resolução 242, que é a base para o tal acordo de paz entre Israel e os estados árabes. Como se pode constatar, Israel conseguiu alcançar um conjunto de objectivos diplomáticos com a vitória na Guerra dos Seis Dias. Contudo, também é verdade que o conflito entre Israel e os palestinianos não foi resolvido e que o controlo da Cisjordânia, tendo feito progredir diversas colónias naquela zona é, na minha opinião, uma parte do problema e deverá ser resolvido. Contudo, constato que quem perdeu mais nos últimos quarenta anos, nomeadamente, na busca de uma solução para resolver o conflito existente, foram os palestinianos. Hoje, estão no meio de uma guerra civil, o que levou o presidente da Autoridade Palestiniana a declarar que a guerra civil é pior que a "ocupação" israelita. Por outro lado, a criação de um Estado Palestiniano, a meu ver cada vez mais remoto, não leva a que Israel regresse às fronteiras que tinha antes da Guerra dos Seis Dias. Concluindo, quarenta anos após aquele conflito e depois de diversas perdas de oportunidade para a paz, Israel acabou por ter maiores vantagens do que os palestinianos e estes são os verdadeiros perdedores desta história.

Israel é constantemente comparado com a África do Sul do Apartheid. Qual é a legitimidade desta comparação?

Israel não é um Estado racista como muitos pretendem fazer crer. O frequente paralelo com a África do Sul do Apartheid é uma propaganda cujo objectivo é o de deslegitimar Israel, já que o Apartheid era um regime ilegítimo que a comunidade internacional condenou.

Mas é verdade que Israel teve relações com o regime sul-africano no tempo do Apartheid?

É verdade que Israel teve relações políticas com o regime do Apartheid e também é verdade que muitos países africanos que apoiavam o ANC tiveram, igualmente, relações com o regime do Apartheid. Israel não estava sozinho nessas relações que eram, sobretudo, comerciais. Mas a meu ver, o erro na comparação entre Israel e a África do Sul nos tempos do *apartheid* consiste na negação de direitos fundamentais que este último fazia em relação aos seus próprios cidadãos. Na verdade, na relação entre Israel e os palestinianos isso não acontece. O que está a acontecer é um conflito entre dois movimentos nacionalistas, que são simultaneamente exclusivos ao reclamarem legitimamente o mesmo território. No que respeita à Cisjordânia, Israel utiliza o argumento da legitimidade territorial para construir as colónias e os mecanismos que coloca para proteger os colonos, o que o leva a ser comparado com o regime do Apartheid. Na verdade, estes mecanismos também servem para proteger os cidadãos israelitas do terrorismo palestiniano. Assim, Israel não quer negar os direitos civis dos palestinianos com base num Estado único, mas quer o seu próprio Estado Judaico, tal como os palestinianos querem criar o seu próprio

"Israel não quer negar os direitos civis dos palestinianos com base num Estado único, mas quer o seu próprio Estado Judaico, tal como os palestinianos querem criar o seu próprio Estado Palestiniano"

Estado Palestiniano. Daí que a comparação seja falsa, na medida em que as áreas sob controlo israelita não foram anexadas por Israel e não têm uma discriminação jurídica que penalize os palestinianos mas, estão sim, sob ocupação militar até que se encontre uma solução nacional.

Em 2000 Israel saiu do Sul do Líbano e em 2005 da Faixa da Gaza. A retirada da Cisjordânia ajudaria à criação de um Estado Palestiniano?

Pessoalmente apoiei a retirada da Faixa de Gaza no Verão de 2005. Vi então, mais do que a possibilidade de se chegar a um acordo de paz, uma real oportunidade de dar aos palestinianos a ocasião de capitalizar ao máximo a retirada de Israel de Gaza. Contudo, os dois últimos anos têm provado o contrário. A resposta palestiniana àquela decisão e à evacuação das colónias por Israel, que como dissemos são a expressão da sua reclamação territorial, não recebendo nada em troca, foi seguida do envio de mísseis e *rockets* lançados de Gaza para o território israelita. Isto significa que afinal os palestinianos não estão a lutar com Israel para libertar Gaza, mas sim o que pretendem é erradicar Israel do mapa. A outra resposta dos palestinianos foi a eleição do Hamas em Gaza, ou seja, a resposta do povo palestiniano à retirada de Israel foi dar a vitória a um movimento que não acredita numa solução para dois Estados, que não acredita no direito de existência de Israel, que não acredita na diplomacia como via para chegar à criação de um Estado Palestiniano, que não acredita que o terrorismo está errado e que não entendeu a retirada de Gaza como base para iniciar e discutir um acordo de paz com Israel. Assim, não me parece que Israel vá retirar da Cisjordânia nos próximos tempos, a não ser que se proceda a um plano de negociação de paz com garantias reais de segurança, nomeadamente que o que está a acontecer em Gaza não ocorra na Cisjordânia após uma eventual retirada Israelita.

Se há um partido que ganha eleições democráticas nos territórios palestinianos, mas que não reconhece Israel como país, e depois há um partido, que perdeu as eleições, mas que reconhece Israel como país e como parceiro para a paz, o que deverá Israel fazer? Com quem deverá negociar?

Na verdade esses são dois assuntos diferentes. Claro que os palestinianos devem eleger quem bem queiram e acreditar nas plataformas políticas que bem entenderem. Mas as escolhas têm consequências. Se os palestinianos preferem ser dirigidos por uma organização que não acredita numa solução onde coexistam dois Estados, Israel não pode ficar limitado por causa do resultado das eleições palestinianas. Se tomarmos como exemplo a Europa Ocidental, uma organização como o Hamas não teria sequer a oportunidade de concorrer a eleições livres e democráticas. Na maioria dos países europeus, a legislação não permite que partidos políticos, que sejam em simultâneo organizações paramilitares, que ponham em causa o próprio Estado democrático, que não acreditam nas regras básicas que definem uma democracia e que estão empenhados em actividades que põem em perigo a vida de civis, possam ser considerados como partidos políticos e, em consequência, são impedidos de concorrer a eleições democráticas. Israel está a ser constantemente assediado para ter conversações com uma organização política que, no caso europeu, a maioria dos países não consideraria sequer como um partido político. Mais uma vez digo que os palestinianos são livres para escolher os seus representantes mas essa escolha terá sempre consequências políticas. Israel não pode ser obrigado a negociar com quem não reconhece sequer a legitimidade da sua existência.

Actualmente, muitos judeus que vivem noutros países criticam o Estado de Israel. Contudo, existem outros que o defendem com todas as suas armas e argumentos. Pensa que esta dicotomia é saudável para os judeus na diáspora?

Antes de mais tenho a dizer que Israel sabe defender-se sozinho e não precisa de ninguém para o fazer. Por outro lado, os judeus na diáspora são livres de ter as suas próprias opiniões no que respeita a Israel e a qualquer outro assunto. O problema do mundo ocidental, nos dias que

"A resposta do povo palestiniano à retirada de Israel da Faixa de Gaza foi dar a vitória ao Hamas, um movimento que não acredita numa solução para dois Estados, que não acredita no direito de existência de Israel, que não acredita na diplomacia"

correm, é que alguma da *inteligentsia* acredita que os judeus na diáspora, de forma a participarem na vida activa dos seus países, devem denunciar Israel e condenar as políticas daquele Estado, quaisquer que elas sejam, como uma condição da participação na vida pública. E aqui, a meu ver, reside o erro. Os judeus devem ter a mesma liberdade de escolha e de opinião que todas as outras pessoas. A simpatia e o apoio daqueles que defendem o Estado de Israel não pode ser utilizada contra eles. O facto de as pessoas apoiarem os judeus que criticam negativamente Israel é, na minha opinião, suspeito. Porque a validade do argumento não tem por base a etnicidade ou a filiação religiosa daqueles que o apresentam mas a substância do argumento. Por outro lado, os judeus que normalmente criticam Israel são precisamente aqueles que se encontram distanciados da sua identidade, das tradições judaicas. Na verdade, só se lembram de que são judeus quando criticam Israel, de forma a dar uma maior credibilidade aos seus próprios argumentos. E aqui, mais uma vez, o que interessa não é a origem de quem apresenta o argumento.

Também existe o oposto. Veja o exemplo dos *Neturei Karta* um grupo ultra-religioso judaico: negam a existência do Estado de Israel e participaram na Conferência sobre o Holocausto organizada pelos iranianos...

É verdade, esses fenómenos também existem. Penso que a comparação entre Israel e os nazis é lastimável e ofensiva para com o que se passou no Holocausto. Por outro lado, ao comparar as acções israelitas, que não são sempre inocentes, com o maior terror do século XX, não é igualmente legítima. Deixe-me dar um exemplo. Quando o escritor português José Saramago visitou Ramallah em 2002, compararou o que lá se passava com Auschwitz. Podemos lamentar o que acontecia em Ramallah nos dias em que Saramago visitou este território, mas em Aushwitz morreram cerca de trinta mil judeus por dia e isso não aconteceu em Ramallah, por muito fértil que seja a imaginação. Fazer essa comparação significa, não só demonizar Israel, como elevar a condição de Auschwitz para um plano humano não repugnante, negar o que aconteceu durante o nazismo. Voluntária ou involuntariamente, as declarações de Saramago tiveram o mesmo efeito do que as dos negacionistas do Holocausto, ao transformar a natureza negativa de Auschwitz. Mas deixe-me voltar aos *Neturei Karta*. Estes têm o direito de defender quem bem entendem, expor as suas opiniões sobre todos e quaisquer assuntos, e como judeus e como ser humanos podem não gostar de Israel. Estão no seu direito. Contudo, o que chamou a atenção para aquele minúsculo grupo religioso foi a atenção que lhes foi dada pela comunicação social mundial. São uma minoria dentro da ortodoxia judaica que, por sua vez, é uma minoria da Comunidade Judaica. Eles contam no máximo com cerca de três milhares de apoiantes em todo o mundo. Não obstante, os meios de comunicação social focaram as suas atenções naquele grupo e assim tentaram deslegitimar o significado do Holocausto. E é isso que tem sido feito nos dias que correm. Por outro lado, os judeus anti-sionistas, que frequentemente acusam todos os outros de uma tentativa de silenciamento, estão na verdade a fugir ao debate com todos aqueles que apresentam argumentos para a defesa de Israel e tentam, isso sim, deslegitimar as opiniões destes.

A generalidade dos meios de comunicação social europeus apoia, por diversos formas e atitudes, as pretensões palestinianas e ataca Israel. Acha que tal acontece porque não existe um forte grupo de interesse judaico na Europa? Não acha que o *lobby* judaico nos EUA desvirtua a política norte-americana?

Antes de mais, penso que acusar os meios de comunicação social europeus de apoiar os palestinianos é injusto e é uma generalização que não corresponde à realidade. Na verdade, em alguns segmentos da comunicação social europeia existe uma simpatia pelo que é considerado o "mais fraco" e isso afecta as análises profissionais dos jornalistas desses meios de comunicação. Neste caso concreto, em relação ao conflito entre Israel e os palestinianos. Agora, o que está a faltar na Europa é um tratamento igual no que se refere ao conflito israelo-palestiniano, em particular, e ao Médio Oriente, em geral. Existe ainda uma atenção excessiva ao conflito e a crença de que, ao ser resolvido, todos os problemas do Médio Oriente serão, igualmente, resolvidos. Isto é um erro muito grande. Não serve a verdade e afasta-nos dos assuntos mais importantes do Médio Oriente. Neste contexto, as acusações contra os grupos de interesse judaico nos Estados Unidos não são mais do que um prejuízo. De facto, as organizações judaicas norte-americanas, tais como tantas outras minorias religiosas e grupos de interesses, participam no debate nacional sobre a política externa norte-americana. O problema na crítica ao *lobby* judaico é que, para os críticos, os judeus não estão "autorizados" a participar no debate sobre a política externa norte-americana. Esqueça o facto de que existem diferentes pontos de vista sobre Israel no interior da Comunidade Judaica norte-americana. Esqueça o facto de que estes pontos de vista são expressos diferentemente, nomeadamente, através de grupos de interesse, quer à direita, quer à esquerda. Existe em suma uma variedade de pontos de vista e que, igualmente, todos os que defendem os palestinianos também se podem organizar do mesmo modo que os grupos de interesse judaicos. As críticas ao *lobby* judaico norte-americano não só dizem que os judeus estão a interferir na política externa norte-americana, como também dizem que não devem interferir, de todo, nesse debate. É o mesmo dizer que os judeus, dentro do espectro norte-americano, não estão habilitados a participar, de forma organizada e como todos os outros grupos, no debate político e social norte-americano. E quando mudamos para a Europa passamos a ter uma influência mínima dos grupos pró-Israel na política europeia. Concluindo, dizer que a intervenção pró-Israel das organizações judaicas nada acresce ao debate e não é legítima, nem benéfica, é o mesmo que dizer que aos judeus não lhe é possível ter os mesmos meios de representação e organização que todos os outros grupos religiosos e afins. Isto não tem nada que ver com a natureza do argumento, mas com o direito das comunidades judaicas em todos os países a organizarem-se no sentido de defender o direito de existência do Estado de Israel. Todos os que criticam o *lobby* judaico estão a dizer que a única forma que os judeus têm para participar no debate político sobre o Médio Oriente é criticando Israel e assumindo uma posição pró-palestiniana.

A sala é boa,
e a organização
supera tudo.
Temos o maior centro de congressos
num hotel 5 estrelas, em Lisboa.
Um espaço aberto à sua criatividade.
Sucesso sem stress é o nosso compromisso
events@corinthia.
the Spirit of Corinthia
www.corinthiahotels.com
Av. Columbano Bordalo Pinheiro, nº 105
1099-031 Lisboa – Portugal
Tel.: +351 21 723 63 63 . Fax: +351 21 723 63 64
CORINTHIA
LISBOA HOTEL
PORTUGAL

CARLOS DO CARMO CARAPINHA

Notas de um conservador

"O espírito conservador não é contra a mudança, nem sequer contrário à inovação no campo das actividades humanas. O conservador tem é um problema com o culto da mudança pela mudança, com a fraqueza idiota de pensar que só na 'mudança' o homem se pode realizar. O conservador é um céptico"

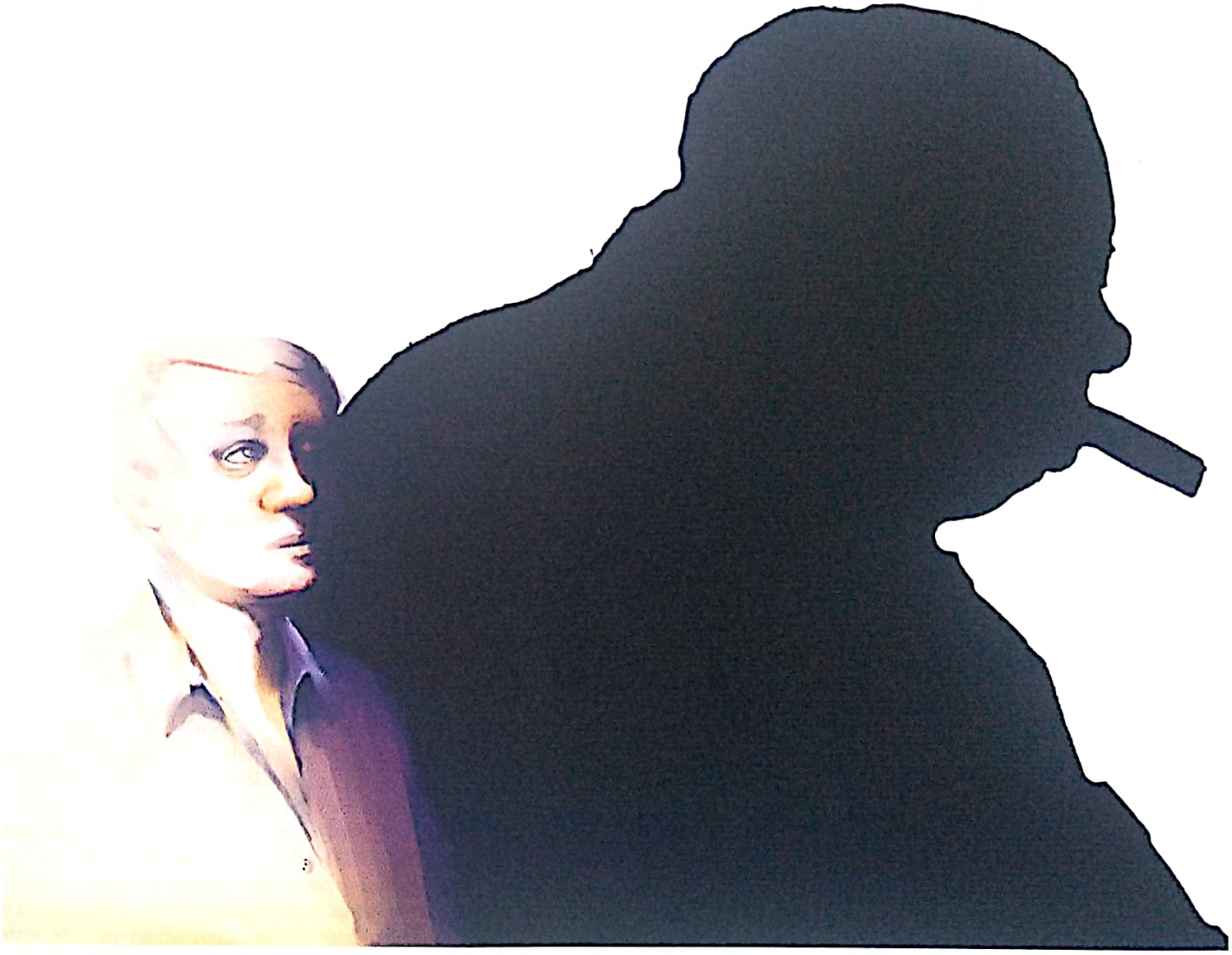
Há muito, muito tempo, Diogo Freitas do Amaral, então ministro dos Negócios Estrangeiros da República, deu uma entrevista à RTP1 durante a qual a entrevistadora, Judite de Sousa de seu nome, insinuou, com o olhar deslumbrado e o sorriso perene que sempre a caracterizaram, que o Professor tinha sido um conservador. Não só insinuou como afirmou "o senhor era um conservador". Diogo Freitas do Amaral não se ficou. Não podia. De semblante freirático e com uma modulação gutural, o Professor tratou logo ali de se distanciar de tal epíteto: "nunca fui conservador". Disse-o como que pressupondo um "Ó minha senhora, francamente!" Compreensível: o título era pernicioso, a insinuação aviltante. A demarcação impunha-se. Se lhe tivessem atribuído o epíteto de "socialista", "social-democrata", "democrata-cristão" ou "liberal", dificilmente Freitas do Amaral teria corrido a negar a qualificação. Chamar de "socialista" ou "liberal" uma política, um partido, fulano, beltrano ou sicrano, não gera grandes polémicas. À partida, sabe-se o que se pretende dizer e do que é que se está a falar. Sim, caros leitores: há algo de podre no termo "conservador". Desde logo pela confusão semântica entre adjectivo e substantivo. Não no sentido do adjectivo, como diria O'Neill, atirar para o vago o substantivo. Mais no sentido de, num contexto político-filosófico, se tomar recorrentemente o primeiro pelo segundo. A estranheza, o distanciamento e a confusão em relação ao vocábulo 'conservador' encontra justificação num simples facto: não é historicamente possível imputar ao conservadorismo um conjunto homogéneo, organizado e objectivo de ideias e princípios que tenham servido de base a um sistema político, ou que tenham alicerçado e sustentado um edifico pura e estritamente ideológico. Ao contrário, por exemplo, do socialismo – que soube chamar a si ideais e princípios cuja simplicidade e a suposta pureza moral têm encantando gerações – o conservadorismo é caracteristicamente desarticulado, contraditório e complexo, incapaz de se projectar em fórmulas e máximas sob uma batuta racionalista. Há quem lhe tenha atribuído o título de anti-ideologia. Há quem o observe meramente como uma postura, uma predisposição, um sentimento. Seja lá o que for, sabe-se que a sedimentação levou séculos. E o processo conducente ao ideário foi não raras vezes indeliberado e inconsciente.

Mas deixemos o predicado, e voltemos ao sujeito. Para a maioria das pessoas, o "conservador" é uma figura estereotipada: autoritário nos modos; reaccionário no intelecto; vaga ou acidentalmente inteligente; amigo de fados, touradas e guitarradas; marialva e saudosista; senhor de fartas patilhas e botas cardadas. Ou seja, um misto de João Braga, David Ribeiro Telles e Paulo Portas, envoltos num manto diáfano de inconsciência social e disciplina marcial. Recorrentes são as equivalências conservadorismo = situacionismo = saudosismo = estagnação = reaccionarismo. Não é por acaso que a esquerda estranhe e trema de cada vez que alguém se apresenta como politicamente conservador e, ao mesmo tempo, demonstra gostos vanguardistas e/ou "libertários". A coisa encontra-se tão categorizada que não há margem para grandes conversas.

Não pretendo, por isso, e para já, exaltar o conservadorismo. Muito menos dissecá-lo. Não há espaço para isso. E, convenhamos, está muito calor. Quem o quiser fazer pode recorrer a Roger Scruton, John Kekes, Robert Nisbet ou Anthony O'Hear. Quem quiser ler os supostos "papás", pode começar por Aristóteles, dar um salto a Montaigne, Hume e Burke, passar por Disraeli e acabar em Oakeshott – nomes que, como disse Melville de Hawthorne, «*have dropped germinous seeds into my soul*». Não. O que eu queria mesmo era referir-me ao que o conservadorismo não é. Para que não restem dúvidas.

Não é reaccionarismo. O espírito conservador não é contra a mudança, nem sequer contrário à inovação no campo das actividades humanas. O conservador tem é um problema com o culto da mudança pela mudança, com a fraqueza idiota de pensar que só na "mudança" o homem se pode realizar. O conservador é um céptico. Como tal, será sempre cauteloso na hora da mudança, tentando perceber, antes de mais, se uma estrutura supostamente obsoleta ou a "abater", encerra ainda uma função progressiva e vital que serve o grupo ou a comunidade e que, quanto muito, precise de "afinação". Dito de outra forma, o conservador optará sempre pela reforma progressiva ao invés do corte abrupto, sobretudo quando este tem por base um "plano" racionalista, delineado a régua e esquadro, cuja voragem "reformista" transveste as pessoas em "massas" e não num conjunto heterogéneo de pais, trabalhadores, consumidores, eleitores, etc., com diferentes aspirações, capacidades, motivações e objectivos.

Não é saudosismo. O conservador não é um saudosista. Sendo pessimista, tem a noção clara e trágica de que, com o tempo, as perdas tendem a ser irreparáveis e os danos exponenciais. O betão vai engolindo o campo; os edifícios históricos vão sendo esmagados por estruturas horrendas mas putativamente funcionais e esteticamente assépticas; a "velha" fruta com bicho e irregular deu lugar à "normalizada" e homogeneizada; a família é agora uma instituição a abater ou desprezível; já não



há ruas sem carros; abatem-se árvores centenárias em nome de valências económicas e utilidades públicas. E por aí fora. Tudo isto apavora o conservador e agudiza-lhe a noção de perda: de gestos, rotinas, valores, afectos e laços – elementos que podem vir a perder-se para sempre. É por isso que lhe é querida a ideia de "conservar", i.e., de guardar, resguardar, defender o que ainda resta.

Não é "tradicionalismo". Para o conservador, a tradição só interessa se ela traduzir o resultado de uma peneira qualitativa chamada "tempo", aliado a um tipo de conhecimento adquirido através da experiência e da revelação da vida, incapaz de ser transmitido *by the book*. De resto, há tradições que não o são e outras que são contrárias à própria dignidade humana. Estas não contam. Só servem para os detractores.

Não é autoritarismo. Há um dito inglês que reza assim: "*a conservative is a liberal who's been mugged*". É um facto que o conservador preza a ordem e a segurança. Preza-as porque preza a paz e a liberdade. Qualquer facto ou restrição que impeça o conservador de gozar e viver a vida plenamente e em liberdade – o medo ou a violência, por exemplo – constitui um anátema. Hobbes foi definitivo nesta questão: só a aplicação da lei e a manutenção da ordem permite a fruição da liberdade. Perceber isto não é defender o autoritarismo, um Estado policial, um governo com poderes ilimitados ou o exercício do poder por um déspota que assegure a ordem em nome de todos. É entender que o mal é uma característica permanente da vida moral de cada ser humano. Sendo uma característica inata, a sua expressão pode ser influenciada pelo tipo de organização política adoptada e pela disposição de valores daí resultante. Para o conservador, evitar o mal é uma função que deve ser exercida. De forma regrada, limitada, sob o primado da lei. Mas ainda assim exercida.

BRUNO CARDOSO REIS

Os Medos

"Manuel Alegre é contra o medo. Quem é que pode ser a favor? Será que anda por aí a ideia de um novo partido? Duvido, embora Partido Alegre fosse um nome feliz"

Não pude deixar de reparar no artigo de Manuel Alegre, a que o *Público* deu honras de primeira página. Estava bem bonita (como é de regra no dito periódico). Um bom exemplo do profissionalismo na gestão da imagem, tão essencial na política. Mas então e o conteudo do texto? Alegre é contra o medo. Quem é que pode ser a favor? É mais ou menos como a "Guerra ao Terror" de George W. Bush. Quem é que pode ser a favor do terror? Mas ser contra o medo ou o terror é um pouco vago como programa político. Aliás, não percebi a que se candidatava Alegre com este *slogan*. A líder do PS, primeiro-ministro, Presidente da República não deve ser. Seria a Pai da Pátria? Não pode ser, pois ainda há pouco Alegre dizia que o lugar não fazia sentido. Seria antes a Libertador da Nação? Estou certo que não. Alegre (como eu) certamente tem muito medo de poetas inspirados e heróicos combatentes que, logo depois, como libertadores da pátria desgraçaram os respectivos países com belas intenções, nenhuma cedência ao economicismo e belos discursos de esquerda radical. Não cito nomes para poupar os leitores a uma longa lista. Será que anda por aí a ideia de um novo partido? Duvido, embora Partido Alegre fosse um nome feliz.

Seja como for é talvez de lembrar que há medos e medos, e que nem todo o medo é mau. Espero (por exemplo) que o governo tenha medo de repetir alguns erros recentes. Sobretudo a sua (temível!!) máquina de controlo de informação e produção de propaganda parece estar bastante empanada. Espero bem que haja por aí pessoal político nomeado pelo governo com medo de fazer asneira. Por outro lado, como diziam uns certos senhores americanos (que hoje teriam uns duzentos anos) se os homens não fossem propensos a fazer asneira nem eram precisos governos. A ideia de governos perfeitos é uma perigosa ilusão que os amantes da liberdade devem temer.

No meio da histeria reinante convém recordar (sem medos) alguns factos essenciais. O actual governo reduziu o número de cargos de nomeação política. Este tipo de prebendas partidárias existe em muitos países e há mesmo quem veja neles o preço necessário por uma democracia de partidos. Eu seria favorável a mais reformas, que eliminassem o mais possível o arbítrio partidário. Dando alguma escolha ao responsável político, sim. Mas valorizando sobretudo critérios de formação e qualidade do currículo na área relevante. Porém, alguém viu o PSD propor o fim das nomeações políticas? Será que têm medo de alguma coisa?

Os funcionários públicos têm direito à liberdade de expressão? Têm. Mas no exercício das suas funções e no espaço dos serviços públicos têm a obrigação de ser politicamente neutros. Esse dever de neutralidade e as limitações à acção política e até de revindicação profissional aplica-se em particular às Forças Armadas. Precisamente porque têm armas e as pessoas costumam ter medo de serem alvejadas. Isto nada tem que ver com o (eterno fantasma!) Estado Novo. Tem tudo a ver, pelo contrário, com os mais básicos princípios liberais. Só assim um Estado liberal pode garantir aos cidadãos a sua segurança e o equitativo uso dos seus serviços sem medo de que para isso tenham de aparecer ligados a qualquer partido. (Como dizem que sucede, espero bem que erradamente, na Madeira).

É importante que o Estado tenha quadros superiores de qualidade? Claro. É mau sinal o acumular de demissões dos ditos? É de bom-senso crer que sim. Mas não se fazem reformas ambiciosas sem provocar descontentamentos entre os poderes instalados. E mesmo que os ditos quadros tenham a maior das qualidades e a maior das razões, é o governo que tem um mandato legitimado popularmente. Será que alguém defende que o governo se deve demitir porque quadros altamente qualificados não concordam com a política governamental? O que é que aconteceu ao velho e honroso hábito de se demitir batendo com a porta em protesto por discordâncias radicais com a política governamental, como aconteceu até durante o Estado Novo? Do que é estes altos quadros actuais têm medo?

Os portugueses temem pelas suas liberdades? Não me façam rir. Se houve época de caça livre ao governo foi esta em que as reformas começam a doer. Reformar a sério realmente faz medo. Já Maquiavel dizia que os homens receiam acima de tudo a mudança, e não havia nada mais perigoso para um político de que tentar levá-la a cabo.

Seria bom, no entanto, que esquerdistas vários dentro e fora do PS, que nos querem poupar estas assustadoras reformas, nos explicassem como é que um serviço nacional de saúde com um deficit a crescer descontroladamente ou uma segurança social sem condições de sustentação futura serviam os interesses do bom povo. A ideia de que o "econonomicismo" é de direita, é politicamente suicida. Significa aceitar que a esquerda é incapaz de fazer uma boa gestão. (A direita, com certeza, agradece tal tese). É também suicida do ponto de vista da defesa do Estado Social. Porque implica acreditar (sem medos!) que se pode manter um Estado Previdência com bons cuidados de saúde e educação para todos, com boas prestações sociais, sem cuidar de haver dinheiro para isso. Parece-me que os portugueses têm razões para ter medo dessas ideias. Tornar o Estado mais eficiente é torná-lo economicamente mais viável, mas também mais capaz de servir equitativamente e bem todos os cidadãos. Há aqui alguma coisa de que uma esquerda progressista deva ter medo ou vergonha?

Parece que Baptistas Bastos (*compagnon de route* comunista preferido de quase toda a gente, o que até se percebe, pois é simpático e apresenta-se bem) anda preocupado com onde pára o socialismo neste governo. Pára bem melhor do que em Cuba ou no Vietname, que entretanto importaram o capitalismo selvagem para ver se pagavam as dívidas. Parece que não só ele, mas muita boa gente tema a falta de sinais exteriores de esquerda nesta governação. Pois eu vejo um bem evidente. Em crises económicas anteriores era vulgar ver operários despedidos ou com salários em atraso em protesto. Mas as elites pareciam imunes às crises. Hoje em dia (felizmente com os salários pagos), o que mais se vê são protestos de juízes, médicos, professores, oficiais e até do maior capitalista português. Será que isto não basta a esses radicais de esquerda? Ou será que afinal o seu grande medo é que lhes mostrem como estão afinal tão instalados e conservadores, tão desprovidos de soluções de futuro?

Memorando

DE: Atlântico
PARA: Ministra da Cultura (ou da falta dela)

Vamos lá ver se nos entendemos, Sra. Ministra. O seu lugar é um não lugar. Primeiro, porque não devia sequer existir. Segundo, porque jamais deveria ser entregue a uma saudosista dos tempos áureos da Praça Vermelha. A verdade é dura, mas nunca é tarde para a enfrentar: quem viveu toda a vida sob o espartilho da cartilha marxista jamais deixará de o ser. O seu currículo fala por si. O caso da não-recondução da melhor directora da história do mais importante museu nacional para um segundo mandato, alegando discordância pública sobre o modelo de gestão, é o último grande caso que a Sr.ª Ministra protagoniza. Do trauliteiro processo sobre a colecção Berardo e respectivas consequências para os cofres do Estado, ao despedimento do ilustre director do Teatro Nacional de São Carlos, Paolo Pinamonte, nada de razoável tem saído do seu mandato. Arriscamo-nos mesmo a dizer que nunca a Cultura teve uma tão fraca titular. Mas centremo-nos no caso da Dr.ª Dalila Rodrigues.

Em 2003, antes de ser nomeada directora, o Museu Nacional de Arte Antiga tinha recebido 71 973 visitantes. No ano passado foram 192 452. Coisa pouca, como se vê. Se os museus não são feitos para as pessoas, então para que servem? Mas os números não ficam por aqui. As receitas do museu passaram de 250 mil euros, em 2003, para um milhão e 109 mil euros, em 2006. Enfim, nós sabemos que o capital nunca foi coisa recomendável aos fiéis do mausoléu de Lenine.

Aos números podem juntar-se as memoráveis exposições temporárias dos últimos três anos. A começar pela extraordinária colecção Gustavo Rau, O Brilho das Imagens do Museu Nacional de Varsóvia, o magnífico enquadramento expositivo da aquisição da pintura Ecce Homo, de Frei Carlos, além de todo o dinamismo com que organizou a noite dos museus, a angariação de mecenato (essencial à sobrevivência do museu) e a forma contemporânea de abrir o museu à cidade, às pessoas de todas as idades e por tê-lo colocado no circuito internacional.

Claro que para a Ministra Lima, os museus devem estar fechados no seu circulozinho de amigos, com os tectos a cair aos bocados e rodeados de seguranças invisíveis, uma espécie de agentes do KGB versão pós-moderna: ninguém os vê, mas que eles existem, existem. Também sabemos que a Ministra Lima tem um fraquinho por aparecer. Não sabe como nem porquê, mas quer aparecer. Mostrar prova de vida. Revelar o seu novo penteado como forma de arte mais que moderna. Pois é. Não queremos estragar os seus passatempos, mas o país aprecia outro tipo de comportamento.

Até o nosso Presidente da República fundou um novo estilo e parece que nada será como antes em Belém. O Prof. Cavaco, que tem rejeitado comentar acontecimentos da vida política, revelou "sentir-se muito surpreendido" com a notícia do afastamento da directora do museu. Mais: ao inaugurar uma nova fase do mandato, o Prof. Cavaco acabou por pôr o dedo na ferida quando questionou com todas as letras – sublinhe-se este ponto – se o país se podia dar ao "luxo de prescindir dos que revelaram já as suas altas qualificações e que deram provas das suas responsabilidades". Esta é a questão. Este Governo mais uma vez provou que é perito na total castração do trabalho dos melhores, ao mérito dos que realmente trabalham, à qualidade das prestações de equipas sob liderança daqueles que não se limitam a exigir subsídios, antes lutam por caminhos alternativos, pondo de pé os projectos que assumiram e aos quais devem lealdade.

Este foi o caminho da Dr.ª Dalila Rodrigues. Cometeu uma série de proezas liberais num país e num ministério arrumados no canto da história do centralismo estatal. Disse não à podridão dos actuais modelos de gestão cultural, propondo mais autonomia para os museus, assumindo que muitos deviam ser entregues às autarquias, revelando-as ainda publicamente. Claro que, em carneirada triunfante, dezena e meia de directores de outros museus, com medo de irem pelo mesmo caminho, prontamente juraram fidelidade a Moscovo, perdão, à Ministra. O óbvio acontece.

Dois apontamentos finais. Primeiro: tendo em conta o comportamento do Prof. Cavaco e da oposição (PSD, mas sobretudo CDS), a ministra Lima pode ir começando a encaixotar os haveres que tem no Palácio da Ajuda porque as suas horas estão contadas. Ou muito nos enganamos ou lá para Janeiro, voltará a ler Eça de manhã à noite. Segundo: recuperando as posições da Dr.ª Dalila Rodrigues, convinha que as suas propostas não caíssem em saco roto. Um partido de centro-direita moderno deve, antes de mais, cumprir com as suas obrigações básicas: dar eco a propostas de direita na área da cultura; saber cativar os melhores para as suas causas. Se não for capaz disto, não servirá para muito mais.

PEDRO PICOITO *

DIAS DE MÁRMORE, ANOS DE FERRO

Dalila Rodrigues tinha uma estratégia consistente de internacionalização do Museu Nacional de Arte Antiga, talvez pela primeira vez na história da casa. Mas também a criatividade de uma programadora que conhece a fundo os tesouros à sua guarda. O seu "afastamento" demonstra o absoluto vazio da política cultural do Governo Sócrates

A ex-directora do Museu Nacional de Arte Antiga, Dalila Rodrigues, foi demitida no passado 1 de Agosto. Ou, como insistentemente corrigiu Manuel Bairrão Oleiro, o director do Instituto dos Museus responsável pela decisão (com o aval de Isabel Pires de Lima, a ministra da Cultura), foi comunicado a Dalila Rodrigues que a sua comissão de serviço, prestes a terminar, não seria renovada. O que vem a ser o mesmo, mas em mármore administrativo.

Quando soube do caso pelo rodapé de um telejornal que teve tempo para fogos inexistentes e demissões futebolísticas, mas não para desenvolver a notícia, assaltou-me de imediato uma terrível dúvida.

Dalila Rodrigues trouxe a Lisboa duas das melhores exposições internacionais que passaram pelo país recentemente: *De Fra Angelico a Bonnard*, a da extraordinária colecção Rau e *O Brilho das Imagens*, uma selecção do acervo de arte sacra do Museu Nacional de Varsóvia. À data em que foi "afastada" (bela coisa, o mármore), esta especialista em arte do Renascimento preparava uma terceira sobre Zurbarán, um dos grandes pintores espanhóis do século XVII, em colaboração com o Museu do Luxemburgo de Paris, para onde depois seguiria a mostra, e com o Museu do Prado e com a National Gallery, que cederiam as obras. Ou seja, tinha uma estratégia consistente de internacionalização do Museu, talvez pela primeira vez na história da casa.

Mas não foi só por olhar para fora do rectângulo que Dalila Rodrigues se distinguiu nas Janelas Verdes. Desde que lá chegou, em Novembro de 2004, deu-nos exposições como a dos *Grandes Mestres do Desenho do Museu Nacional de Arte Antiga*, ou *O Belo Portátil*, ou *O Tapete Oriental em Portugal*, recentemente inaugurada, talvez impossíveis sem a criatividade de uma programadora que conhece a fundo os tesouros à sua guarda, mas sabe também enquadrá-los no conjunto da história da arte nacional. Uma criatividade que nasce de muitos anos de estudo.

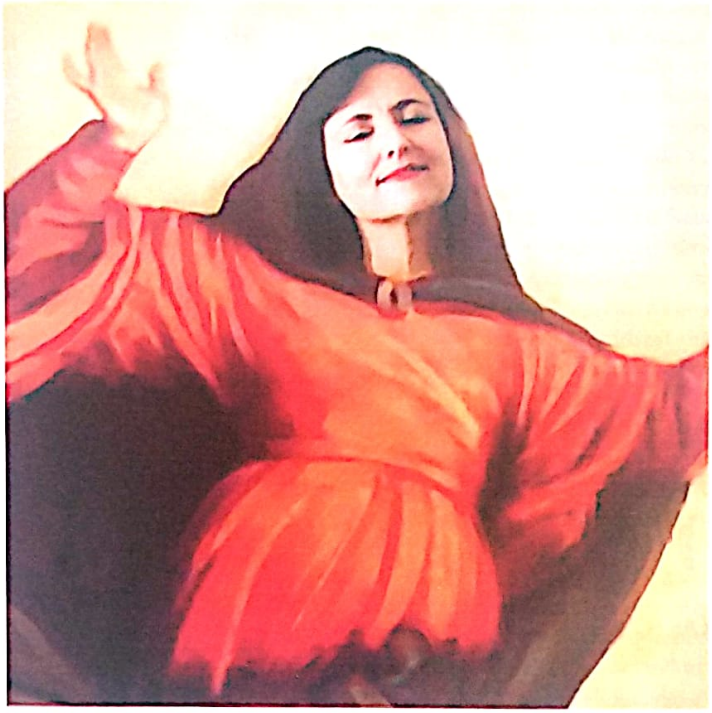
Entretanto, negociou (ou ajudou a negociar, segundo Bairrão Oleiro) a continuidade do mecenato do BCP, no valor de 500 mil euros anuais, que esteve tremida – como é sabido de quem lê os jornais – e que acabou por dividir com o Museu Soares dos Reis, do Porto, em discordância com a tutela. Apesar disso, quadruplicou as receitas totais, que passaram de 250 mil euros em 2003 para mais de um milhão em 2006. Promoveu e divulgou o Museu com uma energia que parece ter feito mossa nos mais pacatos colegas que assinaram, alguns dias depois do seu afastamento, uma carta de desagravo a Bairrão Oleiro e a Isabel Pires de Lima. Cativou novos públicos graças, entre outras pedradas no charco, às célebres festas da Noite dos Museus. Conseguiu aumentar o número de visitantes de 75 mil por ano, em média (dados de 2004) para 192 mil em 2006. É só fazer as contas, diria o Eng.º Guterres, mas até um socialista dado à inumeracia verá aqui um exemplo brilhante de gestão no sector mais cronicamente subfinanciado da cultura indígena.

Last, but not the least, introduziu algumas mudanças tão simples como eficazes no acesso do público ao espaço do Museu, como a abertura de uma porta na área das exposições temporárias que dá para a rua das Janelas Verdes, até aí fechada a sete chaves, ou o novo lugar de destaque dos *Painéis de São Vicente*, a jóia da coroa da arte antiga portuguesa.

Em suma, fez um excelente trabalho, unanimente elogiado e várias vezes reconhecido pelo próprio superior hierárquico que a demitiu.

O que me leva à terrível dúvida. Perante isto, e isto não é pouco, que crime vil, torpe, pavoroso, apocalíptico, inexpiável a ponto de pesar mais na ministerial balança do que todos os méritos expostos, teria cometido Dalila Rodrigues, com o seu ar de quem não parte um prato, para incorrer na ira do sempre plácido Ministério da Cultura? Teria Dalila partido furiosamente, não um prato, mas o vasto conjunto dos medalhões Della Robia que adornam, em cerâmica majestade, uma das salas do palácio? Teria Dalila, num acto de loucura, lançado fogo às *Tentações de Santo Antão* sob o contágio alucinatório do famoso quadro de Bosch? Teria Dalila fundido o ouro da Custódia de Belém, enviando o resultado para um sobrinho na Suíça? Teria Dalila, ó céus!, sido avistada atrás dos biombos *namban* em suspeita companhia?

Esperei ansiosamente pelos jornais do dia seguinte para conhecer a verdade, por trágica que fosse. Dizer que dormi mal é pouco. Pior: tive pesadelos com a frágil Dalila, qual forte Sansão, a arrimar o ombro ao edifício das Janelas Verdes e a atirá-lo ao rio, e o Bosch, e os Painéis, e os Della Robia, tudo pela encosta abaixo, enquanto ela gritava, de cabelos ao vento, "Morra a cultura!"



De manhã, sem sequer tomar o pequeno-almoço, corri a devorar as más novas. E que diziam elas? Graça a Deus, ou ao que quiserem, a verdade era bem menos trágica do que a sonhara. Segundo o *Público*, Dalila Rodrigues «não seria reconduzida no cargo" porque "as suas relações institucionais com o Ministério da Cultura eram há muito tumultuosas, desde divergências sobre os modelos globais de gestão à distribuição de dinheiros vindo de mecenas privados». Enfim, o que já se sabia. Quanto ao Diário de Notícias, esmiuçava que «a directora do Museu Nacional de Arte Antiga foi afastada do cargo por discordar publicamente da tutela em relação ao modelo de gestão dos museus, reclamando a sua autonomia financeira e administrativa». Ambos os matutinos davam como prova do contencioso algumas declarações de Dalila Rodrigues ao *Público* em Fevereiro e Março e ao *DN* em Abril.

Julgo que se pode acrescentar ao libelo acusatório de Bairrão Oleiro, que se queixou de "espírito de guerrilha institucional", uma entrevista que a historiadora deu à *Atlântico* em Junho de 2007. Dalila Rodrigues deixa aí bastante claro, não apenas que discorda da actual política do governo, mas porque discorda. Assim, a propósito da lei orgânica do Instituto dos Museus que entrou em vigor em Abril passado, um dos pomos da discórdia, criticava «a igualitária e paralisante dependência estatutária da tutela para os 29 museus [nacionais], como se todos tivessem a mesma importância, o mesmo mérito e o mesmo desempenho». E dava exemplos concretos do que poderia e deveria ser entregue com vantagem à gestão directa do Museu de Arte Antiga: o processo de comercialização da imagem, a receita mensal da bilheteira e da loja, o *merchadising*. Como sucede em Espanha no Prado ou no Rainha Sofia, com excelentes resultados.

Por incrível que pareça, e a mim parece-me, é o Instituto dos Museus que administra centralmente as receitas de todos os museus nacionais e

"É só fazer as contas, como diria o Eng.º Guterres, mas até um socialista dado à inumeracia verá em Dalila Rodrigues um exemplo brilhante de gestão no sector mais cronicamente subfinanciado da cultura indígena"

decide centralmente o que vendem ou não, desde catálogos a porta-chaves. Dalila Rodrigues chamou a isso centralismo, nome bastante próprio da coisa. E pediu subsidariedade, um princípio de governo consagrado nos textos fundadores da União Europeia à qual pertencemos. Não pôs em causa a competência ou a idoneidade do seu superior hierárquico e da ministra da Cultura, não contou anedotas sobre o primeiro-ministro, não teve um daqueles desabafos que, de acordo com *aparatchiks* zelosos, só se podem ter dentro de casa, não fez ultimatos nem chantagens, não insultou ninguém. Limitou-se a exprimir uma opinião sobre os serviços que dirigia e a política da tutela. Uma opinião qualificada, por vir de quem vinha, sobre um modelo de gestão pública que afectava o seu trabalho.

A 1 de Agosto passado ficámos, pois, a saber que o governo de Sócrates não quer apenas funcionários atentos, veneradores e obrigados. Quer gente que não pense muito e, sobretudo, não dê entrevistas a explicar que se podia fazer melhor. Coisas que, em qualquer país civilizado (se não põem em causa a soberania ou a segurança do Estado), são um meio legítimo de participar no debate público, mesmo da parte de um alto funcionário. Mas não no Estado rosa e no país dos sovietes, perdão, dos socialistas.

Pretendem alguns, entre eles Bairrão Oleiro, que as críticas de Dalila Rodrigues foram uma quebra de lealdade institucional. Mas à directora do Museu Nacional de Arte Antiga só se pede que execute a política do governo, não que concorde com ela. E nem o director do Instituto dos Museus nem a ministra da Cultura se podem lamentar da falta de diligência de Dalila Rodrigues no cumprimento das ordens que recebia. Querer ver em tais críticas uma quebra de confiança é, como Dalila Rodrigues denunciou, querer impor um "pensamento único". Isabel Pires de Lima, a mesma ministra que negociou a cedência do CCB à colecção Berardo sob ameaças nos jornais, foi implacável com a melhor directora do Museu Nacional de Arte Antiga dos últimos anos porque esta disse, nos jornais, que há políticas alternativas ao centralismo. Eu diria, na *Atlântico*, que Isabel Pires de Lima tem dois pesos e duas medidas – se ela tivesse peso e o seu Ministério medidas.

Ora a democracia, se bem me lembro, é o regime em que existe a liberdade de defender políticas alternativas às do poder e o poder está sujeito ao escrutínio da opinião pública. Ao dar cobertura à infeliz decisão do director do Instituto dos Museus, a ministra não mostrou apenas que se considera acima da crítica. Mostrou que, para os socialistas, o centralismo como política do Ministério da Cultura está acima da crítica. Temo bem que, a seguir, erga um arco do triunfo diante do Palácio da Ajuda e proclame o regresso do Império romano.

Quem diria? Voltámos aos anos de Ferro, mas em dias de mármore.

* **Pedro Picoito** é professor de História e Património de Portugal no ISEC e Investigador no Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa

GOSTOS

LIVROS

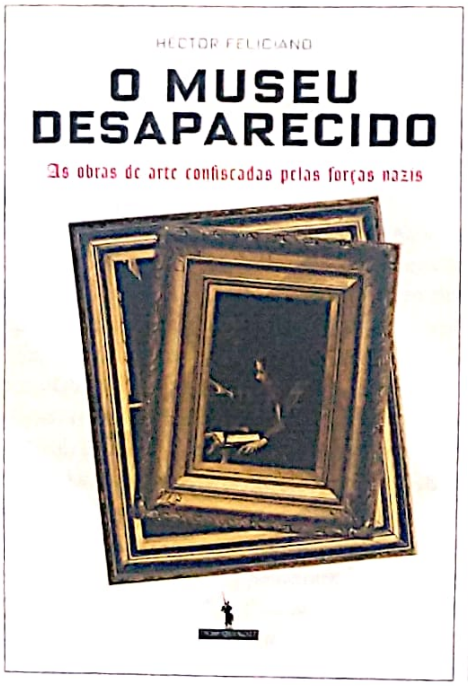
A HISTÓRIA DA ARTE, AGORA DEBAIXO DE FOGO

O MUSEU DESAPARECIDO – AS OBRAS DE ARTE CONFISCADAS PELAS FORÇAS NAZIS, HÉCTOR FELICIANO, DOM QUIXOTE, 2007, 390 PP.

ALEXANDRE BORGES

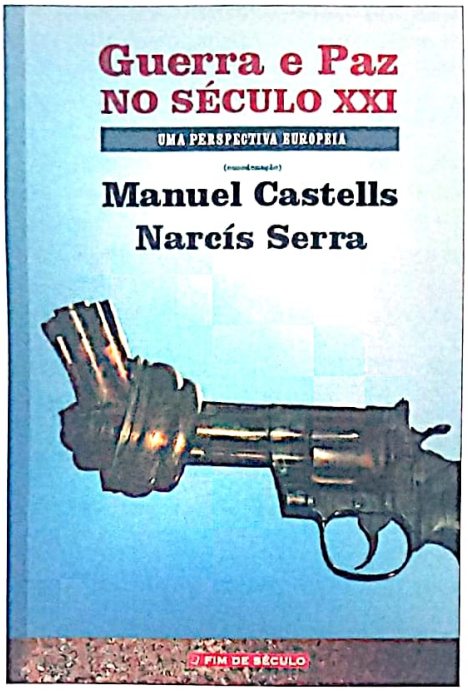
Chegou, por fim, aos escaparates nacionais, habituados a confundir jornalismo de investigação com o relato mais ou menos biográfico das peripécias da vida de jogadores, treinadores e dirigentes de futebol, o trabalho de Héctor Feliciano, uma década depois de ter começado a semear o caos pelos circuitos europeus e norte-americanos da arte. *O Museu Desaparecido – as obras de arte confiscadas pelas forças nazis* é-nos apresentado na sua mais recente versão, com cerca de cem páginas mais que a original, incluindo já as últimas actualizações do autor, tendo em conta a História que o próprio livro vem, sucessivamente, obrigando a refazer.

Oito anos de pesquisa em arquivos e museus, milhares de entrevistas e muitos silêncios depois, o resultado final é uma obra compacta, didáctica, que não pede ao leitor mais um minuto que seja do seu tempo a recontar-lhe a Segunda Guerra de que tanta outra literatura e cinema se ocupou já, concentrando-se antes naquele que é, verdadeiramente, um conflito outro, quase secreto, a acontecer em paralelo ao bélico, entre as casas dos grandes coleccionadores de arte, os museus e os comboios com destino às estações terminais do golpe nazi. Nada preocupado em diabolizar ou santificar quem quer que seja, *O Museu Desaparecido* revela um Hitler apaixonado por arte, mas profundamente mais ignorante do que garantiria a ideia que teria de si próprio; o líder do massacre de milhões de inocentes que sonhava construir um museu de arte europeia em Linz, Áustria, e que desconhecia os desvios sofridos no saque, assinados, amiúde, por homens da sua maior confiança, como Goering, o marechal do Reich.



Durante cerca de quatro anos, mais de cem mil obras de arte foram roubadas, devastando, entre outras, as grandes colecções Rosenberg, Rotschild, Berheim-Jeune, David-Weil, Schloss. Picassos, Matisses, Cézannes, Rembrandts, Van Goghs, para citar apenas alguns dos autores, desapareceram durante a sombra das ocupações, permanecendo ignota, até hoje, a localização de milhares delas. O que a investigação de Feliciano, quase premiada com o Pulitzer, melhor realiza é a exibição dessa gigantesca teia de pequenas cumplicidades e enganos que levou a que muitas destas obras-primas se ausentassem, pura e simplesmente, da luz do dia, reaparecendo, nos casos em que reapareceram, muitos anos mais tarde, nos mais díspares pontos do globo.

Entre a História e o policial, *O Museu Desaparecido* transporta-nos, com facilidade, para uma espécie de bastidores da Segunda Grande Guerra, falando de "ismos" onde se costumam contar mortos e mostrando como os colaboracionistas foram, não poucas vezes, tão detestáveis como o próprio invasor nazi.



EUROCENTRISMO VINTAGE

MANUEL CASTELLS E NARCÍS SERRA (COORD.), *GUERRA E PAZ NO SÉCULO XXI: UMA PERSPECTIVA EUROPEIA*, LISBOA, FIM DE SÉCULO, 2007, 188 PP.

HENRIQUE RAPOSO

Neste conjunto de ensaios (resultante de uma conferência realizada em Barcelona em 2002), vários intelectuais e políticos europeus dissertam sobre a política internacional pós-9/11. Em todos os textos podemos observar a maior fraqueza europeia: o eurocentrismo; os europeus ainda pensam que a Europa é a civilização *escolhida*. A elite europeia mantém o hábito dos tempos imperiais e orientalistas: transformar a Europa na representante oficial da Humanidade e do curso da História.

O sociólogo alemão Ulrich Beck (só suplantado na fama por Habermas) é o exemplo acabado desta abordagem: atribui à Humanidade características que só existem na Europa contemporânea (ausência de nacionalismo e de religião, p. 53). Manuel Castells, depois de descarregar todos os clichés possíveis sobre os EUA, afirma que toda a gente está interessada «no papel que a Europa pode desempenhar neste contexto mundial» (p. 19). Nesta declaração, encontramos a velha ideia de que a Europa tem um lugar especial no mundo pelo simples facto de ser *Europa*. A arrogância intelectual de Castells faz lembrar a arrogância social daqueles velhos aristocratas que pensavam que tinham um lugar privilegiado no mundo pelo simples facto de possuírem apelido X ou sangue Y. Ekki Tuomioja (além de ter um nome indicado para alguém da tribo Apache ou Sioux, Tuomioja é ministro dos Negócios Estrangeiros da Finlândia) repete o cliché dos clichés: «a guerra tradicional entre estados [...] já não é a ameaça principal» (p. 98). Ora, a guerra entre Estados não é a ameaça principal na Europa, mas na Ásia e em África é uma ameaça efectiva.

O eurocentrismo também se revela na forma como se propagam *verdades* que só são verdadeiras dentro da Europa. A globalização está a retirar, todos os anos, milhões de pessoas da pobreza. É esta a verdade dos números. Mas entre europeus, a verdade é outra: «não podemos, evidentemente, esquecer a questão das desigualdades económicas, que nunca foram tão grandes» (Andrés Ortega, do *El País*, p. 137).

Alain Touraine, a páginas tantas, escreve o seguinte: «é certo que nós, na Europa, temos boa vista e bom ouvido e somos capazes de fazer análises acertadas.» (p. 146) Caríssimo Alain, uma análise acertada é precisamente aquilo que a Europa não é capaz de fazer. Isto porque os europeus, quando falam do mundo, não conseguem deixar de olhar para o espelho. Se a América padece de *hubris* militar, a Europa sofre de *hubris* intelectual.

MAGIC WOMAN

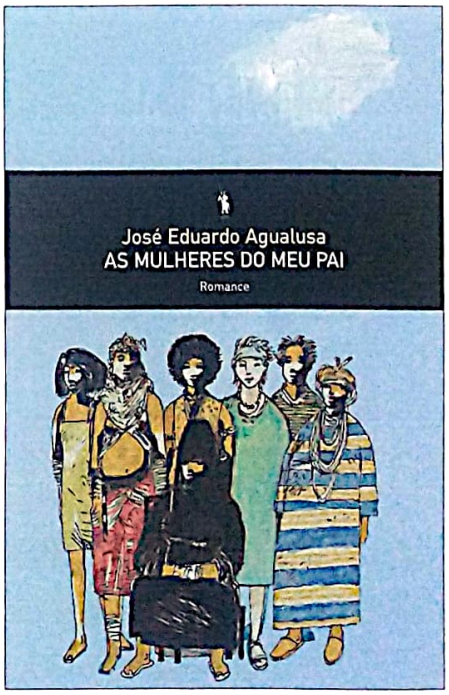
JOSÉ EDUARDO AGUALUSA, *AS MULHERES DO MEU PAI*, LISBOA, DOM QUIXOTE, 2007, 382 PP.

BERNARDO PIRES DE LIMA

Nascido de uma viagem por terras de Angola, Namíbia, África do Sul e Moçambique, na companhia da cineasta inglesa Karen Boswall, este romance vai sendo alimentado pelo próprio percurso. Laurentina, realizadora e documentarista portuguesa nascida na Ilha de Moçambique, descobre que nas suas raízes está um famoso músico angolano que nos anos 60 encantou Angola. Tanto furor fez que conseguisse deixar, ao morrer, sete viúvas e dezoito filhos. Entre eles Laurentina, um nome que deve muito à musicalidade das bebidas que animavam o pai Faustino Manso e que estiveram na origem dos demais atribuídos à prole. Vai, assim, em busca do seu rasto.

No universo africano de José Eduardo Agualusa, que tanto apreciamos, está bem patente uma espécie de ode às mulheres. A páginas tantas, o sarcasmo prende-nos num instante: «Os mamilos são o que os homens têm de mais femininos, e de mais inútil também (servem apenas para lhes recordar que são um projecto falhado de mulheres).» (p. 209). Mas este fascínio não se apega em demasia às raízes, ao passado, às memórias. É verdade que elas estão lá, mas não é o tema das origens familiares que parece interessar na narrativa de Agualusa, antes um sentido de viajante por descobertas, traços de personalidades que África tem para dar e vender, músicas que embalam a própria linguagem, intercalada entre algum dialecto e um português agradável.

Agualusa, tal como os brasileiros, não tem problemas em reinventar a língua. Não se sente amarrado ao conservadorismo da palavra, preferindo jogar mais com o ritmo com que as diversas línguas portuguesas ajudam a enriquecer o texto. Neste livro, as personagens são ainda mais interessantes se se souberem redesenhar, alterando nacionalidade, ideias ou profissão: com isto, José Eduardo Agualusa pare- →



ce querer dizer-nos que o que é aparentemente sólido se pode esfumar no ar e que a vida acaba sempre por vir ao encontro daqueles que têm a pretensão de a domesticar.

Lembranças, sonhos, esperanças e frustrações das guerras de libertação, dos regimes marxistas, do *apartheid*, de uma nova burguesia que vai ascendendo e parece querer esquecer um passado menos recomendável. Encontros culturais e amorosos de africanos, europeus, asiáticos e brasileiros. Uma excelente proposta de Verão.

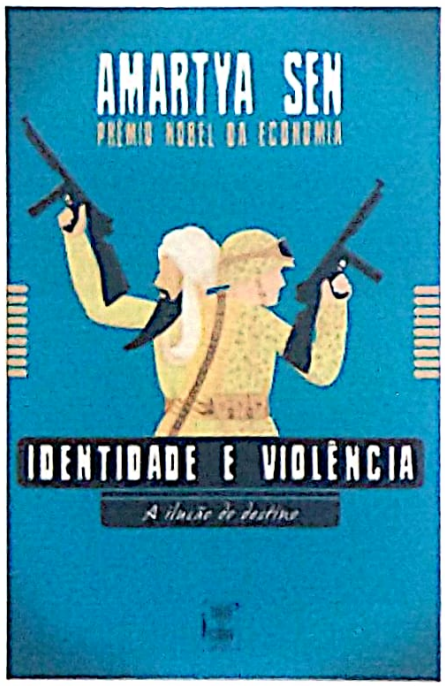
O KANT QUE VEIO DA ÍNDIA

AMARTYA SEN, *IDENTIDADE E VIOLÊNCIA, A ILUSÃO DO DESTINO*, LISBOA, TINTA-DA-CHINA, 2007, 254 PP.

HENRIQUE RAPOSO

Amartya Sen é um dos grandes intelectuais vivos; *Identidade e Violência* é um dos grandes ensaios editados neste século. Ponto.

Este livro é normalmente apresentado como a derradeira crítica à teoria do choque de civilizações. É verdade que Sen critica, e bem, Samuel Huntington. Porém, as críticas que Sen lança sobre o seu colega de Harvard não trazem nada de novo. Onde *Identidade e Violência* é realmente inovador e corajoso é na crítica ao multiculturalismo. Tal como a direita do choque civilizacional, a esquerda do multiculturalismo tem um «problema metodológico básico» (p. 92): eleva a comunidade/religião à condição de identidade única dos homens, desprezando, assim, todas as outras identidades (profissão, ideias políticas e morais, etc.). Se a tese de Huntington reduz o mundo a «uma federação de religiões» (p. 14), o multiculturalismo transformou a Grã-Bretanha numa «federação de comunidades» (p. 160). Para os multiculturalistas, a cultura é uma realidade tão definitiva e imóvel como a biologia e, por isso, o Estado deve financiar o imobilismo cultural. Entre outras coisas, a tribo multiculturalista afirma que «não podemos invocar critérios de comportamento racional que não os que ocorrem na comunidade a que pertencemos» (p. 64). Este relativismo foi a base da velha direita romântica, nacionalista e autoritária...



O que é uma política multiculturalista? Aqui fica um exemplo particularmente bárbaro (criticado por Sen ao longo do livro): as crianças muçulmanas que nascem no Reino Unido frequentam escolas de fé (*faith schools*) patrocinadas pelo Estado. Ou seja, o Estado multiculturalista britânico financia e legitima um ensino baseado na exclusividade da fé. Se nasceu muçulmana, criança *X* vai para uma escola exclusiva para muçulmanos; a criança é educada no culto da «aceitação acrítica da fé em detrimento de uma ponderação crítica» (p. 212). E, de forma bizarra, os multiculturalistas dizem que estas políticas servem apenas para defender a liberdade. *Identidade e Violência* desmonta esta fraude. O multiculturalismo é uma política autoritária e reaccionária que, por artes mágicas, foi revestida com uma aparência libertária e progressista: «apesar das implicações tirânicas de arrumar as pessoas em categorias rígidas que correspondam a comunidades específicas, esta visão é frequentemente interpretada, de forma bastante desconcertante, como aliada da liberdade individual» (p. 207) Os multiculturalistas de hoje, tal como os nacionalistas do passado, privilegiam a pureza da comunidade em detrimento da liberdade individual. São inimigos da liberdade.

No Ocidente, vivemos, à direita e à esquerda, uma época reaccionária e marcada por um espírito contra-iluminista. É curioso que seja um indiano a contestar esta atmosfera. Sen é o humanista, o iluminista, o *kantiano* que o Ocidente já não tem.

ERA UMA VEZ UM PAÍS

RAJIV CHANDRASEKARAN, *A VIDA IMPERIAL NA CIDADE ESMERALDA. NO INTERIOR DA ZONA VERDE DO IRAQUE*, LISBOA, EDIÇÕES 70, 2007, 342 PP.

MIGUEL MORGADO

Em *A Vida Imperial na Cidade Esmeralda*, a prioridade de Rajiv Chandrasekaran não são as operações militares, nem a guerra global contra o terrorismo, mas antes o esforço americano de converter o Iraque numa democracia. Mais precisamente, Chandrasekaran concentra-se na formação, operação e extinção da Autoridade Provisória da Coligação, o órgão instituído em Bagdade com a missão de refazer o Iraque à imagem e semelhança de uma democracia ocidental. Embora Chandrasekaran relate centenas de experiências, conversas e entrevistas, e acompanhe de perto as rivalidades entre o Departamento de Defesa, o Departamento de Estado, o Conselho Nacional de Segurança e a Vice-Presidência, o verdadeiro protagonista deste livro não é George W. Bush, nem Dick Cheney, nem sequer Donald Rumsfeld, mas o "vice-rei" do Iraque, Paul "Jerry" Bremer.

A narrativa assume uma pose de imparcialidade, coisa evidentemente impossível nas cir-

cunstâncias. Mas o veredicto é inconfundível: o projecto de democratização do Iraque saldou-se por um rotundo fracasso. Na realidade, Chandrasekaran não parece insistir tanto na inviabilidade abstracta do plano.

A sua crítica visa sobretudo os meios e a atitude americana perante aquela que seria, de qualquer das maneiras, uma tarefa absolutamente hercúlea. Mais: o que os americanos, ou Paul Bremer e os seus assistentes queriam, não era apenas construir uma democracia minimamente funcional, mas que no meio da poeira e caos social iraquiano surgisse uma pequena América. Afinal, não conheciam outra alternativa. O problema é que estavam a reconstruir um país onde a mera sugestão de privatizações podia valer uma valente carga de chumbo no corpo.

O título do livro pode insinuar nos mais desprevenidos a crítica tão habitual de que os americanos estavam no Iraque para satisfazer a sua vontade de poder ou a sua sede de petróleo. Felizmente esse não é o caso; no livro percebemos que muitos dos americanos entrevistados por Chandrasekaran, que cumpriam as mais diversas funções civis, se encontravam no Iraque por vários motivos que incluíam, na grande maioria das vezes, impulsos de generosidade e um desejo de aventura.

Segundo o relato de Chandrasekaran, os EUA não podem fugir à caracterização de força ocupante e, nessa medida, em maior ou menor grau, de potência opressora. Mas quase todos os exemplos de atrito com os iraquianos, dos seus líderes ao povo comum de Bagdade, resultavam de boas intenções que, ironia das ironias, geravam consequências não intencionadas.

Claro que transparecem imediatamente as razões da disjunção entre intenção e efeito: a profunda ignorância da realidade iraquiana, um voluntarismo excessivo que levava à aniquilação puramente mental dos teimosos obstáculos concretos e à incompreensão dos detalhes da execução prática, um certo fervor ideológico dos homens e mulheres que tinham a seu cargo a formulação de políticas e que lhes transmitia um optimismo que desafiava o bom-senso.

O plano de condução do pós-guerra no Iraque que Jay Garner, em 2003, trazia no bolso começava com a seguinte frase: "A História julgará a guerra contra o Iraque não pelo brilho da sua execução militar, mas pela eficácia das actividades após as hostilidades". Nisso tinha razão. O perigo dos nossos dias, porém, é que a frustração americana dê lugar ao desespero.

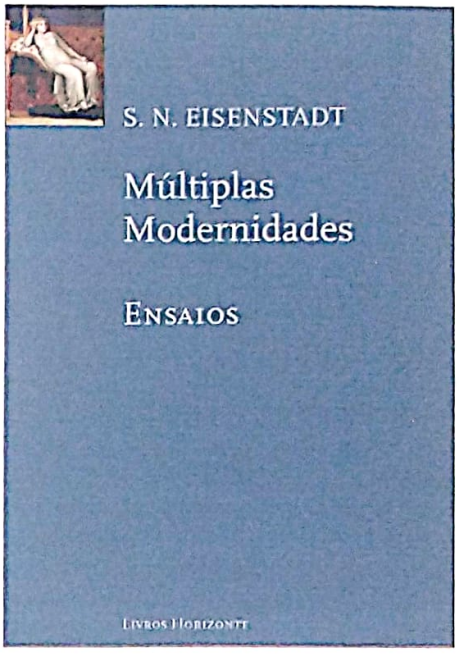
NUNCA NINGUÉM VIU A MODERNIDADE

S. N. EISENSTADT, *MÚLTIPLAS MODERNIDADES*, LISBOA, LIVROS HORIZONTE, 2007, 166 PP.

HENRIQUE RAPOSO

Neste conjunto de ensaios, o israelita S. N. Eisenstadt (n. 1923) apresenta mais um desafio ao eurocentrismo: não existe *Modernidade*; existem, isso sim, várias *modernidades*. Este sociólogo (Universidade Hebraica de Jerusalém) põe assim em causa um cliché eurocêntrico com dois séculos: a expansão da modernidade, dizia o cliché, tornaria o mundo num lugar homogéneo. Hoje podemos dizer que, apesar da expansão global da modernidade, não existe um padrão civilizacional único. No lugar da esperada civilização moderna, apareceram diversas civilizações modernas. As sociedades (EUA, Canadá, Europa, Índia, etc.) que partilham algumas características essenciais da modernidade (a burocracia estatal, o capitalismo, a ciência) tendem a desenvolver dinâmicas equivalentes mas diversas.

A ideia de modernidade sempre foi encarada de forma monista, isto é, a modernidade era *a* força positiva, *a* linha condutora da história, *a* meta utópica para todos os homens. A *modernidade*, em suma, sempre contemplou a *humanidade*, a totalidade dos homens. Todavia, «a apropriação de diferentes temas e padrões institucionais da civilização ocidental moderna por parte de sociedades fora da Europa ocidental não pressupôs a sua aceitação na forma pristina» (p. 41). Ou seja, ao penetrar noutras sociedades, a modernidade de raiz europeia foi sendo reinterpretada e filtrada pelos agentes históricos locais, dando assim origem a modernidades múltiplas em várias regiões do mundo. Por exemplo, Eisenstadt recorda que a religião é um factor essencial na modernidade japonesa e americana (p. 97). A ideia de que a modernidade implica o abandono da religião é apenas uma constatação empírica da modernidade europeia e não uma obrigatoriedade ética para todas as sociedades modernas. Depois, convém ainda salientar que existem múltiplas modernidades «mesmo no seio do Ocidente» (p. 9). A modernidade francesa é diferente da modernidade americana; enquanto os EUA «rapidamente desenvolveram uma autoimagem em termos de originalidade» como «centro auto-suficiente da modernidade», as sociedades latino-americanas sempre se preocuparam em encontrar «pontos de referência externos» (pp. 69-70).



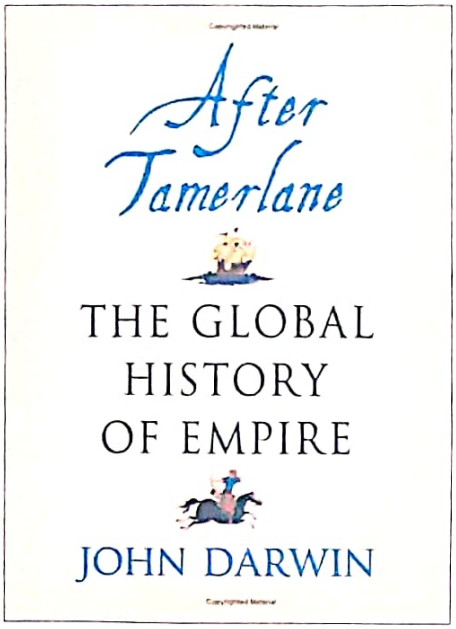
Tudo isto implica uma reformulação da nossa visão sobre a modernidade: em vez de olharmos para a modernidade como «o destino evolucionário de todas as sociedades conhecidas, o cumprimento do potencial comum», devemos ver a modernidade como um «tipo específico de civilização» (p. 121). Ou seja, a modernidade não é a meta teleológica a jusante, mas um conjunto de regras e premissas que se adaptam aos mais diversos contextos históricos. Só há modernidades históricas. Nunca ninguém viu a Modernidade.

PORTUGUESES: PIRATAS MAFIOSOS

JOHN DARWIN, *AFTER TAMERLANE: THE GLOBAL HISTORY OF EMPIRE*, LONDON, ALLEN LANE, 2007, 574 PP.

HENRIQUE RAPOSO

Há duas maneiras de ler este livro: como ocidental ou como português. Aqui escolhemos a segunda.



Toda a gente aprende o seguinte na escola: a viagem de Vasco da Gama iniciou o longo período de domínio europeu sobre o resto do mundo, a chamada "Era Vasco da Gama". John Darwin (historiador de Oxford) vem dizer que isso não é bem assim. O período de predomínio europeu começou apenas no século XIX (metralhadora *maxim*) e não no final do XV (caravela tuga). A expansão portuguesa não iniciou o processo inevitável de domínio europeu. Até ao século XIX, o domínio europeu sobre a Ásia resumia-se ao controlo de alguns portos-chave (Macau, Goa, Calcutá, etc.). A habitual narrativa de uma Europa destinada a dominar e a "civilizar" o resto do mundo não tem correspondência histórica. O Ocidente não é a civilização escolhida; a ascensão do Ocidente não era inevitável, nem necessariamente benigna. E isso foi logo visível no contacto dos portugueses com o Índico.

Existe a ideia de que os mercadores portugueses foram os responsáveis pelo início da actividade comercial no Índico. Aqui está outro mito. Antes da chegada dos portugueses, uma enorme rede comercial já estava montada. Os portugueses não activaram nada; não houve a tal centelha portuguesa sobre a tal passividade asiática. Pior: os portugueses, ao início, foram mais piratas do que comerciantes. O Império português não passava de uma pequena agremiação de capitães-gancho que *vendia* segurança aos indígenas. Usando a superioridade militar, os portugueses cobravam uma dízima mafiosa aos navegantes da região: «os mercadores asiáticos tinham de comprar um *cartaz* ou salvo-conduto numa das feitorias portuguesas – Goa, Diu ou Hormuz – ou corriam o risco de serem pilhados» (p. 53) pelos capitães portugueses. É que a nossa caravela foi o porta-aviões do início do século XVI. Durante algumas décadas o Índico foi mesmo o *Mare Tuga* e "enche aqui o bolso ou levas chumbo" foi o mote civilizacional da nossa gloriosa pátria.

Este pequeno bando português perturbou a vida a uma mão cheia de cidades do Índico, mas não passou de uma curiosidade inofensiva para os grandes impérios asiáticos (ex.: China). Não há ligação entre este grupo de piratas e os impérios coloniais europeus do século XIX.

(Já naquela altura não gostávamos de trabalhar e, acima de tudo, já gostávamos de viver do trabalho dos outros. Entretanto, a caravela deixou de ser o porta-aviões, mas continuámos a ser mafiosos).

CHINDIA MY ASS

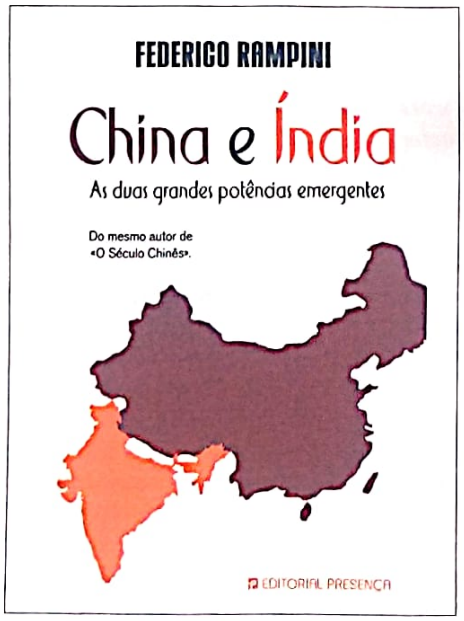
FEDERICO RAMPINI, *CHINA E ÍNDIA, AS DUAS GRANDES POTÊNCIAS EMERGENTES*, LISBOA, PRESENÇA, 2007, 394 PP.

HENRIQUE RAPOSO

O propósito central do italiano Federico Rampini (correspondente do *La Repubblica* em Pequim) é alertar os europeus para uma realidade novíssima: «acabou simplesmente a Era em que o homem branco – uma pequena minoria no planeta – podia viver dos proventos da sua superioridade científica e tecnológica, industrial e militar.» (p. 22) Neste momento, a China e a Índia já têm a capacidade para impor mudanças na economia global. O «peso do Ocidente só pode diminuir» (p. 90) nas próximas décadas (daí a conversa sobre a reforma do G-8, por exemplo). No entanto, apesar desta virtude, *China e Índia* cai num excesso de dramatismo que convém evitar. Isto porque Rampini exagera na proporção do alerta que lança sobre a dormência europeia. Vejamos.

Rampini afirma que «a China e a Índia [...] são o novo centro do mundo, onde se vai decidir o futuro da humanidade» (p. 13). Ora, há que resistir a este dramatismo que, de repente, quer colocar a Ásia na suite presidencial e jogar o Ocidente para a copa da cozinha. Ao contrário do que diz Rampini, a América não está condenada a ser ultrapassada pela Índia e China. E os europeus não vão passar de uma absoluta centralidade – mantida até 1989 – para uma absoluta irrelevância. Até porque, apesar do sucesso económico, Índia e China têm sérios problemas estruturais que continuarão a atrasar a sua evolução durante este século. Estamos a caminhar para uma situação de equilíbrio entre o espaço atlântico e as potências asiáticas e não para uma situação de predomínio absoluto dos asiáticos.

Depois, Rampini cai na tentação de fundir Índia e China no mesmo conceito – *Chindia* (o título original do livro é *L'Impero di Cindia*). Este termo é uma ficção concebida com o objecto de simplificar – pela via económica – a complexidade política. Rampini deixa-se encantar pelas quantidades ao nível da demografia e economia («São três mil e quinhentos milhões. São mais jovens, trabalham mais e estudam mais do que nós», p. 13), esquecendo, assim, as variáveis políticas e qualitativas. O termo *Chindia*, por exemplo, esconde a rivalidade estratégica entre Pequim e Nova Deli. Mais: quando usa este conceito, Rampini acaba por desprezar o facto de estarmos a falar de duas civilizações distintas que, por acréscimo, encaram a modernidade com dois regimes políticos diferentes (autoritarismo chinês, democracia indiana). Rampini, no fundo, cede à velha tentação eurocêntrica de simplificar a complexidade política oriental. No passado, este eurocentrismo falava em *Oriente*; hoje fala-se em *Chindia*. Mas o resultado é o mesmo: os europeus continuam a fazer uma caricatura apolítica da complexidade política dos asiáticos.



FILMES

TORRE VERMELHA

TORRE BELA, THOMAS HARLAN
INTERPRETAÇÃO: JOSÉ AFONSO, FRANCISCO FANHAIS, MIGUEL, CAMILO MORTÁGUA, VITORINO;
DOCUMENTÁRIO; 1975, CORES, 105 MIN.

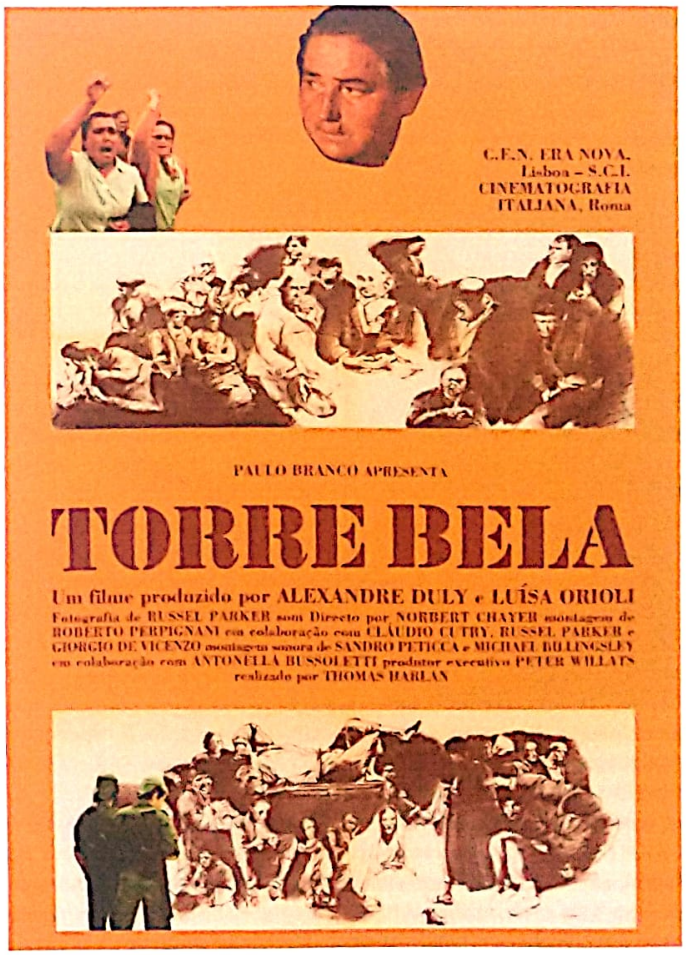
PEDRO PICOITO

Começa com um longo travelling à volta de uma propriedade murada, e não é por acaso. "Torre Bela", o célebre documentário do alemão Thomas Harlan sobre a ocupação da herdade ribatejana com o mesmo nome, no Verão Quente de 75, é a crónica de um cerco. Embora não haja comentários nem legendas, mas apenas a montagem de duas das dezenas de horas filmadas, o realizador convida-nos a seguir as operações sucessivas de conquista, desde a invasão do terreno da quinta à entrada final na casa dos proprietários – a Torre Bela do título. Quase todas as revoluções começam simbolicamente com um ataque a edifícios associados ao antigo regime. A estreita relação entre arquitectura e poder é tão antiga como a Torre de Babel (outra torre).

Mas nos campos do Alentejo e do Ribatejo, de que a Torre Bela funciona como exemplo, a nova ordem política queria acabar antes de mais com a anterior distribuição da terra, que a Reforma Agrária devolveria a quem a trabalha. Daí o subtítulo do documentário: "a terra". Daí o tema da entrevista inicial ao Duque de Lafões, ele próprio o símbolo do fim de uma era, na sua dignidade contrafeita de aristocrata acossado pela história e pela multidão, que lá fora o insulta ("Aquele malandro!"), organiza piquetes com representantes das aldeias vizinhas, decididos a "não recuar", e vocifera episódios remotos de injustiça (um camponês diz que o mandaram embora "como um cão", outro queixa-se da courela que roubaram aos avós, uma terceira alegra-se com o 25 de Abril porque "este ano vamos poder apanhar a azeitona enterrada na Torre Bela").

Só depois deste prólogo, em que a memória do passado legitima a luta do presente, se dá a ocupação dos imóveis, insistentemente exigida nos plenários por Camilo Mortágua, o activista da LUAR a quem os ocupantes pedem orientação política e que, durante alguns meses, será o seu principal conselheiro. O PCP, como se sabe, demarcou-se desta iniciativa, o que lhe dá um ar de amadorismo ainda mais surrealista do que tudo o que se passava então no resto do país. E passava-se muito. Com a ocupação dos prédios rústicos vem a constituição da cooperativa, a vanguarda do proletariado da Torre Bela. Mas o proletariado não está politizado e faz a vida difícil à vanguarda: nos plenários ninguém se entende, há sempre quem ache que a sua freguesia não está representada pela democracia directa, há quem não queira trabalhar nos turnos e até há quem (cena mítica) não queira ceder a sua pá para uso da "comprativa" por medo de que ela tome "descaminho" nas mãos dos outros. Os tais que são o inferno. A propriedade privada sempre foi um bom antídoto contra a utopia.

Entretanto, o acto de força é reconhecido pelo próprio exército que, numa reunião não menos mítica num quartel próximo, garante estar ao lado - como então se dizia - dos ocupantes. Ou como diz um oficial, perante todos os camaradas (convencidos ou não), "é o povo que faz a revolução", a tropa está ali para ajudar o povo e o povo que ocupe que "a lei logo virá"... A lei não veio, mas a mesma tropa, correndo o boato de que o Duque ia lançar um contra-ataque com "uns tipos que podia ir buscar ao Bairro Alto e ao Intendente para lançar umas granadas", desloca-se à quinta, de G3 em riste, para proteger o dito povo de males maiores e comungar do fervor revolucionário. →



O último acto do cerco é a tomada do castelo, ou seja, a ocupação do modesto palacete dos Lafões, centro físico e simbólico da herdade. Ponto sem retorno, este desfecho é precedido de longas hesitações. Ao franquearem a cidade proibida, sem violência porque já lá não está ninguém, os conquistadores fazem-no com um espanto quase religioso, mesmo havendo um simulacro de saque, sobretudo entre as roupas e os objectos de uso pessoal dos antigos moradores, e até de profanação carnavalesca – o piano tocado por uma criança, as hóstias atiradas ao ar, o rústico que veste uma alva, veste litúrgica com que o padre celebra a Missa, o outro que enverga uma jaqueta do patrão que lhe fica demasiado curta.

Ironias da história. O documentário termina com um texto lacónico, sobre um fundo em que se vêem os trabalhadores a amanhar a terra ocupada, dando conta de que, alguns meses depois, a ocupação chegaria ao fim por intervenção militar. A quinta da Torre Bela foi mais tarde devolvida aos proprietários, que a venderam a uma sociedade imobiliária sem nunca regressar. Nem sempre o socialismo sucede ao capitalismo, como Marx previra. Às vezes, muitas vezes, é o contrário. Apesar de tudo, há finais felizes.

OH, NOITE ETERNA...

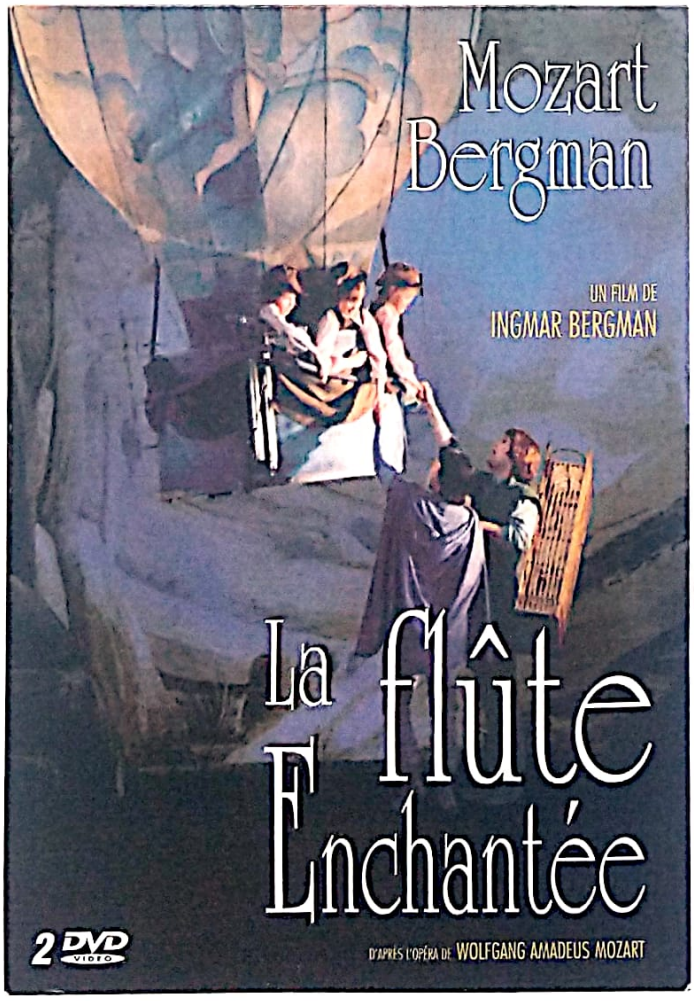
A FLAUTA MÁGICA, INGMAR BERGMAN

FRANCISCO SASSETTI

Quando desaparece uma figura importante das artes (e o ano de 2007 tem sido tragicamente prolífico no que a isto diz respeito), qualquer pessoa que tenha interesse por estas actividades mais abstractas do ser humano não pode deixar de sentir qualquer coisa de inexplicável – uma sensação física, cá dentro.

No caso de Ingmar Bergman (que morreu no dia 30 de Julho), poderá ser porque, como disse João Bénard da Costa no *Público* (31 de Julho), a sua morte «deixa um imenso vazio e um lugar que não poderá mais ser preenchido, porque a sua obra é única.» No entanto, como qualquer grande criador, Bergman acabou por ser ultrapassado pela própria obra que criou e é esta agora que nos resta – e que obra! Para quem aprecia cinema (sobretudo cinema europeu que se assume como tal e que não tenta ser outra coisa), há um antes e um depois Bergman e todos passam também por uma (ou várias) *fase Bergman*, ou não fosse este o cineasta que mais profundamente explorou a experiência humana, sobretudo o seu lado mais negro. Como escreveu Jorge Mourinha (na mesma edição do *Público*), «não me recordo de outro cineasta disposto a ir tão fundo dentro de nós, de ser tão impiedoso na revelação daquilo que nos faz humanos, de articular de maneira tão honesta e directa e simples as emoções tão contraditórias e paradoxais que nos assaltam constantemente.» A verdade é que, de certa forma, Bergman mete medo e exactamente por isso acaba também por atrair. Ver um dos seus filmes pela primeira vez é sempre um acontecimento importante e é impossível não sentir aquele nervoso miudinho (digno de qualquer grande acontecimento) de quem sabe que vai assistir a qualquer coisa da qual não vai sair incólume. Bergman mexe com o espectador, por vezes, oprime-o mesmo, e fá-lo sem pudor; mas é honesto e directo: só se sente incomodado quem se identifica com o que o ecrã mostra – e quanto a isto, ainda não conheci ninguém que constituísse excepção. A experiência não passa de um processo, de um desafio do qual invariavelmente se sai mais lúcido. Esta é a força de Bergman e do seu cinema, força que pessoalmente mais ressenti com o seu último filme, *Saraband*, uma obra-prima («um colosso da história do cinema», como disse Bénard da Costa), em que qualquer som, imagem, plano, respiração ou gesto, aparece no sítio certo, equilibrado, com a importância necessária (conta, peso e medida) para que o conjunto destes elementos (e de todos os outros) se torne um todo coerente e que o seu significado possa então transparecer, embora só para quem souber ver, ouvir e sentir.

Mas deixemo-nos de análise cinematográfica (outros poderão fazê-la com muito mais perícia), já que para qualquer melómano há uma obra de Bergman que é especialmente indispensável: a sua *Flauta Mágica* (1975) – aliás tão indispensável para qualquer melómano como para qualquer cinéfilo – que aqui recordamos em forma de homenagem. Bergman gostava de ópera e apreciava especialmente esta obra de Mozart que adaptou para a televisão em versão sueca (língua, por



sinal, de grande encanto e melodia). Não é propriamente a qualidade musical ou interpretativa desta versão que nos interessa aqui, já que se esse fosse o único ponto de interesse, muitas outras versões poderiam ser consideradas superiores (ocorrem-me, por exemplo, as de Klemperer e de Karajan para a EMI ou mais recentemente a de Abbado para a DG). A *Flauta Mágica* de Bergman tem outros factores de interesse, nomeadamente, no que toca à sua dimensão metafísica.

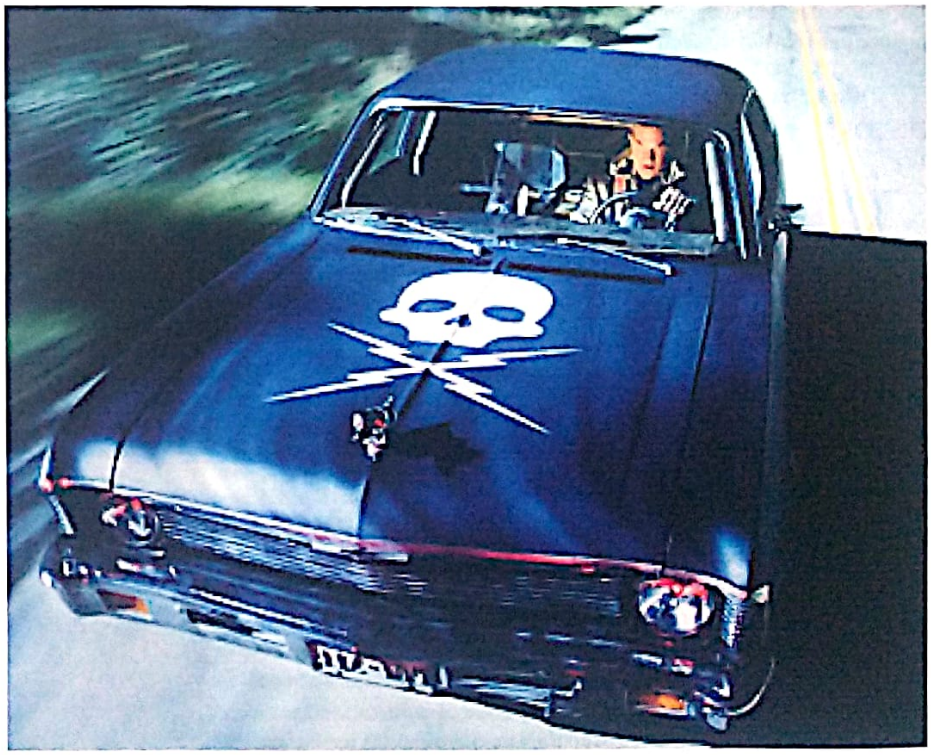
Nesta perspectiva, há que realçar uma ária específica da obra, que aliás o próprio Bergman fez questão de realçar num dos seus filmes mais claustrofóbicos (se é que o termo se aplica), *A Hora do Lobo*, e à qual faz também referência na sua autobiografia, *Lanterna Mágica*. Trata-se da cena do primeiro acto, em que Tamino canta: "Oh, noite eterna, quando acabarás tu? Quando é que a luz iluminará os meus olhos?" Ao que a noite responde: "Em breve, meu filho, ou nunca!" Para Bergman, esta foi a grande pergunta que Mozart, já perto da morte, fez através da sua obra e podemos agora dizer que esta é também a pergunta que inconscientemente está presente em todos os filmes do cineasta – pergunta à qual todas as personagens acabam por procurar resposta, sendo Bergman quem realmente formula a pergunta. Em *A Hora do Lobo*, esta cena é representada num teatro de marionetas e a câmara mostra-nos, numa série de grandes planos sobre as caras das personagens-demónios presentes na cerimónia (grandes planos típicos do cinema de Bergman e que, neste caso específico, podem ser comparados com os grandes planos que se podem ver durante a abertura da sua *Flauta Mágica*), tudo aquilo que não nos é possível descrever por palavras; é desta forma que o cineasta nos mostra tudo aquilo que não é concreto, que não é explicável por outros meios – aqui, é na cara dos actores, nas várias *personas*, que o lado metafísico da vida encontra veículo de expressão. No entanto, depois da representação, uma personagem (Lindhorst) acaba por conseguir exprimir o que acabámos de ver e o que, no fundo, a *Flauta Mágica* realmente representava para o cineasta, numa curta frase: "a mais alta manifestação da Arte."

É com esta ideia sempre presente que Bergman adapta (fazendo algumas modificações no enredo) a obra-prima de Mozart e cria uma das suas obras-primas pessoais. O cinema mistura-se com o teatro e com a música para nos dar a ver, ouvir e sentir uma experiência intemporal sempre transformadora. Por fim, olhando para o que ficou escrito, e retomando aqui uma ideia de Sidónio Paes acerca de *Saraband*, fica a sensação de que a obra de Bergman «só vista e ouvida, contada não se acredita: porque a sua essência é, conjunta e indissoluvelmente, a imagem, a palavra, a música, a duração (...) Vejo e ouço, mas será que entendo?»

TARANTINO E A INVENÇÃO DO MAU MELHOR QUE BOM

À PROVA DE MORTE,
QUENTIN TARANTINO
TÍTULO ORIGINAL: *DEATH PROOF*;
INTERPRETAÇÃO: KURT RUSSELL, ROSÁRIO DAWSON, VANESSA FERLITO, ZOE BELL; GRINDHOUSE; 2007.

ALEXANDRE BORGES



Será, talvez, difícil explicar, um dia, aos nossos netos por que era Tarantino tão bom. Mostrar-lhes-emos as fitas cheias de pormenores *kitsch*, acabamentos técnicos aparentemente deficientes, recurso a métodos há muito ultrapassados, até a cada vez mais evidente ausência de um verdadeiro *plot*, sacrificado a uma permanente lógica de duelo, ora corporal, ora dialéctico, tendencialmente, à mesa do café. Será o futuro capaz de compreender a grandeza de um realizador que se compraz em brincar ao passado? Ainda por cima, ao passado demasiado recente, não clássico, não eternizado? É um risco que Tarantino corre. Mas será que o preocupa? Será que o homem que se voluntaria para realizar episódios das séries de televisão de que gosta, aceita fazer perninhas nos filmes do sobrevalorizado e inferior amigo Robert Rodriguez e rodar obras de cinco horas, independentemente dos critérios de exibição comercial das distribuidoras, se importa realmente? Quererá ele ser lembrado? Mumificado? Santificado?

Tarantino pode nunca ter saído do clube de vídeo em que trabalhava muito antes de conquistar o reconhecimento público e onde se apaixonou, para sempre, pelo cinema. Os seus dias continuam a vir das décadas de 70 e 80, talvez emagrecendo o calendário do passado, roubando páginas aos manuais de História, encolhendo a linha do tempo por uma manga. A sua tecnologia, no fundo, ainda é o VHS. Até os seus actores – John Travolta, David Carradine, →

Kurt Russell – esperaram por ele muitos anos até regressar ao espaço nobre dos *letterings* dos cartazes promocionais. Mais do que isso, Tarantino vive longe do normal ciclo das ressurreições, da roda grande da moda, do chique, do retro-não-sei-quê. Nos serões em que os amigos gostam de recordar as canções e desenhos animados que viam no seu tempo, ele é, provavelmente, o que evoca aquilo de que nunca ninguém se lembra ou cita, em êxtase, as imagens e sons que todos os outros se haviam obrigado a esquecer. Ele cresceu com fitas *low budget*, feitas para os rapazes verem nas tardes de domingo, na matinée ou no sofá; agora, adulto, devolve, gratamente, o prazer. Faz fitas *low budget* com dinheiro; para os rapazes verem nas tardes de domingo ou noutro dia qualquer, preferencialmente acompanhados pelas raparigas, porque ele lhes acrescentou o bom gosto da inteligência e do sentido de humor.

Estamos – isso é cada vez mais claro – diante dum director especial, indiscutivelmente dos mais interessantes da última década, mas tornou-se indiscernível se Tarantino segue no caminho certo. O que os dois volumes de *Kill Bill* prenunciavam e, agora, *Death Proof* vem confirmar, é que esse soberbo realizador de que falamos prefere o comprazimento na minuciosa concepção de grandes filmes maus. *Kill Bill I & II* era um banquete; *Death Proof* é uma boa barrigada de vídeo e diversão. Mas que bom seria se Tarantino, de repente, dissesse: "Ok. Agora a sério". Se se aplicasse um pouco mais; se ambicionasse a mais que o VHS perfeito. É como se – para traçar um paralelo – os Rolling Stones, de repente, decidissem fazer o melhor tema foleiro de sempre. Cheira a desperdício. Sabe a desperdício. É, muito provavelmente, um desperdício.

Death Proof, como é razoavelmente sabido, é parte emancipada do díptico projectado com o já referido amigo Rodriguez e intitulado, de modo muito sugestivo, *Grindhouse*. A reacção em Cannes não foi a melhor e, um pouco por todo o lado, optou-se por destilar o Tarantino de *Planet Terror* A sinopse é pouco mais que insignificante: um duplo do cinema, Stuntman Mike, diverte-se a perseguir jovens raparigas com o seu carro alterado para as sequências de acção, eventualmente até à morte. Dentro de *Death Proof*, cabem mais dois filmes de grande entretenimento separados (ou cosidos) por um momento de verdadeiro terror e que correspondem aos grupos distintos de raparigas na mira de Stuntman. Há cenas maravilhosamente filmadas e orquestradas, com grande banda sonora e actores a seduzir, como raras vezes se viu, a câmara e, desde logo, o espectador: o *lap dance* de Butterfly, a perseguição final de Stuntman, com o incrível número de equilibrismo de Zoe Bell (a dupla de Uma Thurman em *Kill Bill* e verdadeira heroína de *Death Proof*).

Desde o início que Tarantino se diverte com citações da história do cinema, mas, desta feita, optou por calibrar o espectro: é a sua própria obra que está em constante rodapé à acção: nas cores, nas roupas, nas canções, nos nomes dos sítios e até na pequena personagem de Jasper.

No fim, sai-se atarantinado, como sempre. Mas sente-se saudades de *Reservoir Dogs* e *Pulp Fiction*. Muitas. Sobretudo, à medida que os dias passam, a recordação se desvanece e percebe-se o pouco que há de verdadeiramente memorável na arte transitória do passatempo.

DISCOS

VIKTORIA DA MÚSICA

J.S.BACH, *SONATAS*, VIKTORIA MULLOVA E OTTAVIO DANTONE,
ONYX, 2007

FRANCISCO SASSETTI

As Sonatas para violino e cravo (BWV 1014-1019) de J. S. Bach (1685-1750), sem serem certamente das obras mais conhecidas do compositor, não deixam de ser no entanto peças de grande beleza musical em que a cumplicidade entre os dois instrumentos é significativamente explorada, já que é a articulação entre eles que faz com que a expressividade da música seja revelada. No fundo, o que parece importante realçar é a importância, nestas obras, da complementaridade entre os músicos, tendo estes de se completar e estimular mutuamente para que a música ganhe significado.

É exactamente este tipo de colaboração que transparece neste CD duplo com chancela da editora britânica Onyx. Viktoria Mullova, que é provavelmente uma das maiores violinistas da actualidade, e Ottavio Dantone apresentam aqui uma gravação exemplar destas obras – às quais temos de acrescentar a Sonata para violino e baixo contínuo (BWV 1021) e a Sonata em Trio No. 5 para violino e baixo contínuo (BWV 529, transcrita por Dantone), nas quais os dois músicos contam com a colaboração de →

Vittorio Ghielmi (viola de gamba) e de Luca Pianca (alaúde). Um dos aspectos que ressai desta gravação é a sensação de improviso, tão típica de muita música barroca, que se tem ao ouvir cada peça, isto embora se note igualmente o trabalho dos músicos no que toca aos *tempi*, aos fraseados e às dinâmicas – tudo muito pensado.

Numa entrevista à revista francesa de referência *Diapason* (n.° 549, Julho-Agosto 2007), Mullova acentua a ideia de liberdade que esta música permite, mas liberdade controlada; é isso exactamente que se sente ao ouvir este disco: os dois instrumentos articulam-se na perfeição deixando transparecer todos os temas e frases musicais importantes, o que nem sempre acontece (o som do violino tendo sempre tendência em cobrir o do cravo). Aqui, nenhum instrumento se sobrepõe ao outro – e quando tal acontece, quando um dos instrumentos se destaca, é para, logo a seguir, se mesclar de novo com o outro e dar-lhe o espaço adequado. Desta forma, é criado um equilíbrio musical em todos os andamentos das sonatas sem que este seja, no entanto, monótono; bem pelo contrário, o resultado é o de uma música surpreendentemente viva, que respira e que se reinventa a cada compasso.

Outro aspecto que merece destaque é o belíssimo som que Mullova tira do seu violino, um Guadagnini de 1750 (modificado, o que faz com que esteja a meio caminho entre o violino barroco e o moderno), e o impressionante trabalho no que toca às dinâmicas e texturas, muitíssimo variadas; mais ainda, a integração do violino com o som do cravo, igualmente de grande beleza, mas naturalmente com menos possibilidades de ser controlado, é também exemplar. Dito isto, um disco altamente recomendável.

DERRETE-SE NOS OUVIDOS (E NÃO NOS DEDOS)

XELA *FOR FROSTY MORNINGS AND SUMMER NIGHTS* (TYPE/ FLUR)

RICARDO GROSS

John Twells tem paixão pela música. E pelo cinema também. Investiu em *For Frosty Mornings and Summer Nights* no decurso de dois longos anos (2000/2002) e conseguiu vê-lo editado há quatro. Entretanto largou a loja (sic) de venda de peças para automóveis onde trabalhou enquanto estudava numa escola de artes e criou a sua própria editora: a Type, referência actual no que à música electrónica diz respeito. John Twells lembrou-se então de nos recordar que havia gravado aquele primeiro disco, *For Frosty Mornings...*, há não tanto tempo assim. Deu-lhe uma nova imagem, juntou duas composições da mesma altura e remasterizou tudo em Berlim. Resultado: um clássico, renascido. Aquilo que Mark Martelli caracterizou, sucinta e apropriadamente, na muito respeitada Pitchfork (www.pitchforkmedia.com) – por alturas da edição primeira de *For Frosty Mornings...*, na hoje extinta Neo Ouija – como sendo o disco de música *chill-out* para fazer deste um género novamente respeitável. *For Frosty Mornings...* é o disco para onde converge, de modo subliminar, a amplitude de gosto de John Twells: a electrónica cinemática (que outra coisa podia sair de

uma cabeça onde aquelas duas paixões por completo se equivalem?), próxima de uns Boards of Canada, evocando também paisagens menos texturadas, e por isso mais áridas em termos sonoros, de Oval, Isan ou Pole, verdadeiros artistas da estática e da capacidade para com ela produzir pinceladas do mais variado cromatismo sonoro. Twells merece lugar de destaque junto de todos estes nomes. É preciso ter assimilado muita música – no sentido de integrar os seus elementos ontológicos e não esquecendo outros géneros além da electrónica ambiental, como o *indie rock* e o *hip hop* – para dar origem a qualquer coisa que se assemelhe a *For Frosty Mornings and Summer Nights*, doze peças que suavemente desfazem as coordenadas de espaço e tempo e que docemente nos levam por paragens onde nos deparamos libertos até do próprio corpo: algures entre o sonho e a levitação, embalados por estas (quase) canções sem palavras que nos passaram pelas mãos antes de finalmente se derreterem nos ouvidos.

NUNCA ME PERGUNTARÁS QUEM SOU!

LOHENGRIN DE RICHARD WAGNER, FESTSPIELHAUS BADEN-BADEN, DIR. KENT NAGANO, DVD OPUS ARTE

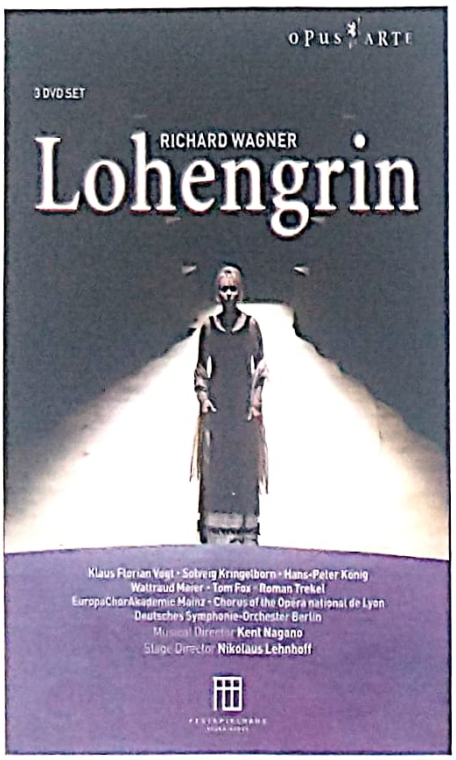
FRANCISCO SASSETTI

Foi na cidade alemã de Baden-Baden, mais precisamente no seu Festspielhaus (que nasceu da reconversão de uma antiga estação de comboios), que em Junho do ano passado, tive o prazer de assistir àquele que foi um dos melhores espectáculos de ópera que alguma vez vi e que é agora editado em DVD: o *Lohengrin* de Wagner dirigido por Kent Nagano e encenado por Nikolaus Lehnhoff – uma coprodução com a Scala de Milão e com a Ópera de Lyon.

Lohengrin (1848) é a sexta ópera (ou drama musical) de Wagner e é aquela em que a confiança (fé?) das personagens é certamente mais posta à prova. Não havendo espaço, aqui, para falar de tudo, mencionaremos apenas a questão central da obra. Elsa é acusada pelo mal intencionado Telramund (incentivado pela sua maquiavélica mulher, Ortrud) de ter morto o irmão Gottfried, mas tem uma visão que acaba por tornar-se realidade: um cavaleiro, Lohengrin, vem em seu socorro, transportado por um cisne (aqui representado por um raio vertical de luz muito intensa); promete ajuda e casamento, tendo só uma condição: que ela nunca lhe pergunte quem é, nem de onde vem. Esta é a base da

tragédia wagneriana que se segue, em que a condição humana é explorada na sua grandeza e nas suas fragilidades.

No que toca a esta versão, a impressão da experiência ao vivo confirma-se agora em formato digital. Tudo aqui é de grande qualidade: o coro (a EuropaChor Akademie Mainz e o Coro da Ópera de Lyon), que desempenha um papel determinante nesta obra, a funcionar como um todo coerente e a contracenar com as personagens principais de forma exemplar; a orquestra, a Deutsches Symphonie-Orchester Berlin, a funcionar como outro bloco musical (na boa acepção da palavra), dirigida com grande mestria, elegância e subtileza por Nagano, o que é audível (e era visível para quem lá estava); e, obviamente, os cinco cantores solistas. Quanto a estes, destaque para a Elsa de Solveig Kringelborn, que revela uma imensa voluptuosidade na voz; para a Ortrud da muito conhecida Waltraud Meier (que dispensa apresentações), que exibe toda a intensidade e beleza do seu timbre vocal; e, por fim, para o magnífico Klaus Florian Vogt e o seu Lohengrin de uma pureza e doçura inesquecíveis, que dá uma dimensão



etérea a todo o drama – ou não fosse ele um Cavaleiro do Graal. Todos eles magistralmente dirigidos em palco por Lehnhoff, que consegue igualar em qualidade a encenação e a representação ao canto e à música.

No que toca ao cenário (Stephan Braunfels), pode ser caracterizado como minimalista (muito em voga) pautado por bom gosto (já menos em voga) – o mesmo podendo ser dito do trabalho de luzes (Duane Schuler). Note-se a preocupação, aqui também por parte do guarda-roupa (Bettina Walter), em criar uma atmosfera intemporal: a neutralidade de tudo o que é visível nesta produção, faz com que não seja possível colocá-la em qualquer época que seja, já que elementos que podem parecer modernos (as fardas dos soldados e o vestido de noiva, por exemplo) misturam-se com elementos mais característicos de outros tempos (como as espadas e as armaduras).

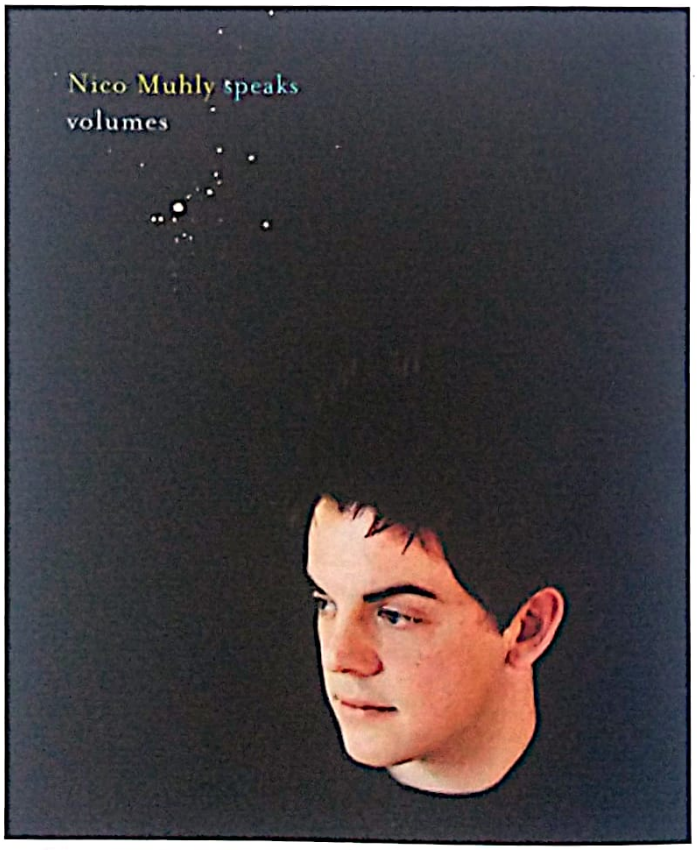
Dito isto, parece-nos que neste curto texto só conseguimos dar uma muito incompleta imagem desta magnífica produção de ópera, que merece, sem dúvida, ser vista, ouvida e recordada.

ESCUTAR À LUPA

NICO MUHLY *SPEAKS VOLUMES*
(BEDROOM COMMUNITY/ FLUR)

RICARDO GROSS

Daniel Johnson foi dos primeiros a escutar *Speaks Volumes*, do pianista e compositor Nico Muhly (26 anos de idade, formado pela Julliard School, onde estudou com Christopher Rouse e John Corigliano, ambos compositores), tendo vindo a escrever as notas que acompanham o CD, onde denota capacidade de análise e de articulação de referências que nos habituámos a encontrar apenas nos livretes dos discos de música erudita: universo para o qual as peças de Muhly invariavelmente se encaminham, mas do qual por outro lado se demarcam. Façamos a eventual citação de Daniel Johnson: «*Regardless of complexity, scale, or ambition, music that uses a constant pulse, limited pitch materials, and gradually developing, repetitive structures is usually tagged as "minimalist". Musical minimalism, of which composers like Glass have been accused, is an inherently erotic language, mimicking physical love both in the often frenzied repetition of its outward gestures and in the titillating slowness of its progress, and with that in mind we might also consider the possibility that, as befits the occasion, the friction between the two rhythms suggests the friction between two human beings.*» A música de Nico Muhly vem do minimalismo: da *Music for 18 Musicians*, de Steve Reich, ou da *Music in Twelve Parts*, de Philip Glass (que aliás requisitou Muhly para inúmeras colaborações em anos recentes), mas a sua tensão entre recolhimento e acolhimento, entre intelecto e emoção, →



entre rigor e acidente, entre rudeza e sofisticação, poderá enviar-nos para os universos de Aaron Copland, Arvo Pärt, Laurie Anderson ou Björk. O próprio Muhly insiste em repartir a responsabilidade da sonoridade de *Speaks Volumes* com o produtor Valgeir Sigurdsson, que integrou a elite de cúmplices de Björk a partir daquele que figura ainda hoje como a remata-da obra-prima desta: o álbum *Vespertine*, de 2001. A intervenção de Sigurdsson é o que faz desviar as composições de Muhly do contexto da música minimal para aquilo que designaríamos de pós-minimalismo – desconhecendo se a expressão terá ou não sido já cunhada por outrém. O termo caracterizaria assim a música que visa a obtenção do máximo poder expressivo com recurso a um conjunto mínimo de elementos musicais, embora a diferença se estabelecesse pela procura obsessiva da pureza expressiva dos instrumentos acústicos – que Muhly e Sigurdsson captam a muito curta distância – e também pela própria instabilidade da estrutura que precede a apresentação das várias peças. A tensão atrás referida poderá sugerir igualmente o desejo latente de rasgar a teia sonora pela insustentabilidade dos seus índices de beleza (ou harmonia) e de emotividade. A visceralidade do som das cordas (inclusive das vocais; Antony, dos Antony and the Johnsons, participa na faixa que encerra *Speaks Volumes*) e a organicidade sugerida pelos instrumentos de sopro (clarinetes, basicamente) é acrescida às diferentes interpretações – manipuladas posteriormente pelos apontamentos electrónicos e pelo recurso a amostras, ditas samplagens, muitas vezes do som produzido por esses instrumentos no acto de interpretação das composições de Nico Muhly. *Speaks Volumes* foi gravado (im)pacientemente entre Nova Iorque e Reykjavik e a dualidade geográfica emprestará uma explicação última para que o seu carácter seja simultaneamente neoclássico e iconoclasta. Muhly é definitivamente um músico que justifica a nossa curiosidade e toda a nossa atenção.

BARROCO PELO INVERSO

CHRISTIAN WALLUMRØD ENSEMBLE
THE ZOO IS FAR (ECM/ DARGIL)
CHRISTIAN WALLUMRØD – PIANO, HARMONIUM; ARVE HENRIKSEN – TROMPETE; GJERMUND LARSEN – VIOLINO, VIOLA; TANJIA ORNING – VIOLONCELO; GIOVANNA PESSI – HARPA BARROCA; PER ODDVAR JOHANSEN – BATERIA, PERCUSSÃO, GLOCKENSPIEL

RICARDO GROSS

Não serão demasiado lentas todas as missas e todas as homilias? O sentido da resposta depende do interesse que em nós suscitam tais cerimónias. Mas pode dar-se o caso, paradoxal, de a delonga ser de facto indesmentível, embora também estimule a nossa curiosidade e a nossa concentração. Tal é o caso com *The Zoo is Far*, périplo conduzido pelo norueguês Christian Wallumrød (n. 1971) que não quis atravessar correndo as 24 passagens que o constituem. A massa sonora tendencialmente adensa-se – seja qualquer um o número de instrumentos, de dois a seis – e progride através de uma sucinta gradação de lentas cadências, salvo pontualíssimas excepções. Trata-se cada vez mais na música de Wallumørd de uma escrita assumida até ao osso, daí, novo paradoxo, a impressão que no ouvinte nasce de profunda liberdade próxima da improvisação. Christian Wallumrød tem formação clássica e faz parte da casa ECM desde a segunda metade dos anos 80. Fez-se notar logo muito novo, primeiro com o trio constituído por ex-colegas do conservatório de Trondheim, mais tarde aumentado até ao sexteto que agora se escuta. Mantendo-se fixo o núcleo duro que inclui o trompetista Arve Henriksen e o percussionista Per Oddvar Johansen, é nas cordas que a riqueza tímbrica dos fragmentos criados por Wallumrød se veio a estender. Nisso e no alargamento de fronteiras de influência para a sua música, pontuadas em *The Zoo is Far* por alusões às *Fantasias* de Henry Purcell (1659-95) nas miniaturas intituladas *Backwards Henry* (I, II e "com bateria"), isto é, chegar ao barroco invertendo o sentido de marcha e desacelerando os tempos; ou pela citação do canto religioso do Paquistão que estabelecerá pontos de contacto com a tradição coral luterana nórdica onde Wallumrød primeiramente se formou. A música aqui presente é misteriosa e rarefeita. Há muito que o contacto com um disco não produzia em mim tamanha estranheza. Pensei várias vezes em deixá-lo para trás (no barroco, sabe-se lá?), não escrever qualquer linha, mas sempre sobrava alguma coisa que resistia e forçava o regresso. Não irei abusar da frase do poeta. Vocês já perceberam. Mas para perceberem o resto terão de escutar *The Zoo is Far*. Fica longe, demora (recordo: são 24 temas), mas a viagem acaba por justificar o esforço.

ALEXANDRE SOARES SILVA

Os meus Palácios da Memória

"Não digo que o propósito dos Palácios da Memória seja meramente erótico, ou que esse é o fim mais alto a que um Palácio da Memória pode ser dedicado, embora seja melhor e mais alto do que para decorar discursos"

Um Palácio da Memória é um truque mnemónico criado pelos gregos e desenvolvido pelos romanos. Você cria um palácio na sua imaginação, copiando um onde já esteve, digamos, ou construindo um do nada, ou mesmo fazendo um compósito de vários palácios existentes. Você fixa todos os detalhes na sua mente até ser capaz de fechar os olhos e visualizar cada sala, corredor, janela, pórtico, etc.

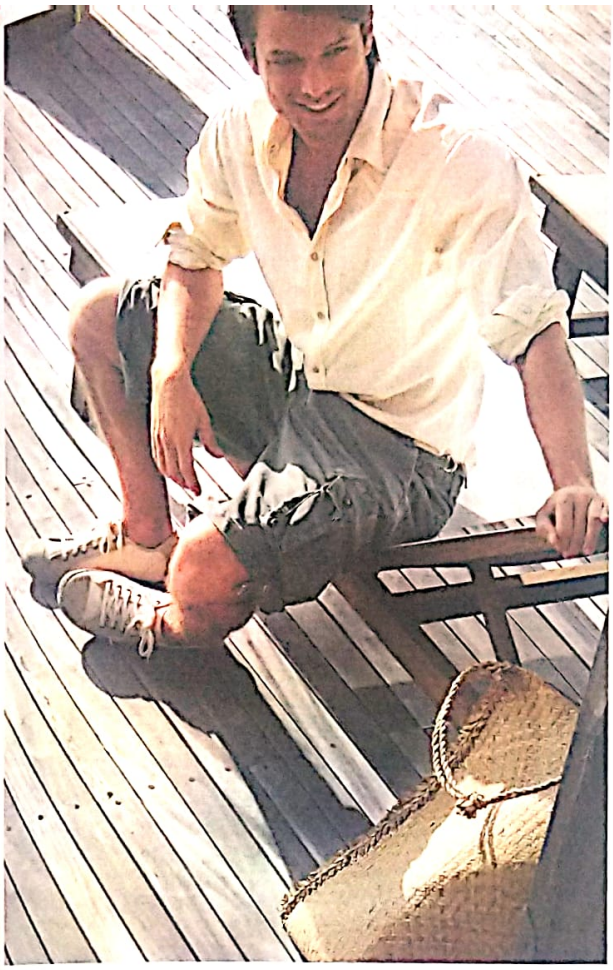
Se você está prestes a fazer um discurso e tem dificuldade em decorar o texto, o seu Palácio da Memória serve pra isso. Digamos que planeia começar o discurso com uma piadinha envolvendo Heidi Klum (de biquini) e um siri tarado – você imagina-se a entrar no seu Palácio e a encontrar os dois logo no átrio, Heidi soltando guinchos em alemão, enquanto um siri gigante arranca a parte de baixo do biquini dela e tal. Se logo depois da piada você planeia falar de, sei lá eu, engenharia de pontes, você imagina-se a virar à esquerda depois do átrio, abandonando Heidi Klum com os seus problemas, coitada, e entrando na biblioteca onde um modelo da ponte de São Francisco liga uma estante à outra. E assim você enche o Palácio com objectos que lembrem as partes do seu discurso, e vai indo mentalmente de sala em sala enquanto discursa.

Acho o Palácio da Memória uma grande invenção usada para um fim pífio – algo assim como se tivessem criado a geladeira meramente para colar *post its* na porta. Não me lembro de jamais ter lido de um romano que usasse os seus Palácios da Memória para fins não-oratórios, o que indica uma falta de imaginação que me faz desprezar a romanada toda. Palácios da Memória são uma grande diversão em si mesmos e não têm que servir para coisa alguma. Tenho vários, e nunca me ocorreu a grotesqueria de imaginar um siri gigante desnudando Heidi Klum no átrio. Imaginar Heidi Klum, sim; Heidi Klum é sempre minha hóspede no Palácio da Memória que construí copiando exatamente a casa caribenha para a qual Pierce Brosnan leva Rene Russo em *The Thomas Crown Affair*. Imagino até as roupas que ela usa, e que frequentemente não usa. Temos uma relação, com os seus altos e baixos; e como sou eu que imagino, os baixos não são muito baixos.

Certo, não digo que o propósito dos Palácios da Memória seja meramente erótico, ou que esse é o fim mais alto a que um Palácio da Memória pode ser dedicado, embora seja um fim melhor e mais alto do que ser usado para decorar discursos. O propósito de um Palácio da Memória é simplesmente existir. No meio de dias cansativos e estúpidos tenho fechado os olhos e andado à toa por um dos meus vários palácios: sentindo a realidade do lugar, a brisa, os cheiros, os sons, a sensação do meu próprio corpo andando e da roupa que estou a usar. Sim, o detalhe das roupas: tenho guarda-roupas diferentes em cada palácio, cujas peças escolho com cuidado pesquisando na Internet relógios e sapatos e cintos e camisas que na vida real não teria dinheiro para comprar. Faço isso com cada objeto na casa, cada pintura. O quadro *Vénus que Consola o Amor*, de Boucher, por exemplo, que estava na National Gallery de Washington até há pouco tempo, está agora no corredor do meu maior palácio, perto do lugar onde Isabel Archer, uma personagem de Henry James, costumava servir-me chá. Sou capaz de andar por esses corredores e quartos, parar na frente de um quadro e vê-lo em todos os detalhes. Depois ando devagar até a varanda, sento-me num banco e olho a paisagem, a pensar na vida. Poucas coisas me dão mais prazer; e que os romanos se tenham limitado a usar os Palácios da Memória deles para decorar discursinhos, repito, enche-me de desprezo por aquele império todo.

Há um único problema que tenho dificuldade em resolver, que é o da moralidade dentro dos Palácios da Memória. Se você tem um relacionamento na vida real, não é muito bonito ter vários outros na sua imaginação. Então você simplifica tudo ao negligenciar várias amantes imaginárias durante alguns anos. Mas o final de cada relacionamento complica tudo de volta, porque traz a reconciliação com todas as suas amantes imaginárias, que podem incluir não só modelos e actrizes, mas também ex-namoradas suas e, claro, a mulher dos outros.

Sobre a moralidade nos Palácios da Memória, a Bíblia é explícita: «Qualquer que olhar para uma mulher com intenção impura, no coração já adulterou com ela» (Mateus, 5, 28). Os Palácios da Memória ficam nalgum lugar dessa vasta e vaga região chamada "coração", não é? Se eu fosse seguir isso deveria deixar de receber Heidi Klum, uma senhora casada, afinal, na minha casa imaginária no Caribe. Mas não posso, não posso: é mais forte do que nós.



RICHARDS

ASSINATURAS Atlântico

Receba grátis uma T-Shirt RICHARDS no valor de 40€

Basta fazer uma assinatura de 12 meses da revista Atlântico

Cores disponíveis: Branca e Azul (limitada ao stock existente)

*A imagem reproduzida não representa a oferta.

ASSINATURA REVISTA Atlântico

☑ **SIM, quero receber, comodamente em casa, os próximos 12 números pelo valor de €48.** portes grátis

Resido fora de Portugal, pago os portes no valor de ☐ Europa. €25,56 ☐ Resto do Mundo: €37,44 ☐ Regime Especial**: €33,84

**Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe e Timor-Leste

Nome* _____

Morada* _____

Localidade* _____

Cód. Postal* ____ – ____ _____

Tel * _____ Telemóvel _____ Profissão* _____

e-mail* _____ Nº Contribuinte* _____

BI _____ Estado Civil _____ Data Nascimento * ____ – ____ – ____ (dia – mês – ano)

* Campos Obrigatórios

FORMAS DE PAGAMENTO

☐ Pago com **Cheque** o valor acima indicado. Junto envio cheque à ordem de COSTORIENTAL, Sociedade Editora LDA.

☐ Pago por **Transferência Bancária** o valor de €48, ao banco Barclays Bank, com o NIB: 0032 0701 00203509535 72

RICHARDS

Tamanhos disponíveis S☐ M☐ L☐ XL☐

☐ Pago por **Transferência Permanente** o valor de e48, pelo que preencho a Autorização de Pagamento. A minha assinatura renovar-se-á anualmente, salvo instruções minhas em contrário.

Autorização de Pagamento – Autorizo o débito do montante acima indicado para a seguinte conta: COSTORIENTAL, Sociedade Editora, LDA, Barclays Bank – NIB: 0032 0701 00203509535 72

Nome do Titular _____ Banco _____

NIB _____ Data __/__/____ Assinatura _____

Preço válido para Portugal. Os dados recolhidos destinam-se a ser processados informaticamente e destinam-se à gestão da sua assinatura. Garantimos ao subscritor, nos termos da lei, o direito de acesso, rectificação e eliminação dos seus dados. Este ficheiro poderá ser utilizado para a apresentação de novas propostas. Caso não deseje receber esta informação, assinale aqui, por favor ☐

Envio este Cupão de Assinatura por correio para: ONE to ONE, Av. Duque d'Ávila, Nº 46 5º, 1050-083 LISBOA
Apoio ao Assinante: assinaturasatlantico@one-to-one.pt • Tel.: 210 115 103 (dias úteis das 10h às 13h e das 15h às 18h)

SEMINÁRIOS
CONGRESSOS
CONFERÊNCIAS
LANÇAMENTOS
ETC.

ROTEIRO

POR ALAÍDE COSTA

EM DESTAQUE

A ESCOLHA DA ESCOLA FACE À JUSTIÇA SOCIAL: DILEMA OU MIRAGEM?

A Educação é um tema muito complexo e delicado de abordar. Por um lado, é suficientemente consensual que através da educação o indivíduo adquire a maioria das ferramentas indispensáveis para se tornar num cidadão mais consciente das suas escolhas e mais responsável pelas suas consequências. Mas por outro, é matéria de debate intenso qual deverá ser o papel do Estado na educação dos seus cidadãos.

Nos últimos anos temos assistido à crescente problematização do tema da Educação. Não só pelos diversos erros e falhas do sistema burocrático do Estado, mas também por um questionamento mais profundo e filosófico sobre os princípios que sustentam que deverá caber ao Estado a garantia do acesso à Educação. Permanece ainda como tema o inevitável conflito com as liberdades individuais dos cidadãos.

Neste sentido, a OIDEL (Organização Internacional para a Liberdade de Educação, com sede em Genebra) e o Fórum para a Liberdade de Educação promovem o Simpósio Internacional subordinado ao tema "A escolha da escola face à Justiça social: dilema ou miragem".

. **07 de Setembro [15h00] – As escolas da "terceira geração" na Europa**
Com Georges Haddad (UNESCO)

. **[15h30] – Direitos fundamentais, eficácia pedagógica e coesão social: as políticas educativas baseadas nos direitos**
Com Fernando Adão da Fonseca (Fórum para a Liberdade de Educação), Ingo Krampen (European Forum for Freedom in Education), Kishore Singh (UNESCO), entre outros

. **[17h30] – Os efeitos de agregação à luz do PISA 2003. O que se pode dizer e o que se deve dizer**
Com W. van Kattwijk (EPA), Antoni Arasanz (FAPEL) e Jean-David Ponci (OIDEL),

. **08 de Setembro [09h30] – Mapa escolar. Análise comparada dos sistemas de zonas. Qual a melhor política face às desigualdades? Comunidades, políticas de diferenças e discriminação positiva**
Com Phillippe Gorre (Enseignement et Liberte), Jean-Nöel Dumont (Le Collège Supérieur), M. Boléo Tomé (Pro-Dignitate), entre outros

. **[11h30] – Sociologia dos alunos de escolas não-estatais. Meio social, sucesso escolar e a reprodução do sistema social**
Com M. Gaucherand (Fundação Maristes), S.J. Steen (ECNAIS) e J. Alvarenga (AEEP)

. **[15h00] – Boas práticas de heterogeneidade social. A relação comunidade-escola como ponto de partida**
Com B. Vermeulen (SOCIRES), A. Ponces de Carvalho (Jardins Escola João de Deus), E. Raffin (UNAPEL), entre outros

. **[17h00] – Lançamento do Relatório sobre as Liberdades Educativas no Mundo em 2007**
Com Mário Mauro (Parlamento Europeu) e Alfred Fernandez (OIDEL)

Local: Auditório Cardeal Medeiros
Univ. Católica Portuguesa - Lisboa
Organização: Fórum para a Liberdade de Educação e OIDEL
Contacto: info@liberdade-educacao.org (www.liberdade-educacao.org) e (www.oidel.ch)

CONFERÊNCIAS

5.º SOPCOM – COMUNICAÇÃO E CIDADANIA

. **06 de Setembro [14h15] – Fontes de informação e cidadania política: o papel dos media**
Com Manuel Meirinho (ISCSP – Univ. Técnica Lisboa)

. **[15h30] – As lutas sociais e o papel da imprensa na construção de sentido**
Com Wilson Couto Borges (Univ. Federal Fluminense – Brasil)

. **[15h50] – Fontes sofisticadas de informação – análise do produto jornalístico político da imprensa nacional**
Com Vasco Ribeiro (Univ. Porto)

. **[17h10] – O papel das novas tecnologias da informação e comunicação na construção da cidadania: a plataforma *Moodle* no 1.º ciclo do Ensino Básico**
Com Paula Quadro Flores (Univ. Trás-os-Montes e Alto Douro) e Joaquim José Jacinto Escola (Univ. Trás-os-Montes e Alto Douro)

. **[17h45] – A presença do YouTube nos media – razões e consequências**
Com Catarina Rodrigues (Univ. Beira Interior)

. **07 de Setembro [14h15] – Relações entre a esfera ético-deontológica dos jornalistas e a esfera jurídica na garantia do rigor da isenção e do pluralismo na informação**
Com José Manuel Mendes (Univ. Minho)

. **[14h45] – Ética da informática**
Com Joaquim José Jacinto Escola (Univ. Trás-os- Montes e Alto Douro)

. **[15h15] – Realidades e aparências no jornalismo actual – um estudo de caso**
Com Joaquim Fidalgo (Univ. Minho)

. **[15h45] – "Eu não sou eu, nem sou o outro": questões sobre as dificuldades do jornalismo em lidar com "qualquer coisa de intermédio" no caso da cobertura criminal**
Com Sylvia Moretzsohn (Univ. Federal Fluminense – Brasil)

Local: Univ. Minho – Campus de Gualtar - Braga
Organização: Soc. Portuguesa de Ciências da Comunicação
Contacto: moisesm@ics.uminho.pt
(www.sopcom.pt)

A CRÍTICA DE TEATRO

. **07 de Setembro [18h00] - Como gostava que fosse e como é**
Com Kalina Stefanova (National Academy of Theatre and Film – Bulgária)

Local: Culturgest
Rua Arco do Cego – Lisboa
Organização: O Melhor Anjo/Tiago Bartolomeu Costa
Contacto: culturgest@cgd.pt
(www.omelhoranjo.blogspot.com)

25 ICS
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

EUROPEAN COMPARATIVE WOMEN'S HISTORY, XX CENTURY

. **10 de Setembro [17h00] – Comparative history as tool: testing hypotheses in women's history**
Com Marilyn J. Boxer (San Francisco State Univ. – EUA)

. **[17h30] – Comparing Feminisms**
Com Karen Offen (Stanford University – EUA)

. **[18h00] – Visibilité sans pouvoir: Le feminine de la Démocratie italienne**
Com Michela de Giorgio (Université de Sassari – Itália)

. **[18h30] – Modèle anglo-saxon et nordique *vs* modèle latin: laccès des femmes à la citoyenneté au XXe siècle?**
Com Mariette Sineau (Centre de Recherches Politiques de Sciences Po – França)

Local: ICS – UL
Av. Aníbal Bettencourt, 9 – Lisboa
Organização: ICS – UL
Contacto: assessoria.eventos@ics.ul.pt
(www.ics.ul.pt)

YOUTH ON THE MOVE?

. **21 de Setembro [10H30] – Youth on the move? Theoretical and empirical perspectives**
Com David Cairns (ICS – UL)

. **[11h15] – Social capital and migration: the case of youth** Com Katarzyna Growiec (Polish Academy of Sciences – Polónia)

. **[11h45] – Temporary youth migration and European identity**
Com Marion Huvette (Dublin City University – Irlanda)

. **[14h30] – Transition of Migrants after apprenticeship in Germany – Does Cultural diversity matter?**
Com Anette Haas (Institute for Employment Research – Alemanha) e Andreas Damelang (Institute for Employment Research – Alemanha)

. **[17h30] – Cosmopolitan portuguese youth: the world as home after the Macao's Migratory experience**
Com Inês Costa Pessoa (ISCTE)

Local: ICS – UL
Av. Aníbal Bettencourt, 9 – Lisboa
Organização: ICS – UL
Contacto: assessoria.eventos@ics.ul.pt
(www.ics.ul.pt)

SISMICA 2007 – 7.º CONGRESSO DE SISMOLOGIA E ENGENHARIA SÍSMICA

. **28 de Setembro [09h00] – Seismic risk and mitigation analysis in Portugal**
Com Alfredo Campos Costa (LNEC), Alexandra Carvalho (LNEC), Maria Luísa Sousa (LNEC), entre outros

. **[11h00] – The National Annex of Eurocode 8. Consequenses for seismic disign in Portugal**
Com Eduardo Cansado Carvalho (GRAPES)

. **[11h45] – A risk assessment study for limit states of existing strutures according to the EC8**
Com Xavier Romão (Fac. Eng.ª – Univ. Porto), João Guedes (Fac. Eng.ª – Univ. Porto), Aníbal Costa (Fac. Eng.ª – Univ. Porto), entre outros

. **[14h30] – The prediction of ground-motion parameters in Europe for seismic design and earthquake loss estimation**
Com Julian Bommer (Imperial College London – Inglaterra), Peter Stafford e Sinan Akkar (Middle East Technical University – Turquia)

. **[17h00] – An improved framework for space-wide seismic vulnerability analysis in urban areas**
Com Artur Pinto (Joint Research Center – Itália), Sílvia Dimova (Geophysical Institute – Bulgária) e Fabio Taucer (Joint Research Center – Itália)

Local: Fac. Engª. – Univ. Porto
R. Dr. Roberto Frias – Porto
Organização: FEUP, Soc. Port. Eng.ª Sismica
Contacto: sismica2007@fe.up.pt
(www.fe.up.pt)

CONFERÊNCIA ANACOM

. **28 de Setembro [10h00] - Regulação e convergência: desafio global, respostas locais**
Com Alberto Souto Miranda (ANACOM), Fabio Colasanti (SIM –UE) e Kevin Martin (FCC – EUA), entre outros

. **[14h30] – Convergência e Regulação: desafios e oportunidades nas comunicações electrónicas**
Com Pedro Pita Barros (Fac. Economia – UNL), Azeredo Lopes (ERC), Dimitri Ypsilanti (OCDE), entre outros

Local: Culturgest
Rua Arco do Cego – Lisboa
Organização: ANACOM
Contacto: conf@anacom.pt
(www.anacom.pt)

(roteiroatlantico@gmail.com)

DESTE MUNDO E DO OUTRO

A ADVOGADA

A VERDADE, E NÃO MAIS DO QUE A VERDADE?

LAURA ABREU CRAVO

Coisa repetidamente vista nos filmes e séries televisivas que nos traziam, casa adentro, os tribunais à americana, é o momento solene do juramento das testemunhas. A criatura, convictamente dissimulada, falsamente segura, ou investida de absoluta lisura de carácter, pousava a mão na Bíblia e exibia o correspondente semblante. Esta busca cega da verdade material, tão utópica quanto adequada para a prossecução os fins da justiça, seria desastrosa se aplicada, a todo o tempo e sem excepção, às relações afectivas ou meramente sociais entre os seres humanos.

Se é certo que o homem é o lobo do homem — e a dissimulação e a mentira farão, em casos extremos, ceder e sofrer os mais fracos ou débeis — no mais das vezes, quando se trata de sentimentos e outras facetas mais delicadas da nossa existência, estes exercícios sempre tão criticados e pejorados poderão revelar-se de incontestável utilidade e sapiência.

Seja nas pequenas coisas da vida (nos momentos não necessariamente pouco importantes) em que a verdade não é mais do que um exercício de princípio sem grandes finalidades práticas, ou mesmo em instantes de importância absoluta (quando a sua revelação possa acarretar verdadeiros terramotos relacionais), a revelação de uma verdade pura, crua e insuficientemente temperada, pode deitar por terra e destruir desnecessariamente a serenidade e segurança — esses sim — valores absolutos e tão negligenciados nos tempos que correm.

Na domesticidade conjugal ou nas amizades, quantas vezes a mentira dita piedosa (que não mais representa do que uma corporização devidamente tratada do tão desejável filtro social) se mostra preferível à verdade hostil e impositiva? Não cometa, caro leitor, o desconchavo de — se intimado a pronunciar-se sobre os três quilos a mais da sua cara-metade — responder-lhe com a verdade emissária da ditadura da estética. O mais certo é que um acto de heroísmo semelhante possa granjear-lhe umas noites mal dormidas (na melhor das hipóteses) no sofá da sala.

A verdade sim — se inofensiva ou absolutamente inevitável — porque, de resto, e no que diga respeito à humanidade que me rodeia, rogo que, nos dias mais espinhosos (e outros ainda) queira fazer a gentileza de abster-se de existir. E isso sim, de verdade.

O MARIALVA

COMPRAR O MINISTRO PELO TÍTULO

RODRIGO MOITA DE DEUS

Há algumas semanas o ministro Santos Silva apresentou uma proposta com o seguinte título: "Anteprojecto de proposta de lei que promove o pluralismo, a independência perante o poder político e económico, a transparência e a não concentração da titularidade nos meios de comunicação social".

Três linhas e duzentos caracteres de título. Há crónicas do Ferreira Fernandes mais pequenas. E, sobretudo, a natureza suspeitamente explicativa.

Esta é a "proposta de lei que promove o pluralismo, a independência perante o poder político e económico" e a "transparência e a não concentração da titularidade nos meios de comunicação social". Uau! Um título tão grande e elucidativo não deixa margem para erro. É um belíssimo título para um ministro. Não vá alguém, por distracção ou má-fé, lembrar-se que o ministro quer condicionar a comunicação social e o trabalho dos jornalistas através de alterações legislativas. Com este diploma ninguém o pode acusar de tal coisa. Porque o título diz exactamente o contrário. Faz sentido.

Santos Silva também lhe podia ter chamado "Anteprojecto de proposta de lei que demonstra cabalmente que, ao contrário do que as pessoas

dizem, eu gosto imenso de liberdade de expressão e que não tenho problema nenhum com o que dizem de mim". Esta linha de comunicação poderá mais tarde servir a Manuel Pinho que pode apresentar um diploma com o nome "Anteprojecto de proposta de lei que permitirá à economia do país um crescimento superior à média comunitária, garantindo igualmente os direitos e garantias dos trabalhadores, redistribuindo riqueza e trazendo imensa felicidade a todos os portugueses".

A verdade é que ainda não li o documento – mas li o título que também deu imenso trabalho – e suspeito que não é preciso análise detalhada para adivinhar o que aí vem. O meu filho de quatro anos tem os mesmos hábitos do ministro Santos Silva: cada vez que faz asneira perde imenso tempo a explicar que é um óptimo menino incapaz de se portar mal. Cada vez que começa com esse discurso já sei que esteve a fazer fogueiras dentro de casa com os livros do pai.

À semelhança de todas as crianças do mundo, o meu filho tem a arrogante crença na ingenuidade dos outros. Na natureza simples e crédula de quem o rodeia. É a presunção natural de quem vê o mundo com o seu tamanho. Eventualmente as crianças vão acabar por crescer. O ministro é que nem por isso.

VINTE&TRÊS

AOS OLHOS DOS OUTROS

BRUNO ALVES

Por muito deprimente que possa ser (e geralmente, no que a mim diz respeito, se pode, é porque é mesmo), devo o que de mais importante tenho à televisão. Do *Dartacão* aos *Sopranos*, passando pelos *The Simpsons* e *The Wire*, tudo o que aprendi foi a olhar para aquele maravilhoso aparelho emissor de luz e som. Mas devo dizer que, por vezes, até essa maravilha da modernidade me desilude. Há tempos, a RTP2 transmitiu um agradável mas pretensioso programa de Alain de Botton, que por entre coisas sensatas, argumentava (socorrendo-se de argumentos de filósofos pessimistas alemães) que atribuímos demasiada importância ao que as outras pessoas pensam acerca de nós. Acredite, caro leitor, que nada tenho contra argumentos pessimistas e misantrópicos (como pode imaginar, aliás), mesmo que vindos de filósofos alemães, e até aprecio a atitude "popular" de Botton para com a filosofia; mas por muito que me custe, tenho de admitir que não podemos ignorar o que os outros pensam de nós.

Já aqui escrevi como os meus contemporâneos vivem obcecados com a autenticidade, procurando ser "eles próprios", sem pensar no que terceiros pensam deles, atitude completamente injustificada tendo em conta aquilo que são. Mas para mal dos seus pecados (que, para sua felicidade, tendem a ser muitos), a nossa sociedade depende de como nos apresentamos aos olhos dos outros. Para arranjar um emprego, sujeitamo-nos ao juízo de outras pessoas. As nossas democracias assentam na predisposição de uns senhores e de umas senhoras para se sujeitarem ao olhar inquisidor de desconhecidos. Meu caro, até a nossa existência depende do juízo de terceiros. Dificilmente colaboraremos no processo de reprodução humana sem nos sujeitarmos previamente à opinião que um elemento do sexo oposto tem acerca de nós. Não é em vão que não contribuo para a preservação da espécie com Natalie Portman. Apenas encontro algum conforto para esse fracasso na ideia de que ao menos não estou a contribuir para a perpetuação dos meus pouco recomendáveis genes. A minha personalidade (para não falar da aparência) pode ser inadequada à vida em sociedade, mas ao menos a Humanidade ganha alguma coisa com isso. Acho que é algo de que me posso orgulhar.

DO FUNDO DO DESEMPREGO

AFONSO HENRIQUES – SÉCULO XXI

JOÃO MOREIRA DE SÁ

A ministra que não quis autorizar o "reviver" ossal do pai Afonso fez bem. Reviver figuras históricas é perigoso. Para mim é sobremaneira perigoso pois conduz-me invariavelmente a um preocupativo-especulativo-deslocativo-tempo-espacial, deambulação que me faz questionar mais coisas do que aquilo que gosto.

No caso do fundador Afonso, resultou no questionar da acreditação de que o homem tem trabalhado em prol da simplificação da vida, ao verificar como seria se o 4.º maior português de sempre tivesse que fundar Portugal no século XXI.

Primeiro era considerado terrorista.

Depois tinha que haver um referendo aceite por Castela e aprovado em Assembleia Geral na ONU.

Enfrentava acusação de maus tratos e violência doméstica.

Tinha a ASAE à perna por não cumprir a lei de transporte de alimentos para as tropas.

Tinha a DGCI à perna por não pagar impostos.

Tinha a União Europeia à perna por desrespeitar a Convenção de Genebra.

Tinha os republicanos à perna para transformar imediatamente o Reino numa República.

(E com tanta gente à perna, continuaria a ser coxo, claro!)

Por fim, ser-lhe-ia decretada a penhora dos territórios conquistados por não pagamento de IMI, IVA e demais impostos.

E o pior, não podia concorrer ao "Grandes Portugueses" porque quando nasceu ainda não havia Portugal. Deixe-se pois os ossos do senhor em paz que a última coisa que o país precisa é descobrir que foi fundado por um coxo marreco.

MIRIAM ASSOR

A lógica da Mary Quant

A lógica é mais simples do que saltar à corda: quem pisa o solo da embaixada do Irão em Portugal deixa de estar neste país tripulado por José Sócrates. Na Rua Alto Duque 49 as alcatifas não voam, o Aladino foi de férias, mas até a torneira do bidé deve ser tratada de persa. E quem está ou vai ao Irão só tem uma alternativa: agir de acordo com as regras da casa. Márcia Rodrigues sabia. A carteira de jornalista não lhe saiu na farinha amparo. A entrevista que fez ao embaixador Mohammad Taheri – o diplomata que, antes de aplaudir a teoria loca do louco Mahmoud Ahmadinejad, já tinha sacado do bolso a máquina de calcular para negar os mortos de Auschwitz – nem de longe e de óculos representa a sua estreia jornalística. Aliás, quando Márcia esteve por razões profissionais na embaixada do Irão na Turquia, o procedimento não sofreu novidade: colocou o véu na cabeça, calçou luvas, trajou um vestido comprido. Márcia sabia. Duas décadas a exercer jornalismo nos confins do Médio Oriente e arredores dá-lhe excelentes critérios para saber que, relativamente a farpelas, não se trata de costumes. É lei. A lei da República do Irão, que, entre outros detalhes, obriga a que as mulheres fiquem tapadas desde os metatarsos até à raiz das madeixas. Márcia Rodrigues não é só corajosa. É inteligente. Era desnecessário, absolutamente dispensável perguntar ao adjunto do embaixador qual a indumentária que deveria usar na entrevista. Márcia sabia. Christiane Amanpour da CNN e outros jornalistas da BBC sabiam. Lenço. Camisolas de gola alta com mangas que ultrapassem os pés. Preto, a cor invariável do tecido. As mãos podem ir, desde que enfiadas nas luvas. Só nesta curva mal dada da Europa, o máximo que se deduz é que um jornalista que vá em trabalho à Assembleia da República não deve ir de calções, ou se entrevistar o Papa não pode ir de ténis.

Os intelectuais da liberdade avulsa indignaram-se. Babaram estupefacção. A jornalista da RTP tinha sido subjugada. Poderia ter ido vestida de forma recatada, mas nunca como uma iraniana. Afinal de contas estamos em Lisboa, reclamavam. Afinal não. Estamos no Irão se passarmos a entrada da respectiva embaixada.

É fácil rabujar quando se está regalado numa cadeira de palha a assistir de charuto no canto na língua o mundo via Internet. Falar dos outros é canja que dispensa galinha. Não conseguir fazer o que os outros são capazes, por excesso de cobardia ou falta de oportunidade, às vezes, faz ardor no cotovelo.

À boleia da irritação dos eminentes defensores da democracia, gente que à parte de dar palpites no ecrã, pouco trazem e nada acrescentam, criaturas paternais que adoram puxar as orelhas à imprensa, mas vivem ao encosto dela, temos que ouvir e ler o respigo das gargantas democratas em lista de espera: "Mesmo que alguma embaixada tivesse a pretensão de dizer a um cidadão português como ele deveria vestir-se dentro do seu próprio país, esse cidadão não era, de forma alguma, obrigado a obedecer às instruções dessa mesma embaixada". Não era obrigado dizer ámen, mas a entrevista ia para o galheteiro. Márcia e meio mundo lúcido sabia.

Seyed Abbas Badrifar – primeiro secretário do embaixador Mohammad Taheri – não sabe se sabe, mas sei o que disse entre outros possíveis sonetos: "O assunto não é importante para a Embaixada". Pois não. É para a Mary Quant.

CRÓNICA BOHEMIA

ANA CRÓNICA, UMA COLUNA COM PROBLEMAS DE IDENTIDADE

ALEXANDRE BORGES

A ideia era escrever sobre putas. Casas de putas, para ser mais preciso. Na última crónica, falou-se de amor e não queremos que o leitor amigo pense que amolecemos. Nem pensar nisso. Se as mulheres gostassem mesmo de homens sensíveis, o Toni seria um garanhão (Hum? Que é isso de "qual Toni"? O Toni, evidentemente. O Toni bigododo, eterno ex-futuro treinador do Benfica, claro. Mas haverá, porventura, mais tonis?) De resto, não queremos ficar para a História como os José Rodrigues dos Santos da crónica, sempre a fazer caretas e beicinho enquanto falamos. Não. O escriba boémio é forte, duro, alto, implacável. Pronto. Forte, duro e implacável, só. Mas tem com o tema meretrizes o mesmo problema que, por exemplo, na questão das células estaminais: para opinar, precisava de conhecer a situação por dentro.

Depois, o cronista sabe que há temas de Verão e de Inverno; outros que vão melhor a propósito do Natal; uns ainda que se desprendem, espontaneamente, dos primeiros dias de chuva. Os livros, o frio, os filhos, a comida, os sofás, os destinos exóticos, as revistas, os restaurantes, as temáticas densas que se estendem dos conflitos em nome da fé ao pós-estruturalismo-protoneoniilista pressentido na sequência final da mais recente revisitação de Godard a Bergman. Puf... Mas e as putas? Acompanharão melhor um daikiri na Manta Rota ou uma bagaceira em Amarante? Serão leitura que se →

RITA BARATA SILVÉRIO

O primeiro, antes do zero

Quanto custa um filho? Fica-se com a sensação de que não se está a criar crianças, mas agressivos executivos de multinacionais globais, capazes de fechar acordos comerciais de consequências planetárias. Até mete medo

Quanto custa um filho? Até aos dois anos 11 089 euros, conforme os cálculos da revista dominical do jornal espanhol *El Mundo* em Abril de 2006. Sem contar o *kit* básico que deve ir preparando qualquer parturiente enquanto espera a chegada do ansiado fruto do amor conjugal, *kit* este que consta de carrinho, cadeirinha de segurança para o carro, humidificador, berço, biberões e a banheira, o que acrescenta ao nobre acto da procriação a 1560 aurélios. Mais os cremes antiestrias (40), as aulas de preparação para o parto (25) ou até um eventual tratamento de fertilização (14 000). De tanta informação, perdi a inocência e decidi tirar as pilhas ao relógio biológico e esperar, pacientemente, que a sorte e o Euromilhões me voltassem a preparar o útero para a grande aventura da maternidade. Claro que, segundo o tal estudo, tudo pode sair por um preço muito mais económico (1769) se os futuros pais optarem por recorrer aos hospitais públicos, reciclarem os carrinhos dos filhos dos vizinhos, ou se estiverem bem borrifando para o humidificador e a bomba de extracção de leite.

Se todos os filhos se criam, como dizem os antigos e a minha Mãe, não é menos verdade que não há quem esteja livre do pecado de dar aos filhos o melhor, mesmo que seja inútil, absurdo e caro. A urgência do monovolume para o filho único, botinhas da Timberland a duzentos euros, carrinhos aerodinâmicos e com detectores de minas antipessoais, aulas de inglês, aulas de estimulação musical, aulas de natação para bebés de seis meses, são necessidades de tempos onde o conceito de marca, do ter e do centro comercial se expande ao íntimo e à educação da prole e a que é quase impossível não sucumbir, tamanha é a pressão social para que os rebentos sejam as criaturas melhor preparadas da galáxia, aptas para um suposto mundo de competição feroz e violenta. Fica-se com a sensação de que não se estão a criar crianças, mas agressivos executivos de multinacionais globais, capazes de absorver empresas num dia e fechar acordos comerciais de consequências planetárias. Até mete medo.

O fracasso digere-se mal, mas pior se vive com o fracasso dos que são da nossa responsabilidade. E os filhos, essa prolongação vital, esticam demasiadas vezes a ânsia de sucesso dos pais, seja pelo académico, económico ou social. Claro que eu deixaria de comer por um filho meu, claro que daria um braço para que não lhe faltasse de nada, claro que – mesmo não tendo parido, nem sentido esse amor único, superior e infinito que vejo nos olhos da minha Mãe – entendo o sacrifício sincero que se faz por um ser que nos saiu das entranhas e por quem faríamos o indescritível, o pior dos pecados talvez, só por ver como esse filho se faz um ser pleno, capaz e feliz. Isto é Amor. Mas a onda de 'perfeccionismo' extremo que invade os colégios (em Madrid existe um com uma lista de espera de vários anos chamado "Brains"), a exigência de excelência desde o berço, a incapacidade de administrar que os filhos não sejam os primeiros em tudo, roça a possidonice e o provincianismo mais pacóvio e palerma. Entre o orgulho e a obrigação de ser pais de uma estrela mediática há um mundo. E demasiadas vezes a frustração por não ser o melhor no trabalho, aquele de que todos falam nas revistas, o grande jogador da bola, a pianista consagrada pela crítica, deriva numa espiral de loucura muito perigosa e injusta para crianças que têm todo o direito a ser a gorda da turma que nunca terá um namorado, o quatro-olhos, o desgraçado que sempre passa à rasca por muitas aulas de apoio e horas encerrado no quarto, até o baldas a quem os pais castigam todos os fins-de-semana sem PS2 e Internet.

Sim, o Belmiro era pobre, mas muito espertinho, e à base de estudos e sacrifícios construiu um império e hoje é um senhor muito rico e muito poderoso e até lança OPAs à bruta. Mas não me imagino a mãe do Senhor Engenheiro decidida a arruinar a infância do filho e obrigá-lo a viver em seminários só porque o sonho dela era ser uma latifundiária banhada em ouro. Esta é a diferença: deixar que os filhos tenham os seus próprios sonhos, apoiá-los e, sim, não poupar em esforços e noites mal dormidas. Que tenham todas as oportunidades de ser o que quiserem na vida, signifique isso ser patinadora sobre gelo, mecânico, palhaço, ou o cientista que descubra a cura para a SIDA. Mas para isso é preciso ignorar as conversas de parques infantis onde as mães compraram as notas da pré-primária, os anúncios de televisão que associam o consumo de um produto lácteo ao sucesso escolar das crianças, a relação entre o caro e o melhor e os nossos sonhos. Porque um hipotético filho meu não terá culpa que eu não seja astronauta.

JOÃO DE MENDIA

Saudades da escola da minha aldeia

"Começa-se mesmo a duvidar se será Sócrates quem governa. Ou não será ele senão uma consequência das decisões de outros?"

O problema, contrariamente ao que se fez passar, é, também, o facto de o Sr. Sócrates não ser engenheiro, ou outra coisa qualquer, porque, em rigor, acabou por não se perceber o que é que ele será, de facto. Ou melhor, não será nada que valha muito a pena ou que seja útil a quem ocupa um lugar de onde saem orientações para nos dizer, a nós, o que temos e não temos que fazer. Porque, se ele tivesse passado fosse por onde fosse que não apenas por uma "J", ainda por cima a socialista, teria neste momento, pelo menos, a noção da gravidade que representa fechar uma escola, uma unidade de parto ou um centro de saúde no interior do país, provocando assim que deixe de existir exactamente aquilo que ele não apreendeu na tal escola por onde não passou: o Portugal dos portugueses, e não a região de que tem de dar contas a Bruxelas pagando com o dinheiro que desbaratou, por ignorância, dobrando, servil, a cerviz aos "mestres".

Deixemo-nos de subterfúgios; um primeiro-ministro que se deslumbre com um poder que não tem, que julgue que transfigurar um país à custa de abrir caixas de Pandora fazendo com que sejamos engolidos por aquilo que o convencem ser uma modernidade inevitável e que não perceba que fechar escolas, maternidades e apoios à saúde, chegando essa enormidade ao ponto de já se ter morrido por causa disso, e de obrigar portugueses a ter que nascer no estrangeiro, é criminoso. Não pode deixar de ser. E se o não for é a legislação que está errada.

É óbvio que a monumentalidade dos erros do socialismo guterreano requer atitudes de enorme rigor, e o esforço para os resolver deverá ser maior ainda. Todos o sabemos. Só que, para resolver esses erros, desgraçadamente, temos aquele que os ajudou a criar, que é José Sócrates, que não tem, nem nunca teve a competência para saber ao serviço do que é que deve estar o orçamento, nem a sensibilidade para discernir o que quer dizer gerar espanhóis no seu próprio país. E muito menos ainda o que representa uma criança a chorar com saudades da "*Escola da minha aldeia*".

Por outro lado, ou pelo mesmíssimo, a bandalheira urbanística das vilas e das cidades, a descaracterização de todo o espaço nacional submetido que passou a estar à insaciável voragem dos empreiteiros e o novo estatuto que Sócrates tem vindo a atribuir à reduzida área que restava de zonas protegidas, à excepção das Ilhas, confundindo interesse nacional com facilitismo e insensibilidade irresponsável, têm conseguido que a típica beleza de lugares míticos no nosso país se tenham vindo a desfazer. Para mandar, não basta ganhar eleições. E se destas resultar uma maioria absoluta, que foi o caso, isso corresponde a dizer que o erro quando se faz é maior e mais grave ainda.

Para além das enormidades, algumas delas sem retorno de que Sócrates é directamente responsável, destacar-se-ão a mobilização e a utilização abusiva de toda a máquina de poder e de informação, financiando o aborto e encerrando unidades de parto, representando isso uma imperdoável alteração civilizacional de Portugal. Outras enormidades, são ainda a transformação das relações com o Presidente do Governo da Madeira numa questão de *vendetta* pessoalíssima, proveniente de uma birra e de complexos mal resolvidos e a interferência cirúrgica em importantes sectores da vida económica da área privada, influenciando os reguladores e outras instituições como se tudo isto de uma cotada pessoal se tratasse.

Mas o que de mais grave se estará a passar na política deste governo, são as relações que deixaram de existir com as comunidades lusófona e emigrante portuguesas, abandonando assim uma das razões de se permanecer português, e as relações promíscuas, humilhantes e profundamente antinacionais que insiste em manter com Espanha. Subalternizar-se constantemente às ameaças e aos insultos provenientes, de castelhanos em particular, mas de estrangeiros em geral, como foram os insultos dos incompetentes polícias ingleses há dias a propósito da criança desaparecida no Algarve e a reprimenda dada em público pelo primeiro-ministro polaco que obrigou Sócrates a engolir o que disse a propósito da questão do tratado europeu que não percebeu, seria suficiente para que se exigissem desculpas públicas no parlamento para repor a dignidade do país, já que com a dele se preocupa muito pouco.

O ambiente em que decorrem todas estas atitudes de Sócrates, corresponde a este não ter, nem saber ter, a chamada atitude de Estado. Para Sócrates, o Estado deixou de ter cabimento, e muito menos a Nação ao serviço da qual ambos deveriam estar. Sócrates está, apenas, e simplesmente, ao serviço de uma circunstância. Ponto. E que não lhe domina o sentido nem a dimensão.

Sócrates, como dizia D. António Marcelino, julga que pode e sabe tudo e encara os adversários como inimigos. Parte sempre da premissa errada de que a uma vitória com maioria absoluta corresponde a poder fazer o que muito bem lhe aprouver, como se a outra metade não existisse, isto digo eu. Só que existe. E ambas fazem parte de uma outra circunstância que deliberadamente não se quer afastar da função natural de Portugal existir. Mesmo o Portugal que foi ditatorialmente obrigado a submeter-se àquele estranho desígnio a que chamam Comunidade Europeia e a ter que se sujeitar aos ditames do eixo *germanbelgaoparisiense*.

Definitivamente, Portugal tem que deixar de estar à mercê de quem se orienta, e nos orienta, com base em birras e em complexos mal resolvidos. Toda a orientação que tem vindo a ser dada à vida dos portugueses por este governo tem tido como base uma incompetência técnica e uma ausência de doutrina tais, que não apenas de José Sócrates. Os erros têm sido de tal monta e as consequências de grande parte das políticas de tal maneiras negativas para Portugal, que se começa mesmo a duvidar se será Sócrates quem governa. Ou não será ele senão uma consequência das decisões tomadas por outros, noutros lugares e com obediências que nada terão que ver connosco? Não é a leve e algo leviana teoria da conspiração que me move ao tirar semelhantes conclusões. São os factos. É a tragédia de tudo se legitimar pelo simples facto de acontecer, como há dias se lamentava o Prof. Adriano Moreira, reagindo os *media* da forma mais escandalosamente sectária que alguma vez se terá assistido.

A desmotivação geral está a ser suicidária para a sociedade portuguesa. O primado de Sócrates, não somos nós, nem é o nosso. Nem nunca terá sido.

tenha com os pés para o ar, em cima do cachorro que alugámos para dar ideia de que somos uns solteiros felizes, para aquelas férias em Milfontes ou, estariam, por outro lado, bem melhor como companhia duma gripe das antigas, ao lado da botija de água quente e das papeladas do processo com que tencionamos levar à ruína todos os fabricantes de aparelhos de ar condicionado, aos primeiros dias de Janeiro? Difícil. Há os temas clássicos da literatura – o amor e a morte – e, depois, há este. Estamos a desbravar caminho. A escrever História. É difícil saber se pega bem no finzinho de Agosto, princípio de Setembro.

Todos os pioneiros viveram este dilema. Podíamos escrever sobre a *rentrée*, claro, mas já fizemos isso o ano passado. Alinhavar uma lista com sugestões das formas como castigaríamos Fernando Santos, se o apanhássemos a jeito, mas o director não nos deixa escrever assim tantos caracteres. Sugerir, à maneira de toda a *newsmagazine* desinspirada que se preze, os últimos destinos de férias para veraneantes tardios, mas diz que, nesta altura, o inferno está quente que parece Beja. Até podíamos escrever sobre a escrita em si, a vida do escritor, o sonho realizado que é viver daquilo que se escreve. Mas já concluímos, lá acima, que a prostituição pode não ser bom tema para esta altura do ano.

Enfim. Recomecemos. A ideia é escrever sobre intelectuais pálidos em calções estampados.

SÍTIOS DE CULTO

AMO-TE GOLFE

PEDRO MARQUES LOPES

O meu amor pelo mais fantástico jogo jamais inventado é inversamente proporcional à minha habilidade para o jogar. Por muito treino, lições e livros que estude é certo e sabido que cada vez que vou praticar golfe venho para casa destroçado. Um dos fenómenos curiosos da minha vida de golfista, é o facto de ser raro encontrar a minha família quando chego a casa depois de mais um jogo. Aparentemente, só nessas alturas descubro que a casa está desarrumada, que os meus filhos perdem demasiado tempo à frente da televisão, ou me recordo que a minha mulher há dez anos me chamou gordo...

Além do ódio natural que a minha mulher tem ao golfe, provocado por fins-de-semana inteiros de ausência familiar e do mau feitio que invariavelmente trago para casa, existe na nossa história conjugal uma ferida – ainda não curada – que causou semanas de zanga, quando eu, em amena conversa com amigos, defendi que não havia prazer sexual comparável a um *shot* batido a 150 metros que deixasse a bola a meio metro de distância do buraco. Gostos...

Infelizmente, não há nada a fazer. Quando me deito, quinta-feira, já sei que vou sonhar com a volta perfeita e na sexta-feira vou contar todos os segundos que faltam para o meu *tee-off* de sábado de manhã. É aí que começa a minha verdadeira semana de trabalho. Aliás, já várias vezes rezei para que segunda-feira chegasse depressa para me poder ver livre do stress que o golfe me provoca.

Repetimos o mesmo gesto milhares de vezes e não há uma vez só (enfim... às vezes...) que a bola vá para o sítio que nós imaginamos. Claro está que existem variadíssimas razões para as coisas correrem mal: aquela dorzinha nas costas, o vento sempre a mudar, os *fairways* muito estreitos, o *rough* muito rijo, os *greens* muito lentos ou rápidos, a guerra no Iraque – tudo menos a triste realidade que é o facto de aquele ser o desporto mais imbecil do mundo e de nós, mesmo assim, o adorarmos.

Apesar de os meus lancinantes berros e palavrões (pois, pois, desporto de cavalheiros) poderem ser ouvidos a léguas de distância – com o meu jeito natural tenho dias que fico sem voz – e de os meus tacos serem arremessados contra árvores e demais flora e fauna cada vez que falho uma pancada, ainda me considero um tipo razoavelmente civilizado no campo. Nada de comparável a um pacato cidadão nipónico que certa ocasião na Penha Longa atirou o saco de golfe para um lago e só depois de ter chegado ao carro verificou que as chaves estavam lá dentro. Ou de um outro que partiu os tacos um a um em frente da Club House da Aroeira, ou ainda de um amigo meu que de tão furioso por falhar um *putt* de 20 cm deu uma cabeçada tal numa árvore que fez um lanho que teve de ser cosido com 20 pontos. Escusado será dizer que qualquer um dos três, na semana seguinte, estava cheio de confiança no *tee* de um qualquer campo. Há que dizer que se os golfistas cumprissem as promessas que fazem de nunca mais jogar já não havia golfe por falta de praticantes. É um amor que fica para sempre.

O OPTIMISTA

O POVO FOI "QUEM MAIS ORDENA"

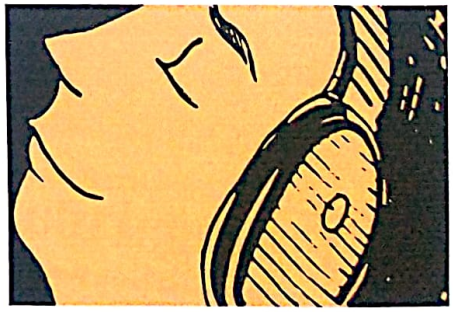
JORGE REIS-SÁ

Sempre que um homem de esquerda fala no Povo, a direita levanta o queixo e faz ar de enjoada e o resto da gente rejubila. O Povo é essa entidade em que todos acreditamos, como se fôssemos parte dele. Não somos. O Povo não escreve na *Atlântico*. E eu não fui mandatado por ninguém – mesmo sendo de esquerda – para falar em seu nome.

Não acredito no poder do Povo. Menos ainda na sua ditadura comunista. Era só o que faltava sermos geridos (um governo gere, meus caros) pelo senhor que manuseia a máquina naquela serralharia. Se esse senhor quer gerir o país, primeiro que pense em gerir a fábrica onde trabalha.

Acredito nas elites. A esquerda revolucionária está toda errada, presa às coisas passadas. O tempo não volta para trás – e ainda bem. O progresso sempre. E esse progresso faz-se pelas elites, não pelo Povo.

E é assim que um rapaz de trinta anos, que se acha de esquerda, fica órfão. A direita →



continua sobranceira, a esquerda espuma da boca pelos três parágrafos anteriores. Será?

Não. Ser de esquerda é perceber que os tempos mudaram. Que os três parágrafos iniciais estão errados só por uma coisa: o Povo morreu, as elites também. As classes são coisa do passado. Num tempo novo, global, só não está atento e sabedor quem não quiser. E já foi tempo em que a esquerda tinha por obrigação olhar pelas massas, ser mandatada pelo Povo.

Agora, meus caros, ser de esquerda é outra coisa: é acreditar no progresso e lutar por ele. Não pelo do Povo, nem pelo das elites. Pelo da população – coisa muito diferente. Ser de esquerda é acreditar no Estado social – e não antagonizar os privados. Saúde e educação gratuitas, não só gratuitas mas com qualidade. Quem quiser as chamadas mariquices pode ir ao privado, claro. Mas as mariquices essenciais têm de existir e tem de ser o Estado a providenciá-las. Ser de esquerda é perceber que há questões novas no valor da pessoa humana: ser humanista – todos diferentes, todos iguais. Por isso ser a favor de um modelo de casamento para os homossexuais; ser a favor da eutanásia; da despenalização da interrupção voluntária da gravidez; de um sociedade justa e tolerante.

Agora se é do Povo ou do Paulo Teixeira Pinto de quem falámos – isso, como diz a outra, não interessa nada.

O MILITAR

VÉNUS E MARTE

JOSÉ CARMO

Num conhecido *best seller*, R. Kagan descreveu a Europa como Vénus, o *paraíso kantiano* habitado por seres convictos de terem escapado à História. Nesta perspectiva, o europeu médio seria um pacifista antiamericano, que julga o seu paraíso como eterno e inesgotável, para sempre liberto do mundo autêntico de pó e de sangue, certeza na qual se embala e a partir da qual julga severamente os americanos, "belicistas" de Marte e habitantes de um estranho mundo *hobbesiano* no qual ainda existem canhões e fronteiras e a História está sempre à porta.

O típico habitante de Vénus, olha para o aumento das pressões demográficas sociais e políticas no Médio Oriente e não pressente a ameaça de um caos incontrolável no Golfo, Iraque, Paquistão, Egipto, etc. Nem imagina que, com o caos, poderá vir a guerra e o subsequente colapso dos abastecimentos petrolíferos e da economia mundial; observa com distanciamento a *jihad* global, metastizada já no corpo social das principais cidades de Vénus, e adora ignorar

Director: Sergio H. Coimbra

>Lisboa

quarta-feira

6 de Junho de 2007 Numero 0 Ano 0

Meia Hora

>Outono/Inverno

>Paris Fashion Week

Modelos desfilam em tons escuros para aquecer lojistas

>Vida de Cão

Paris leva Tinkerbell com ela para a cadeia. O bicho nunca violou a lei mas...

Economia

Portugal mais competitivo na Europa

Os trabalhadores nacionais ganham menos e trabalham mais. Um panorama que agrada aos investidores estrangeiros

Mais de dez empresas mudaram-se para aqui desde Abril, numa reviravolta nunca vista do tecido empresarial

Votos

Lisboa. A cidade parece

que ela irá um dia escalar para atentados apocalípticos, que alterarão radicalmente as regras do seu mundo; analisa o regresso da alma russa, mais chantagista e ressentida do que democrática e amigável, e não teme o que se lhe irá seguir, a começar talvez no Kosovo e nas guerras da energia.

Para todos estes *quid pro quos*, Vénus recomenda displicentemente o "diálogo" e a cedência, e prefere deleitar-se no ódio a Marte e aos seus estereotipados *cowboys* broncos e espalha-fatosos. A verdadeira ameaça ao paraíso, como ensina o Sr. Derrida, é a tenebrosa americanização dos costumes. O Pato Donald…essa é que é a grande ameaça que paira sobre Vénus e nas manifestações grita-se, naturalmente, viva Bin Laden e abaixo o Pato Donald.

Da outra margem do Atlântico, marcianos enfadados começam a olhar para nós como um fardo, um coio de cobardes e ingratos, pelo que

os pacifistas europeus podem, de um momento para o outro, ver-se devolvidos à História.

A perspectiva de uma retirada americana do Iraque, excita o júbilo dos venusianos, incapazes de pensar na provável brevidade do orgasmo e razoavelmente inconscientes de que o campo de batalha seguinte, será nas ruas da Europa. Entretanto, de Marte já avisaram que não lhes passa sequer pela cabeça, atribuir um único *marine* aos grandiosos planos para o Kosovo.

O REACCIONÁRIO

APOCALYPTO

DAVID LOURENÇO MESTRE

O cinema na presente época envereda estrepitosamente por ensaios mais ou menos rigorosos sobre História. Crónicas do passado servidas na mesa da modernidade.

Eras enterradas sob o peso da História desenterradas para o espectador hodierno. Confesso: dou-me por feliz. Gosto de História. É sobre os ombros dos que já cá andaram que vemos e alcançamos mais longe. Somos filhos da História. Esta conta o que fomos, o que

QUANTO TEMPO PRECISA PARA
COMEÇAR O DIA?

Meia hora é muito mais do que um diário de informação generalista.
É o espaço de tempo necessário para uma abordagem cirúrgica aos principais assuntos mundiais: da política à alta-costura, saúde ou economia, poderá ainda encontrar aqui o próximo destino de férias.
MEIA HORA, a informação que interessa.

Meia Hora
A informação que interessa.

somos e o que seremos. Nem anjos nem feras. Aspirantes a deuses, terrenos na ociosidade e no ofício. Cavo mais fundo. Os demónios das paixões humanas traem a natureza impoluta do espírito. Ainda que modelos políticos, conceitos de arte, línguas, aparato tecnológico cedam ao deslocamento da História. A História de uma civilização é a História de todas as outras. O homem porfia em atroz tragédia seja em que latitude for. Em toda a terra habitada o Homem perseguiu, odiou e massacrou o Homem. Vi recentemente *Apocalypto*, produção esforçada de Mel Gibson, que conta a demência que é o fim de uma civilização. Neste caso, a civilização Maia. Os acontecimentos precedem em horas a chegada dos espanhóis. A tragédia precede a chegada dos espanhóis em séculos. Acusam a fita de violência gratuita e de oferecer espectáculo menos ao gosto de cavalheiros do que carniceiros. Erro. O corpo do filme justifica-se pela natureza de uma civilização caprichosa e cruel a braços com um misto de pandemias, esgotamento dos solos, secas e calamidades várias cujo declínio precipitou no fanatismo religioso e na chacina endémica das tribos que rodeavam as cidades-estado maias. Corrijo, a religião que animava as culturas ancestrais da Meso-América era "brutal" por convicção e "violenta" na essência. Ponho entre aspas: a bestialidade é universal, a moral não. Consideraria o cidadão maia violentas e brutais as oferendas de corações e o posterior ritual de decapitação? A civilização na tumba diz que não. O abstracto, o divino, o desconhecido viria em seu socorro se vivos fossem.

Deslocado do "espírito do tempo" de Lisboa a Londres, o filme contraria as piedades multiculturalistas e o delírio com que a correcção política pretende substituir as culturas nativas do continente americano. Crismada de vítima, a tese multiculturalista concebeu o bom selvagem nos planaltos do Iucatão. Um ser bom e destituído dos defeitos de fabrico do homem europeu. Os factos encarregam-se de desmentir as brigadas do politicamente correcto e deixam o panteão pós-moderno mais vazio. A realidade não se comove com a ideologia.

www.radioeuropa.fm

europa
lisboa
90.4fm

A Europa e a Atlântico apresentam:
Descubra as Diferenças
Um programa de opinião livre e contraditório, onde o politicamente correcto é corrido a quatro vozes e nenhuma figura é poupada.
Com a (i)moderação garantida de Antonieta Lopes da Costa e a presença permanente de Paulo Pinto Mascarenhas.
Sexta-feira às 19h - repetição no Domingo às 11h e 19h

CARLA HILÁRIO QUEVEDO

Amiguismo: uma tentativa de resposta

"Por falar em amigos... Destacar um amigo é um sinal de amiguismo? A resposta não parece ser muito complicada (haja alguma coisa): depende do amigo. Depende também de quem linca e que autoridade tem. Afinal tudo isto é complexíssimo!"

De que se fala quando se fala de amiguismo na blogosfera? Fala-se sobretudo de qualquer coisa considerada pejorativa por muitos. Não sou excepção. Não é que considere o amiguismo escandaloso nem impróprio sequer. Julgo apenas que em última análise (depois das várias que se seguem) limita a liberdade de pensamento, bem como o espírito crítico, além de que torna o blogueador amiguista a criatura mais previsível da blogosfera e arredores. Mas resumindo ainda nessa última análise antes de todas as outras, o amiguismo será nefasto sempre que se basear na mentira deliberada. (Note-se que reconheço um aspecto do amiguismo que considero positivo se não mesmo necessário e benéfico.) Ora, como podemos reconhecer se as intenções daqueles que lincam são boas ou nem por isso (sendo estes "boas" e "nem por isso" sujeitos ao que neste contexto consideramos bom ou menos bom)? Na verdade, a pergunta resume-se ao seguinte: o que querem os blogueadores?

Como não tenho maneira de responder a isto, passo rapidamente ao desenvolvimento da tal ideia do aspecto positivo do amiguismo. Imaginemos uma criatura como qualquer outra residente na blogosfera que decide fazer um blogue porque quer escrever e quer ser lido: duas aspirações inteiramente dignas e legítimas. A primeira pode ser concretizada em menos de cinco minutos ou o tempo que queira dedicar à escolha do *template* do blogue. Já a segunda requer alguma habilidade. Como é que se consegue obter atenção num ambiente adverso e mesquinho? O primeiro passo natural será dado no sentido de não hostilizar ninguém, incluindo o recém-chegado blogueador uma série de blogues na sua lista, por vezes também lincando alguns que lhe parecem mais hospitaleiros num *post* à parte. Certamente não serão raras as vezes em que o linque será feito na esperança de que o blogueador lincado se lembre de destacar quem o linca. É naturalíssimo e não tem mal nenhum. Isto significa apenas que pretende fazer parte de um grupo e que – repito – deseja ser lido. A vontade de pertencer a um grupo é algo profundo e muito sério. Além da necessidade de reconhecimento daqueles que admiramos e que desejamos ter como os nossos pares, observamos ainda uma tendência normal para neutralizar os blogues de referência ou mesmo para lhes "pedir protecção" em muitos linques que lhes são feitos. Não serão estes linques uma manifestação básica de amiguismo? Serão maus sinais ou apenas uma questão de sobrevivência num meio hostil, e que é absolutamente natural?

Tendo em conta que não nos é possível saber o que pretendem as pessoas na blogosfera, que importância dão ao seu blogue e aos blogues dos outros, nomeadamente aos que lincam, julgo que o tempo será o melhor companheiro dos blogueadores, sobretudo dos mais lincados. Com a passagem do tempo, será mais fácil perceber se as intenções das pessoas são genuínas – se lincam porque gostam do blogue ou porque querem alguma retribuição – se o entusiasmo é sentido ou se tudo não passa de manipulação. Mas o tema está muito longe de ser simples. Há pessoas que se enervam publicamente quando percebem que ninguém retribui os seus linques, outras envergonham-se e acabam os blogues quando são destacadas, outras ainda entram e saem da blogosfera sem linques, acabando por pertencer ao seu próprio grupo restrito de amigos. Por falar em amigos... Destacar um amigo é um sinal de amiguismo? A resposta não parece ser muito complicada (haja alguma coisa): depende do amigo. Depende também de quem linca e que autoridade tem. Afinal tudo isto é complexíssimo!

Numa nota mais pessoal, julgo que talvez seja por uma questão de autonomia que destaco – e sempre o fiz desde o princípio – sobretudo pessoas que não conheço e anónimos cujo nome nem sequer sei. O desconhecimento total do autor (e em certos casos da sua identidade) ajuda a estimular o espírito crítico, além de que é um sinal de absoluta liberdade: "eu escolho ler este blogue simplesmente porque gosto e pronto".

A minha lista está cheia de blogues de gente com quem nunca me cruzei ou com a qual me comecei a cruzar na blogosfera. Sou capaz de ter dois ou três amigos incluídos na minha lista. Talvez seja afortunada (ou não, não sei): a maior parte dos meus amigos não tem blogues e lêem o meu com uma frequência intermitente. Obrigadinha, pázinhos! Com amigos destes, não haveria amiguismo que resistisse...

O aspecto pernicioso do amiguismo tem que ver com o interesse com que se linca fulano ou beltrano. Quando esses linques são sempre dos mesmos para os mesmos – embora isso seja também natural porque os gostos acabam por se restringir aos mesmos – começa a formar-se um circuito previsível e um tanto enfadonho. A queixa de muitos que estão de fora desse circuito de que "são sempre os mesmos" não deixa de fazer sentido. Mas se são de facto sempre os mesmos, então é porque a neutralização se consolidou e o espírito crítico estagnou. É péssimo, claro. Se existe um espaço livre para o debate e mesmo a discussão, esse espaço é a blogosfera. O amiguismo do género "eu lincote a ti porque tu me lincas a mim e destaco-te a ti mas não vou destacar o outro porque o outro não me destaca a mim" é uma profunda chatice. Além de se basear na mentira, o que é mais de meio caminho andado para a manipulação mais primária.

TROQUE AS SUAS FORMAS POR FORMAS LUSO

CIENTIFICAMENTE COMPROVADO NA REDUÇÃO DE APETITE.

Sabia que a falta de controlo do apetite é um dos principais motivos para não conseguir ter um peso adequado e hábitos alimentares saudáveis? Beber Formas Luso pode ajudar, juntamente com um regime alimentar variado e um estilo de vida saudável. Está cientificamente comprovado* que beber 1 litro de Formas Luso por dia reduz o apetite, porque é rica em fibras solúveis que ocupam o estômago. E quem reduz o apetite controla melhor o peso.

*Estudo científico realizado por Grupo KeyPoint, Point of View, Consultoria científica, 2006, durante 8 semanas com 114 participantes.
O processo de diminuição e controlo de peso necessita de acompanhamento por profissional de saúde competente.

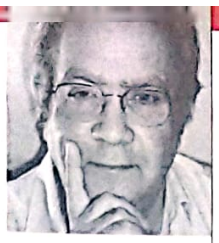
RECONHECIDO POR:

Associação Portuguesa dos Nutricionistas

fundação portuguesa de cardiologia

SPEO
SOCIEDADE PORTUGUESA PARA O ESTUDO DA OBESIDADE

Dúvidas sobre nutrição? Vá a **www.formasluso.pt** ou envie-nos um e-mail para **nutricionista@formasluso.pt**



MANUEL FALCÃO

A televisão digital terrestre e os NOVOS CANAIS

"O caso das concessões de licenças de televisão é paradigmático da falta de liberalismo do Estado, da aversão às regras de mercado e do desejo de poder sempre exercer uma pressãozinha, mesmo que subliminar – o hobby preferido de Santos Silva"

Se não existirem mais atrasos, no decurso do próximo ano deverão proceder-se às várias etapas que conduzirão à introdução da Televisão Digital Terrestre (TDT) em Portugal. A primeira etapa tem que ver com o sistema técnico que irá ser adoptado para a distribuição do sinal, a emissão – e mesmo esse tem componentes com consequências nos conteúdos. A segunda etapa – onde os grupos de *media* se vão degladiar – tem que ver com a concessão dos canais que existirão na TDT e com o perfil da sua distribuição entre gratuitos e pagos. Mas quem controlar a primeira fase, técnica, acabará por condicionar a segunda, de conteúdos. Não deveria ser assim, mas o Governo parece estar disposto a deixar correr...

Convém aqui recordar que a primeira etapa, a de componente técnica, será de facto um segundo concurso, já que há uns anos se realizou em Portugal um primeiro e polémico concurso que atribuiu a concessão técnica – a distribuição do sinal – a um sistema nunca instalado nem testado em qualquer parte do mundo e que, obviamente, acabou por não ser implementado. Por acaso era curioso saber se no júri deste próximo segundo concurso estarão algumas das luminárias que atribuíram, no anterior, a vitória a uma plataforma inexequível.

A parte técnica tem, indirectamente, alguns aspectos que podem condicionar a parte dos conteúdos: número total de canais disponível, capacidade do sistema para acolher televisão *pay per view* (onde se paga apenas determinadas emissões que se desejam, ou canais pagos). Importa saber como a divisão gratuito/pago será feita e, acima de tudo, importa saber – já lá iremos – o que se fará com o anterior espectro radioeléctrico, onde agora são transmitidos os canais abertos (RTP1, RTP2, SIC e TVI).

Peguemos no espectro radioeléctrico actual. O bom senso mandava que existisse imediatamente o seu reordenamento (como a Comissária Europeia do sector recentemente aconselhou numa conferência em Lisboa), por forma a libertar frequências civis e militares que não estão a ser utilizadas e a permitir avaliar com clareza se não valerá a pena, antes mesmo do concurso da TDT, atribuir novas frequências a novos operadores de televisão em sinal aberto, à semelhança do que a vizinha Espanha fez.

Há dois grupos portugueses com grande presença nos *media* (a Controlinveste/Globalnotícias e a Cofina), que legitimamente aspiram a ter uma licença de televisão. Os operadores existentes combatem esta pretensão como podem, nomeadamente com o apoio do poder político, que assim os pensa poder condicionar. Este caso é paradigmático da falta de liberalismo do Estado, da aversão às regras de mercado e do desejo de poder sempre exercer uma pressãozinha, mesmo que subliminar – o *hobby* preferido de Santos Silva. Aqui ao lado, em Espanha, a Prisa lutou durante anos para poder ter um canal de sinal aberto e argumentava que um grupo de comunicação com a sua dimensão tinha, de certa forma, direito natural a estar na TV. Os seus argumentos acabaram por ser ouvidos e há dois anos o Governo de Espanha abriu duas novas licenças hertzianas, preparando aliás o clima de competitividade do mercado televisivo para o universo da TDT. Pois a mesma Prisa que reivindicava um novo canal em Espanha, aqui mostra-se contra – argumentando com as limitações do mercado publicitário.

Continuo a achar que para resolver estas questões não há nada melhor do que o Estado retirar-se do campo (e deixar de ser concorrente, como é agora na RTP) e deixar o mercado reequilibrar-se entre os operadores que existirem – os actuais e os novos que devem poder coexistir neste período de transição. Isto claro, leva-nos à questão da publicidade na RTP. O Estado ocupa actualmente 22% do mercado publicitário de televisão, através dos canais da RTP. Ora parece-me que isto é que é distorção do mercado e isto é que é uma perversa forma de restringir o alargamento do mercado. O tema dá pano para mangas e a ele voltarei no próximo mês, para abordar mais em concreto o papel do Estado (e do Serviço Público de Televisão) no panorama da Televisão Digital Terrestre.

PENSAMENTOS OCIOSOS

Ultimamente os noticiários da TVI andam diferentes – maior atenção ao noticiário internacional, ao que se passa no mundo, menos sensacionalistas, mais noticiosos. Há até dias em que por junto o "Jornal Nacional" da TVI é o mais equilibrado e interessante (do ponto de vista editorial e noticioso) dos três jornais nacionais que passam às 20h00. É cedo para ver a consequência da nova opção editorial nas audiências, mas os indicadores das primeiras semanas não são maus – revelam estabilidade, até alguma recuperação pontual. Esta modificação de conteúdos corresponde à fase em que João Maia Abreu se tornou director de Informação da TVI e deixa alguma curiosidade sobre a forma como evoluirá no futuro.

PENSAMENTOS OCIOSOS - II

A contribuição audiovisual (a taxa que os cidadãos pagam à RTP na factura da electricidade) subiu 14,3% no primeiro semestre deste ano, mas mesmo assim as contas da empresa concessionária do serviço público de televisão e rádio deterioraram-se consideravelmente. O mais curioso é que a indemnização compensatória do Estado à RTP subiu 1,5% e que as receitas publicitárias de todos os canais RTP subiram 14%. Quer isto dizer que as despesas subiram mais rapidamente que as receitas, por mais engenharia financeira que o operador de serviço público tente apresentar. Em contrapartida a audiência da RTP continua a não se renovar (a tendência do envelhecimento do seu universo de espectadores regulares prossegue) e, mais grave, face ao aumento do investimento em programação concorrencial com os canais privados, as audiências da RTP 1 desceram de 25,2% de *share* no primeiro trimestre contra 24,1% no período entre 1 de Abril e 6 de Agosto. A SIC também desceu nos períodos comparados e a TVI foi a única que cresceu.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. AINDA HÁ ESQUERDOS DISPONÍVEIS.

CRÉDITO HABITAÇÃO

A MINHA CASA TEM LUGAR NO BPN.

OFERTA

Despesas com a Escritura*

www.bpn.pt · Linha BPN: 808 22 44 44

Catarina Furtado sabe que a sua casa é um lugar especial. Por isso escolheu o Crédito Habitação BPN, que oferece a todos os Clientes as melhores soluções e ainda as despesas com a escritura*. Faça como a Catarina Furtado e escolha o Crédito Habitação BPN.

O Banco com lugar para todos.

BPN

Valores que distinguem

*Oferta dos emolumentos de notariado, no máximo de 450€, válida até 31 de Agosto para financiamentos superiores a 100.000€ e prazo superior a 20 anos. TAE 4,983% para um financiamento de 150.000€ a 50 anos, relação financiamento/garantia inferior a 60% e Euribor a 3 meses acrescida de spread de 0,50%. Comissão de 0,5% no reembolso parcial ou total do contrato, no regime de taxa variável. Não dispensa a con[illegible]

Vodafone Casa Duplex ADSL

Entre a 24 Mbps por €9,9/mês

vodafone

Até 31 de Março para subscrições até 30 de Setembro:

- Internet + telefone por apenas €9,9 por mês
- 24 Mbps seja qual for o plano que subscrever

Após 31 de Março:

4 Mbps	€19,9/mês
12 Mbps	€29,9/mês
24 Mbps	€39,9/mês

Vodafone Casa. Põe a casa a mexer.
www.casaamexer.com

Viva o momento